

Tribunal Regional Eleitoral
da Paraíba

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019



RELATÓRIO DE GESTÃO

2019



SUMÁRIO

MENSAGEM DO
DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE 4

MATERIALIDADE 5

GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA

6 

Visão Geral e Modelo de Negócio.....	07
Planejamento Estratégico e Governança.....	15
Relacionamento com a Sociedade.....	20
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	23

RESULTADOS DA GESTÃO

26 

Objetivos Estratégicos e Finalísticos.....	27
Justiça Eleitoral em Números.....	32
Eleições	33
Perspectivas e Desafios.....	34

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

36 

Declaração da Diretora- Geral.....	37
Objetivos Estratégicos das Áreas de Gestão.....	39
Gestão Orçamentária e Financeira.....	49
Gestão de Custos.....	56
Gestão de Pessoas.....	57
Gestão de Licitações e Contratos.....	62
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	74
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação....	79
Sustentabilidade Socioambiental.....	81

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

86 

Demonstrações Contábeis.....	87
Notas Explicativas.....	99

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

100 

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	101
---	-----

ANEXOS E
APÊNDICES 103

Mensagem do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Des. Carlos Martins Beltrão Filho

O presente relatório visa demonstrar à sociedade e aos órgãos de controle, as ações e os resultados alcançados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba frente aos objetivos estratégicos estabelecidos ao longo do ano de 2019.

A Justiça Eleitoral da Paraíba tem por missão “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia” e a visão de futuro de “Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”. A busca pelo aprimoramento da gestão do processo eleitoral e a observância dos princípios de governança pública tem impulsionado o tribunal a incorporar mecanismos de liderança, estratégia e controle, voltados ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos, a partir da integração de esforços dos magistrados, servidores e colaboradores.

Pode-se afirmar que o comprometimento com a transparência, o diálogo e a cooperação foram relevantes para aproximar esta Justiça Especializada à sociedade, a exemplo da realização de parcerias com escolas, universidades, associações, hospitais, dentre outras instituições, por meio de programas, projetos, ações e audiências públicas, voltados para a promoção da cidadania, sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Sob a perspectiva de resultados, registra-se que em 2019 o processamento dos feitos judiciais passou a ser realizado de forma eletrônica em toda a Justiça Eleitoral da Paraíba, contribuindo para o acesso e celeridade da prestação jurisdicional. O Tribunal alcançou resultados expressivos nas metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário; recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade, categoria prata; realizou eleição suplementar no município de Cabedelo/PB; apoiou o processo de escolha unificado dos Conselhos Tutelares; construiu o Planejamento Integrado das Eleições 2020; desenvolveu ações voltadas para a valorização e qualidade de vida do servidor; promoveu a reestruturação das unidades da Secretaria do Tribunal; investiu em soluções de tecnologia da informação e comunicação; contribuiu para a contenção do impacto ambiental, com a redução do consumo de água, energia, combustível e papel.

Na esfera social, destaque para as seguintes ações: Projeto Mandato Legal; instalação de postos para cadastramento de pessoas com deficiência; criação da Comissão de Participação Feminina; palestras sobre bem-estar e saúde; campanhas socioambientais e programa de enfrentamento à desinformação.

Importante registrar que, como presidente e representante pela governança do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, durante o ano de 2019, reconheço a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do referido documento. Ressalto o compromisso deste Tribunal com a conformidade exigida, nos termos estabelecidos pela Estrutura Internacional para Relato Integrado.

Com essa breve apresentação, reforço a dedicação da Justiça Eleitoral da Paraíba com a busca por uma melhoria contínua de sua atuação.

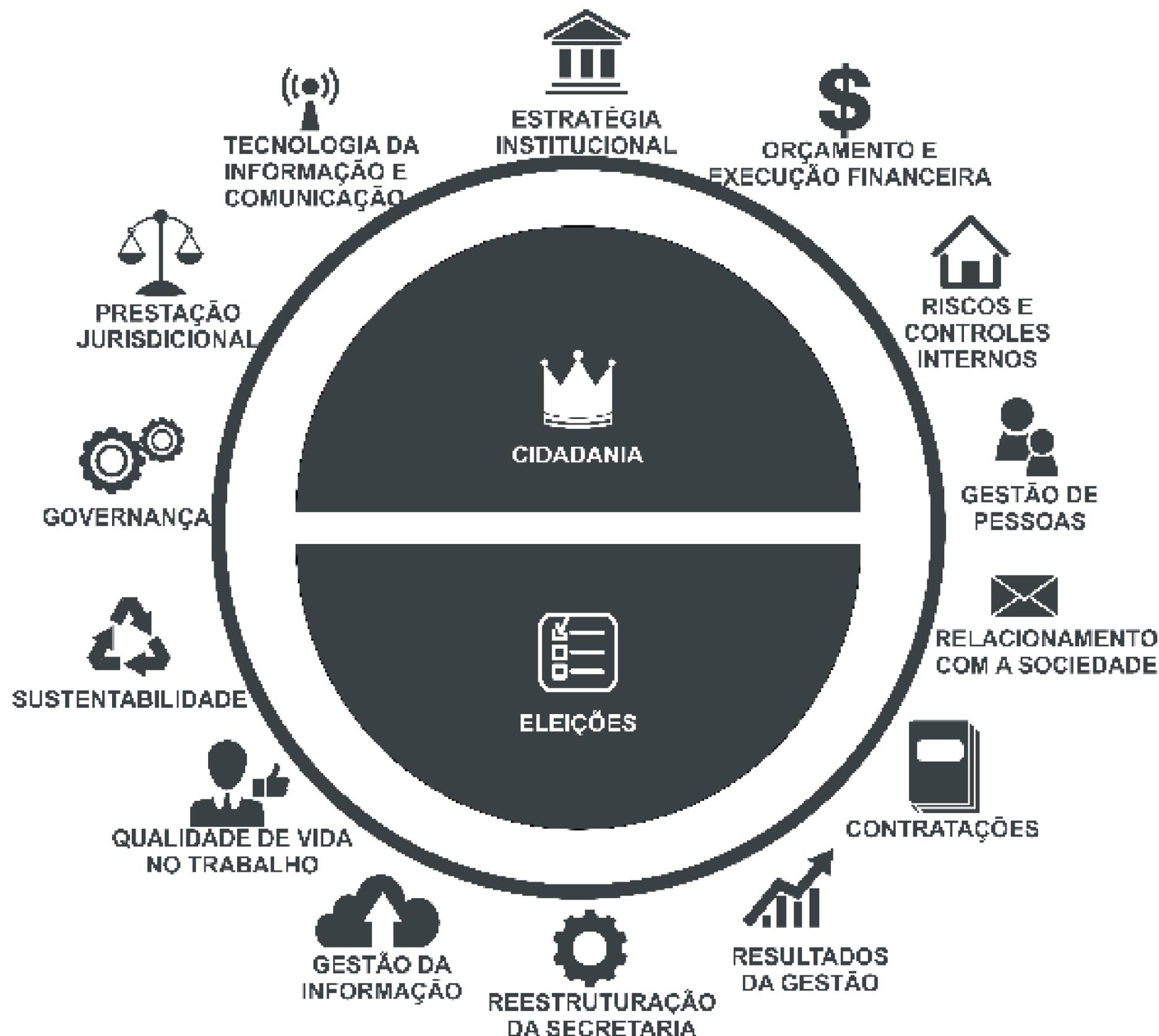


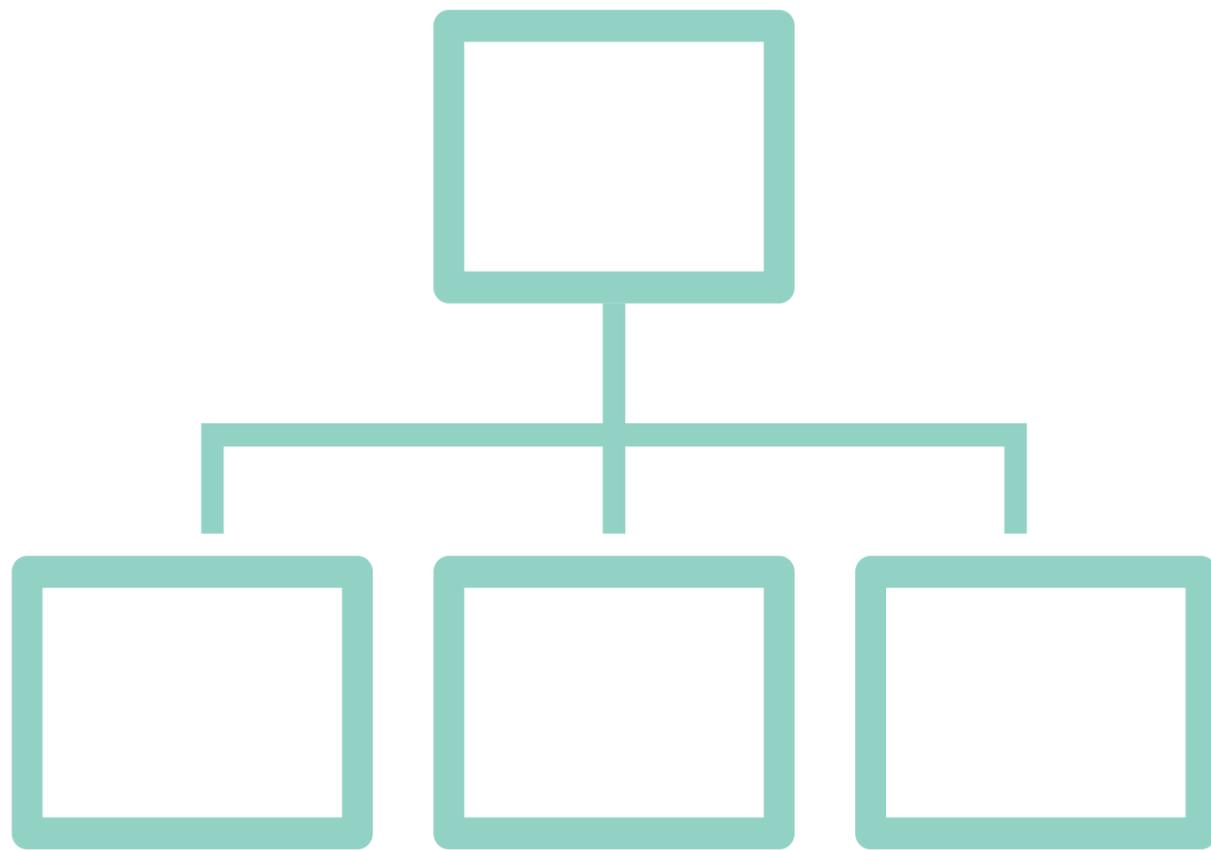
Carlos Martins Beltrão Filho
Des. Carlos Martins Beltrão Filho
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Materialidade

A identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes apresentados no Relatório Integrado do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi originado de um processo de trabalho que envolveu a alta gestão e grupo de servidores do Tribunal. Os temas foram determinados adotando o modelo de negócios do TRE/PB como diretriz, buscando demonstrar como transformamos nossos recursos e geramos valor para a sociedade. Registra-se que a estratégia utilizada para determinar a materialidade e definir os limites deste relatório teve como foco a integração entre as unidades, a participação da alta gestão e a conectividade das informações consideradas significativas para o cidadão, formalizadas em processo próprio, debatidas e avaliadas em reuniões

Quanto aos limites do relatório, ressalta-se que foi adotada uma abordagem ampla, primando pela transparência dos atos de gestão à sociedade e aos órgãos de controle. Nesse sentido, inspirados na Estrutura Internacional de Relato Integrado do Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC), buscou-se unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, apresentando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos. Como resultado desse processo, destacaram-se os seguintes temas:





**GOVERNANÇA DA JUSTIÇA
ELEITORAL DA PARAÍBA**

Visão Geral e Modelo de Negócio

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

A Justiça Eleitoral é o ramo especializado do Poder Judiciário a quem compete o gerenciamento do processo eleitoral, garantindo-lhe a lisura, a eficiência e a eficácia, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para a consolidação do Estado de Direito.

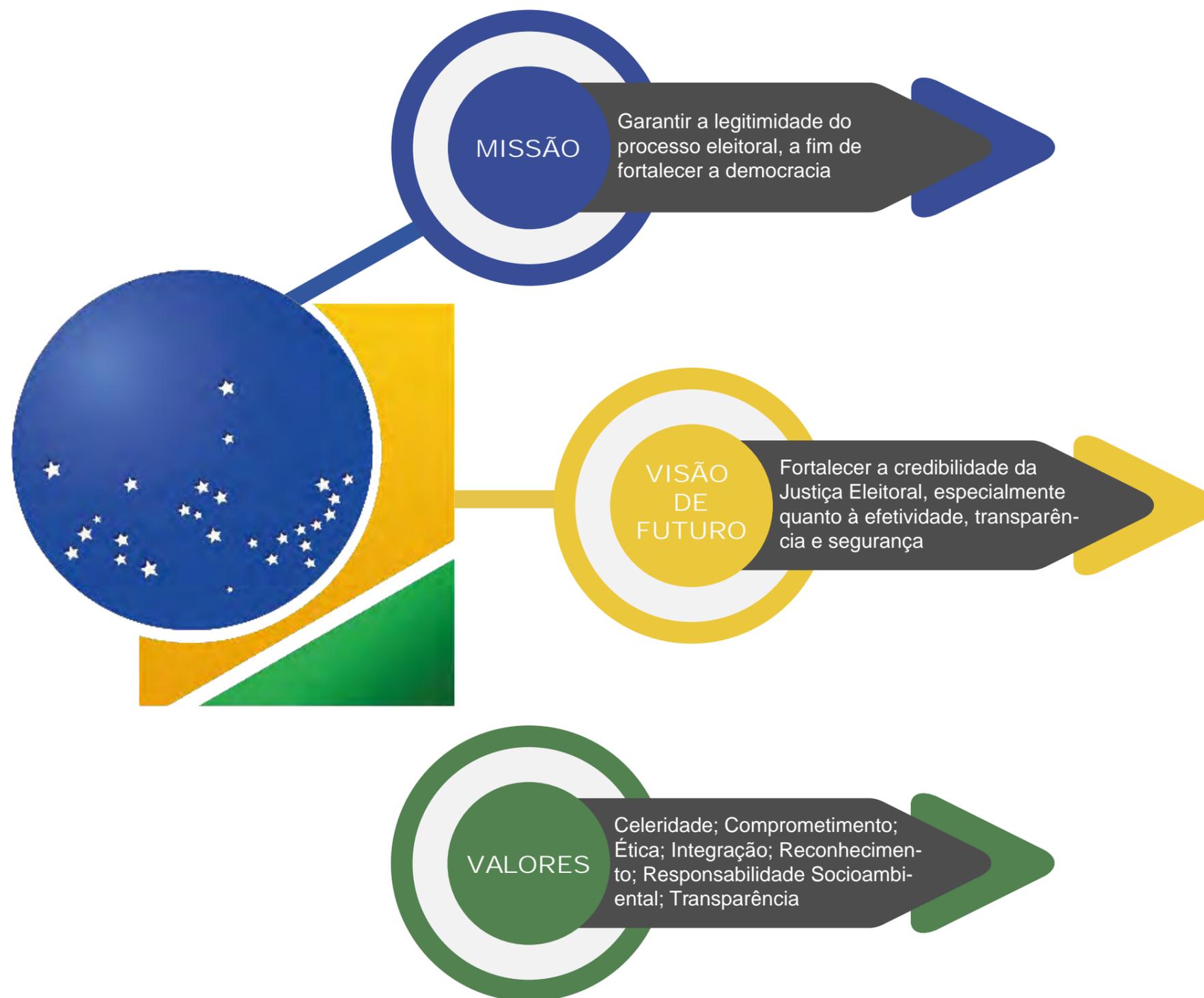
O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é um órgão da Justiça Eleitoral, previsto no art. 118, inciso II da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e arts. 23 a 25 da Resolução TRE/PB nº 09/2015 (Regimento Interno), disponível em <http://www.tre-pb.jus.br/legislacao/regimentos-e-regulamentos/arquivos/tre-pb-regimento-interno-1565712233604/view>.

O referencial estratégico é composto pela missão, visão de futuro e valores do Tribunal, previsto no seu Plano Estratégico Institucional, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-plano-estrategico-2016-2021-versao-3-0/view>.

Com o propósito de realizar a sua missão de “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado, o Tribunal realiza, no âmbito do Estado da Paraíba, o planejamento, a execução e a apuração das eleições federais, estaduais e municipais, a administração do Cadastro Nacional de Eleitores e o desenvolvimento de campanhas educativas junto à sociedade, investindo em tecnologia, infraestrutura e treinamento de servidores e colaboradores.

Nos termos do art. 120, § 1º da Constituição Federal, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é composto por 07 (sete) membros: 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça, 02 (dois) juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, 01 (um) juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal e, por nomeação do Presidente da República, 02 (dois) juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

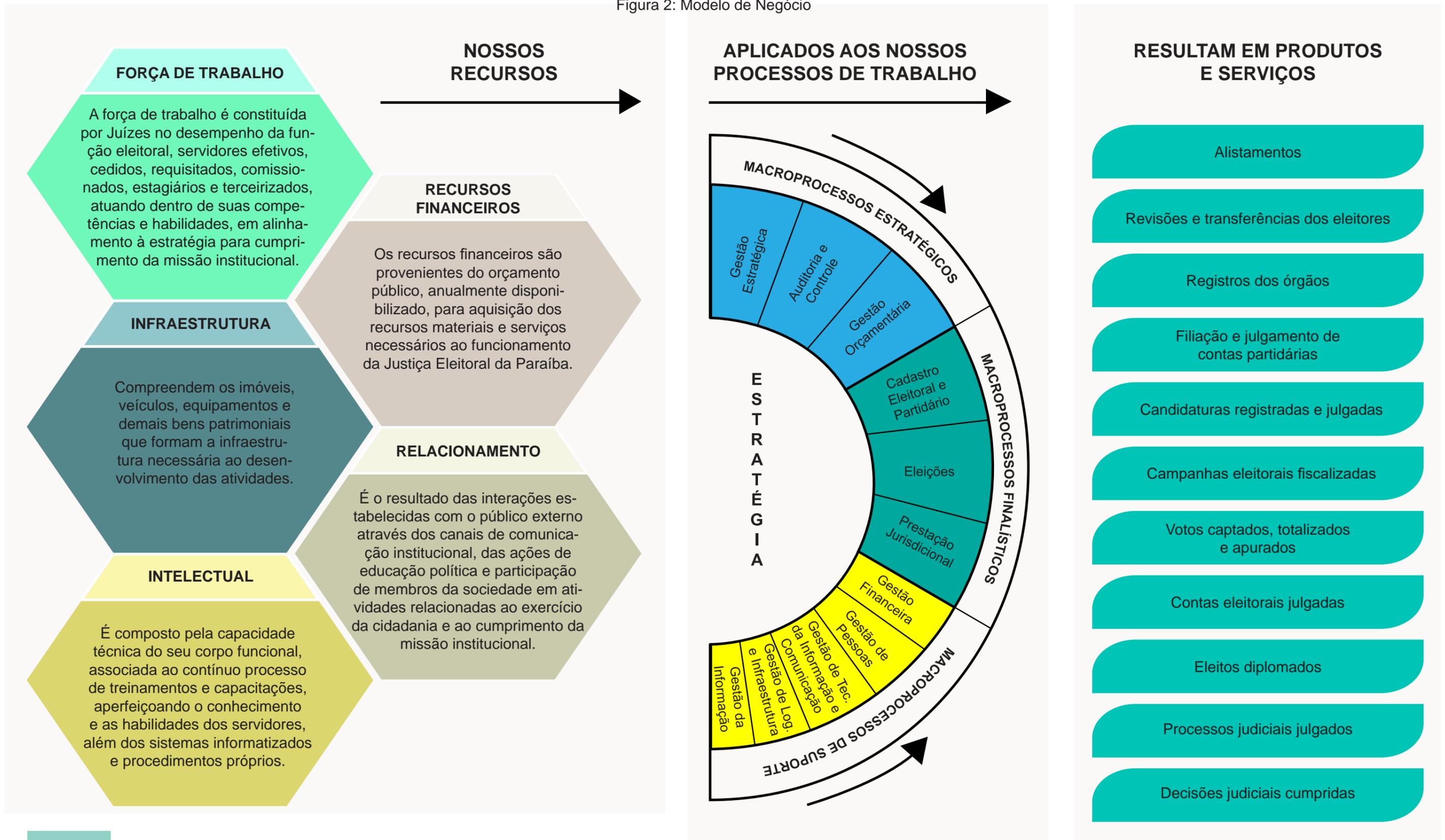
Figura 1: Referencial Estratégico



MODELO DE NEGÓCIO

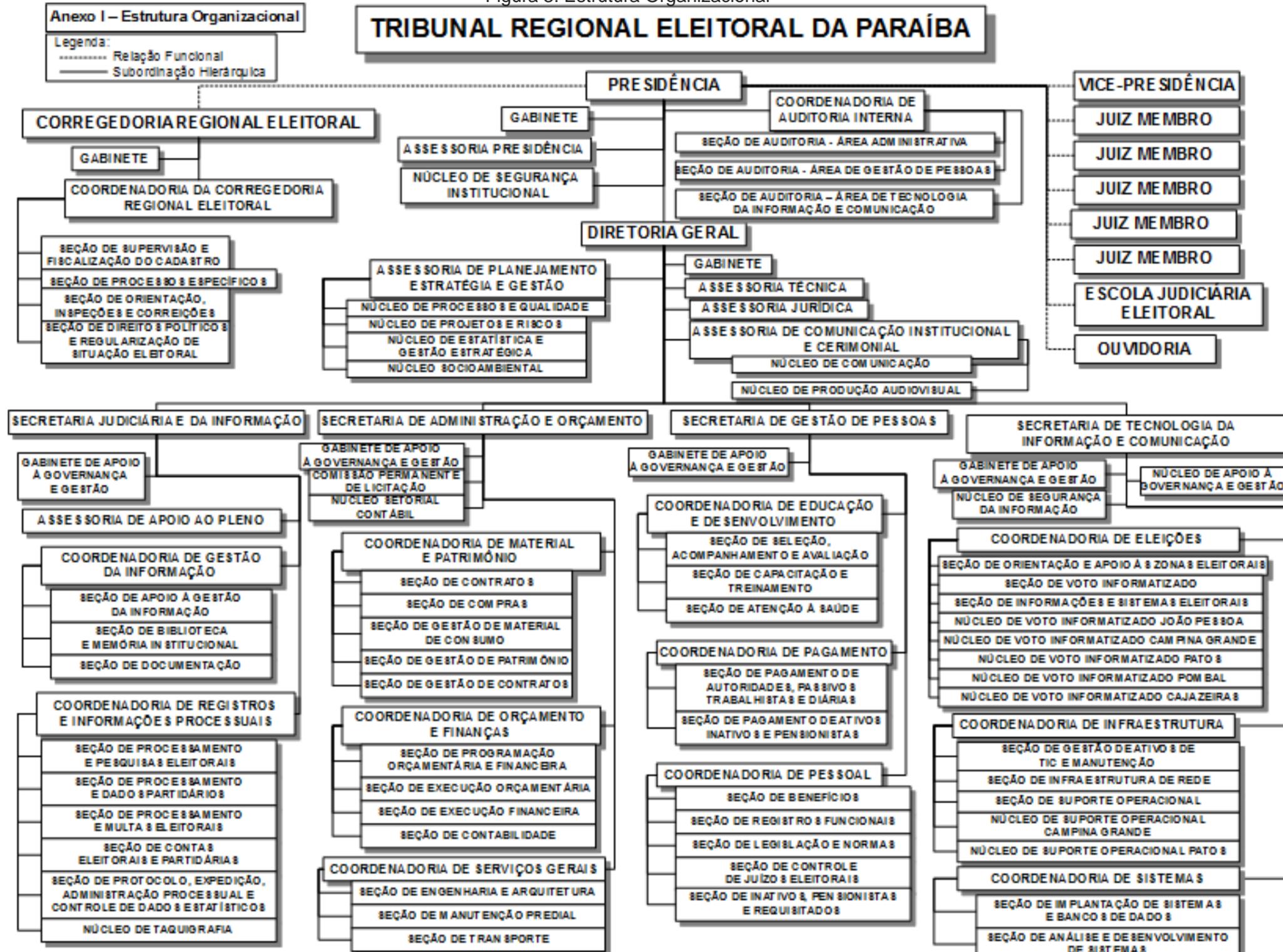
O modelo de negócio do TRE/PB representa o sistema de transformação de recursos (insumos), através dos seus processos de trabalho, em produtos e serviços para a sociedade, gerando valor e cumprindo sua missão institucional.

Figura 2: Modelo de Negócio



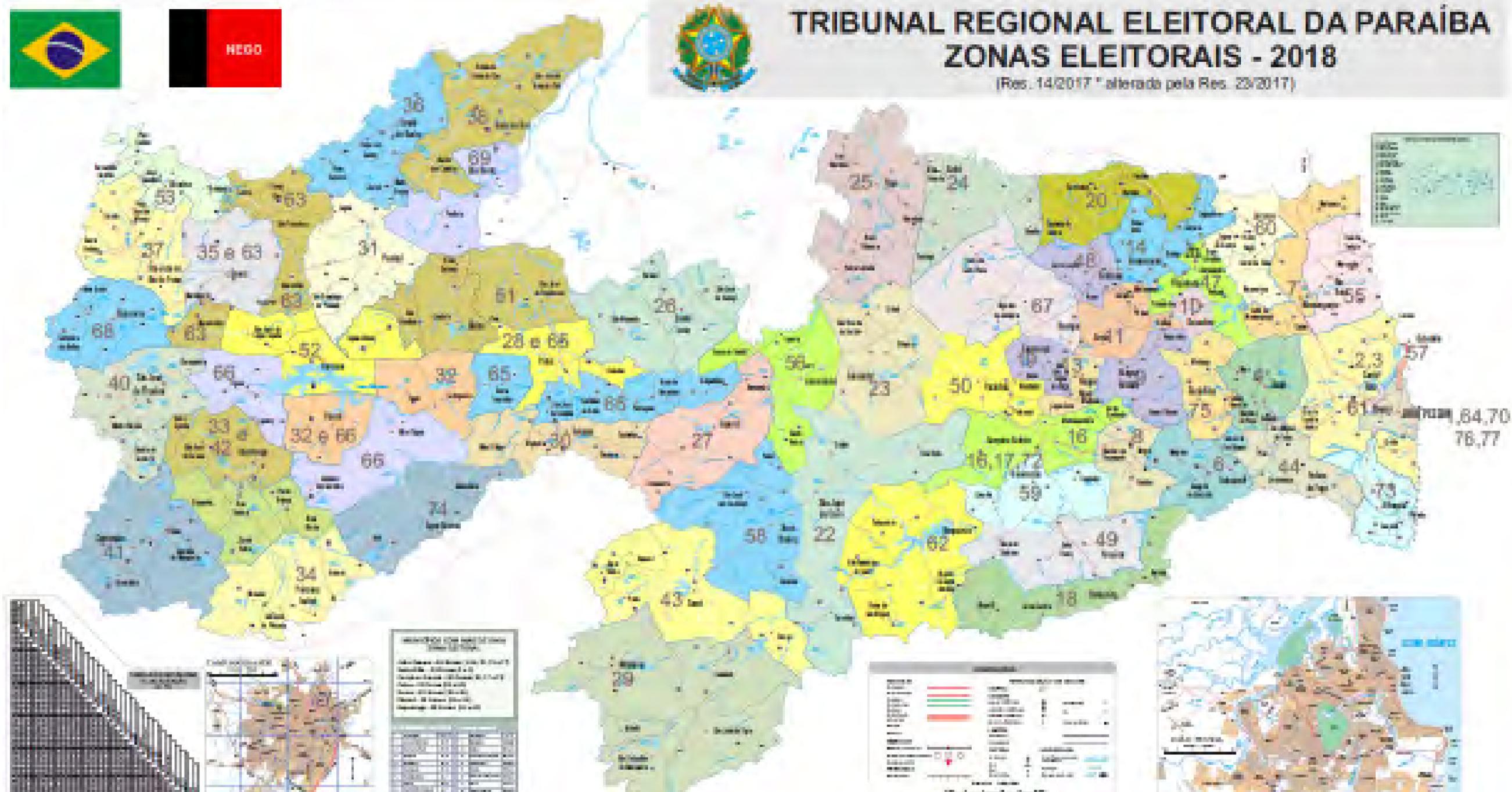
Através da Resolução TRE/PB nº 14/2019, publicada no DJE 236-2019, em 19.12.2019, foi aprovado o novo Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, dispoindo sobre a organização administrativa, a competência das unidades integrantes, as atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções comissionadas, dos cargos efetivos que constituem seu quadro de pessoal, normatizando seus institutos e princípios disciplinares e determinando o regime jurídico de seus servidores. O novo organograma encontra-se abaixo:

Figura 3: Estrutura Organizacional



Além das unidades administrativas da Secretaria, o TRE compõe-se de 68 (sessenta e oito) Zonas Eleitorais, através das quais exerce a sua jurisdição em todo o Estado da Paraíba, conforme distribuição no mapa abaixo:

Figura 4: Mapa das Zonas Eleitorais



CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi instituída por meio da Portaria nº 1003/2015 – PTRE/ASPLAN, de 13/10/2015. Ela representa a visualização ordenada e integrada do funcionamento do conjunto dos principais processos de trabalho (Macroprocessos), reunidos por categoria, interdependentes, que são executados para satisfação das necessidades dos clientes dos produtos e serviços do Tribunal, agregando valor.

Os Macroprocessos que formam a Cadeia de Valor do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba apresentam a seguinte classificação: Estratégicos, Finalísticos e de Suporte.

Os Macroprocessos Estratégicos compreendem os processos de trabalho ligados à estratégia, ao direcionamento e ao monitoramento da gestão da organização, necessários à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais. São Macroprocessos Estratégicos: Gestão Estratégica, Auditoria e Controle e Gestão Orçamentária.

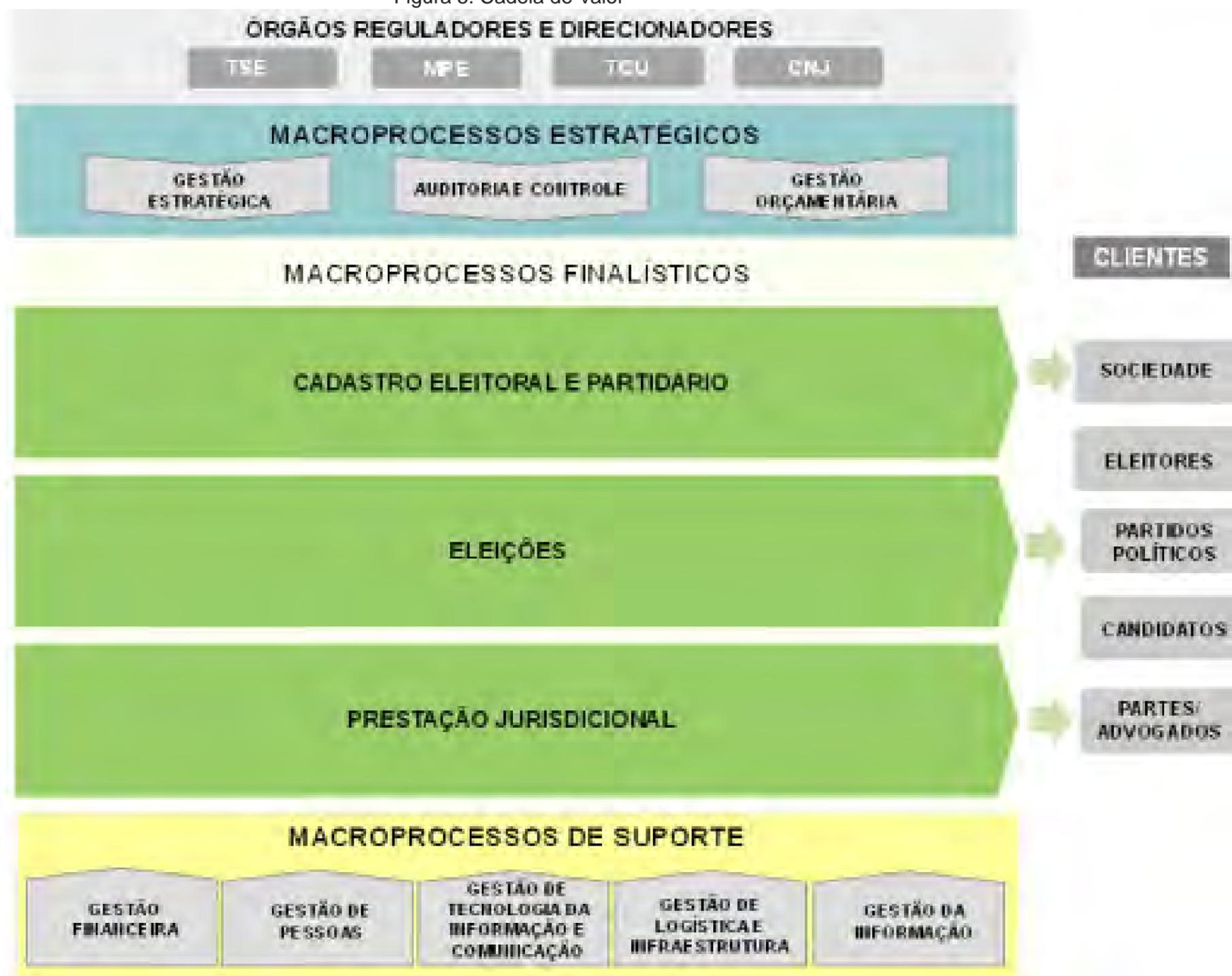
O conjunto de processos indispensáveis à gestão efetiva do Tribunal, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos diversos subsistemas, garantindo o suporte operacional adequado aos processos finalísticos formam os Macroprocessos de Suporte. São eles: Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Logística e Infraestrutura e Gestão da Informação.

Os Macroprocessos Finalísticos compreendem os processos de trabalho que geram valor público através da entrega de produtos e serviços à sociedade. São Macroprocessos Finalísticos: Cadastro Eleitoral e Partidário, Eleições e Prestação Jurisdicional.

A Cadeia de Valor pode ser acessada através do link <http://portal.tre-pb.gov.br/intranet/administracao/planejamento-estrategia-e-gestao/gestao-de-processos/anexo-i-cadeia-de-valor.pdf>

Em 2019, o TRE-PB realizou estudo sobre os níveis de criticidade e sistemas informatizados que sustentam os seus processos de negócio. A planilha contendo o resultado do trabalho, com a classificação dos processos, encontra-se no seguinte endereço: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/gestao-de-processos/arquivos/tre-pb-relatorio-da-comissao-de-processos-criticos/view>

Figura 5: Cadeia de Valor



AMBIENTE EXTERNO

O cenário externo no ano de 2019 refletiu desafios enfrentados no ano anterior, a exemplo das disseminações de notícias falsas em relação à legitimidade e segurança do processo eleitoral, o que resultou na intensificação de ações voltadas para combater a desinformação, em especial campanhas nas mídias digitais, audiências públicas e ações de cidadania.

Diante da complexidade do fenômeno das “Fake News” e a utilização de aparato de robôs digitais na propagação de informações que tentaram influenciar o voto do eleitor na eleição passada, foi necessário, além do enfrentamento jurídico do tema, ações educativas de prevenção e esclarecimento da temática junto ao conjunto de eleitores, como forma de minimizar a ocorrência do fenômeno supracitado, envolvendo na discussão a comunidade em geral e os operadores do direito.

No campo da tecnologia, com o aumento globalizado de riscos de ataques cibernéticos, ou seja, tentativas de expor, alterar, desativar, destruir, roubar ou obter acesso não autorizado em redes de computadores, fomos desafiados com investidas de invasões, combatidas com vigilância e observância constantes dos protocolos de segurança da informação. Para tanto, foi criada a Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação - ETIS, formada por representantes de diversas áreas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação que atuam, de forma integrada, no tratamento de incidentes de segurança da informação.

No que diz respeito à questão orçamentária, com o advento da EC nº 95/2016, que impôs teto de gastos ao setor público e, aparentemente, vem reduzindo anualmente até mesmo as perspectivas de correções dos orçamentos subsequentes em face dos executados em anos imediatamente anteriores, correções então previstas no texto da referida EC, um dos principais desafios de todo gestor público, não sendo diferente em relação à presente UPC, corresponde a gerir as mesmas ou maiores demandas com menores recursos.

A força de trabalho nos órgãos públicos normalmente é insuficiente ou mal distribuída e isso dificulta sobremaneira o desenvolvimento de projetos e ações. Os gestores estão tendo a necessidade de se reinventar, na busca por novos processos de trabalho, novas ideias e otimização dos recursos financeiros disponíveis e, diga-se de passagem, tudo isso com um número cada vez menor de colaboradores. Vale ressaltar que a Justiça Eleitoral iniciou a realização de

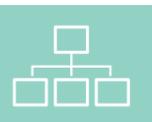
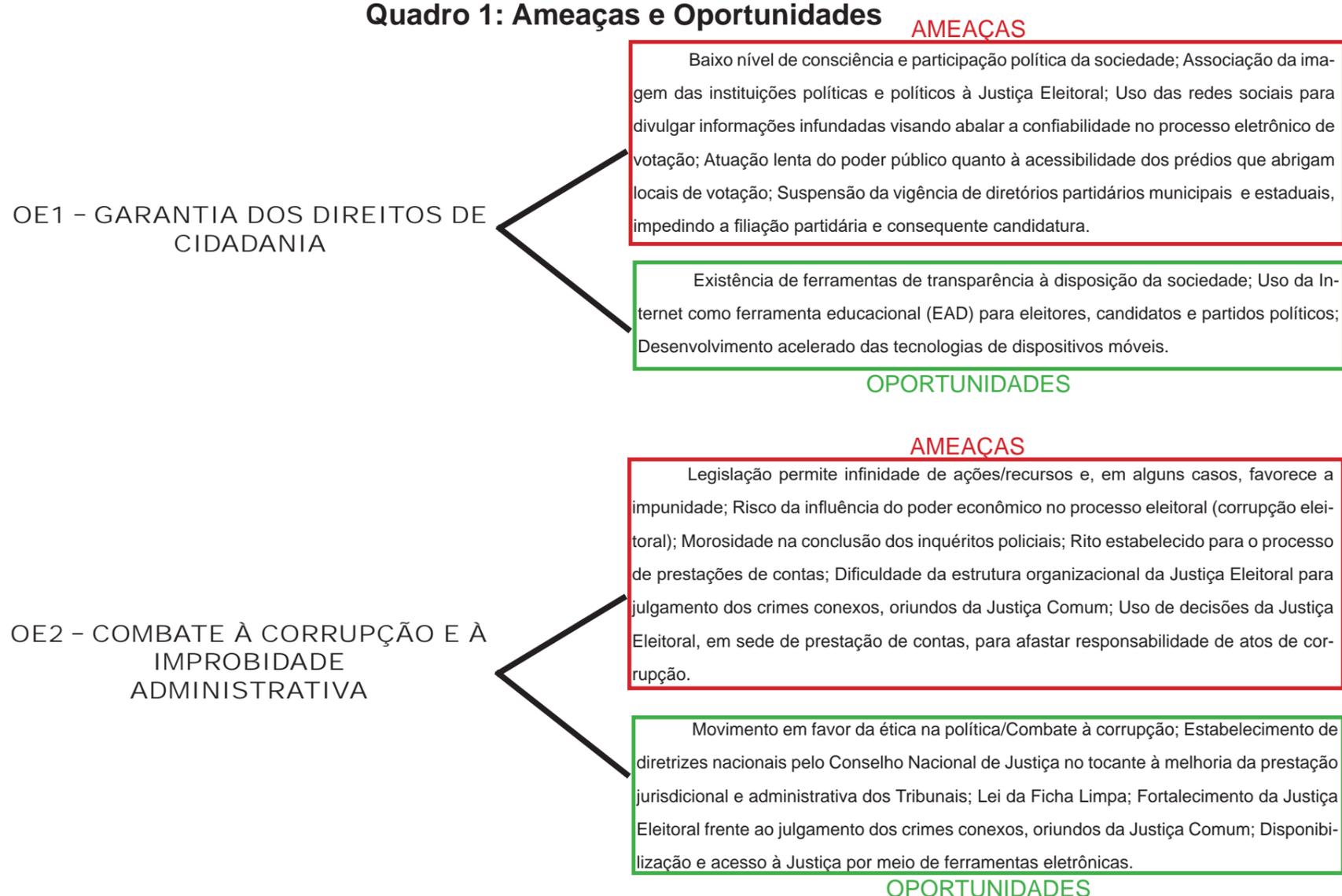
estudos para o redimensionamento da força de trabalho, o que certamente poderá nos trazer esperança de um cenário menos desalentador relativamente aos quadros de pessoal, pois com a reforma da previdência, aumento de aposentadorias e vedações para novos ingressos e concursos, os servidores que permanecem na ativa acabam acumulando alguns excessos de atribuições.

Quanto as dotações para obras e reformas de imóveis, prevalece a vedação do Tribunal Superior Eleitoral, no que se refere a inclusão desse tipo de despesa nos orçamentos dos Tribunais Regionais e, em função disso, algumas dificuldades estão sendo enfrentadas nesse particular, pois o TRE/PB tem sob sua utilização especial, vários imóveis com problemas estruturais, para os quais as soluções não serão contempladas em orçamentos nem a curto e nem a médio prazo. Para amenizar o impacto dessa situação, parcerias têm sido firmadas com a Justiça Comum Estadual, obtendo-se a cessão de imóveis ociosos do Poder Público Estadual para a instalação de Zonas Eleitorais.

Em relação à prestação jurisdicional, a disponibilidade de ferramentas digitais e as diretrizes dos órgãos de controle para a sua adoção, tem contribuído para o acesso, a transparência e a celeridade processual. No exercício 2019 foi possível implantar em todas as Zonas Eleitorais o Processo Judicial Eletrônico – PJE, o que permitirá mais agilidade, economia e sustentabilidade na tramitação dos processos.

Diante do contexto discorrido, a seguir, apresenta-se o resultado de uma análise realizada para identificação dos principais fatores externos, identificados em forma de ameaças e oportunidades, relacionadas aos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral da Paraíba:

Quadro 1: Ameaças e Oportunidades



OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS

AMEAÇAS

Tentativas de invasão aos sistemas eleitorais “ciberataques”; Questionamentos constantes acerca da segurança da urna eletrônica e processo eletrônico de votação, apuração e totalização dos votos; Uso massivo da Internet para divulgação de fatos falsos acerca da urna eletrônica e processo de votação.

Possibilidade de participação das instituições e órgãos fiscalizadores em todas as etapas da eleição; Uso das tecnologias de dispositivos móveis para maior envolvimento da sociedade na fiscalização do processo eleitoral; Interesse dos profissionais dos meios de comunicação de massa na segurança da urna eletrônica e processo eletrônico de votação; Interesse do meio acadêmico e universidades públicas na realização de testes de segurança; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

OPORTUNIDADES

OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

AMEAÇAS

Rito estabelecido para o processo de prestações de contas; Ausência de quadro próprio de magistrados.

Reformas na legislação eleitoral e processual; Estabelecimento de metas nacionais e específicas anuais pelo CNJ; Resolução CNJ nº 194/2014 – Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; Disponibilização e acesso à Justiça por meio de ferramentas eletrônicas.

OPORTUNIDADES

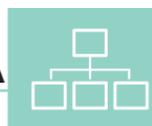
OE5 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS, COM ÊNFASE AO PRIMEIRO GRAU

AMEAÇAS

Desvalorização das carreiras no judiciário; Política restritiva de reposição salarial; Reforma Previdenciária; Reforma Administrativa; Restrições orçamentárias que inviabilizam o preenchimento dos cargos vagos.

Orientações e determinações do CNJ e TCU; Novas ferramentas e tecnologias de gestão; Disponibilidade do conhecimento; Promoção de uma cultura de valorização do ser humano; Incentivo à inovação e criatividade.

OPORTUNIDADES



OE6 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

AMEAÇAS

Mercado de fornecedores locais limitado; Restrições orçamentárias; Desconhecimento da população acerca dos serviços realizados pela Justiça Eleitoral, em ano não eleitoral; Atraso na implementação da lei de criação do Registro Civil Nacional para substituir o título de eleitor.

Lei para criação do Registro Civil Nacional para substituir o título de eleitor; Inovações tecnológicas; Recomendações dos Órgãos de Controle Externo; Resoluções do CNJ.

OPORTUNIDADES

OE7 - FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

AMEAÇAS

Ausência de quadro próprio de magistrados; Restrições orçamentárias.

Atuação dos órgãos de controle externo; Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário; Metas nacionais e específicas estabelecidas pelo CNJ; Resoluções do CNJ.

OPORTUNIDADES

OE8 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

AMEAÇAS

Mercado de fornecedores locais limitado; Restrições orçamentárias.

Compartilhamento de prédio com a Justiça Comum; Compartilhamento de serviços de limpeza e segurança com a Justiça Comum; Resoluções do CNJ; Possibilidade de adesão às Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos.

OPORTUNIDADES



PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico Institucional (PEI) foi criado através da Resolução TRE-PB nº 13/2015, com vigência para o período de 2016 a 2021. Está alinhado às diretrizes gerais, metas e iniciativas da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral.

O Plano Institucional direciona o desenvolvimento de programas de qualidade, produtividade e modernização, além de avaliações periódicas dos serviços prestados, de modo a oferecer respostas cada vez mais adequadas às demandas apresentadas pela sociedade. Ainda, orienta a elaboração da proposta orçamentária, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos planos anuais de capacitação e desenvolvimento e do plano de contratações, harmonizando-os às iniciativas estratégicas e aos indicadores de desempenho do órgão.

O referencial estratégico do Tribunal é formado pela missão de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, a visão de futuro de “Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança” e os valores: “Celeridade, Comprometimento, Ética, Integração, Reconhecimento, Responsabilidade Socioambiental e Transparência”.

Construído com a utilização da metodologia do Balanced Scorecard (BSC), no Plano Estratégico Institucional estão definidos os 08 (oito) objetivos estratégicos e os 25 (vinte e cinco) indicadores de desempenho. São eles que, junto às iniciativas estratégicas, possibilitam que o TRE/PB cumpra a sua missão e alcance a sua visão de futuro.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico Institucional, o Tribunal promove, quadrimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), conforme previsto no art. 9º da Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no art. 6º da Resolução 13/2015 TRE/PB. Nelas, poderão ser apresentadas propostas de ajustes ao Planejamento Estratégico e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Em 2019, o TRE-PB promoveu a revisão da sua Estratégia, da qual resultou a aprovação dos planos de metas estratégicas, diretores e setoriais para o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021. Destaca-se que, após essa revisão, as iniciativas estratégicas passaram de 35 (trinta e cinco) para 42 (quarenta e duas).



Além do Plano Institucional, fazem parte da Estratégia do TRE/PB os seguintes planos:

Plano	Assunto	Norma de instituição
Plano de Logística Sustentável	Instrumento vinculado ao Plano Estratégico Institucional, objetivando assegurar um controle mais efetivo sobre as ações e um maior direcionamento de esforços na área socioambiental para o alcance dos objetivos pretendidos. É composto por dezoito indicadores, agrupados em onze temas.	Resolução nº 17/2017 TRE/PB (http://apps.tre-pb.jus.br/normas-portal/doc?tipo=norma&-cod=1007&nom=TRE-PB-resolucao-17-2017.pdf/view)
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2016/2021	Contém o referencial estratégico da unidade, cuja missão é “Prover e manter soluções efetivas de TIC e procedimentos de eleição para o fortalecimento da democracia”, a visão “Ser referência na Justiça Eleitoral em soluções e serviços de TIC” e os valores “Comprometimento, Reconhecimento, Transparência e Inovação”, com oito objetivos, treze indicadores de desempenho e oito iniciativas, visando ao alcance dos objetivos e metas estratégicas institucionais.	Resolução TRE-PB nº 13/2016 (http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-plano-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-2016-2021/view)
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2018/2019	Apresenta as ações de TIC a serem empreendidas no TRE-PB, compreendendo todos os projetos planejados para esse biênio. Tais ações contribuíram para a realização dos objetivos expressos no Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021	Portaria nº 268/2018 TRE-PB/PTRE/ASPRE (http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-pdtic-2018-2019-v3/view)
Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação	Contém a relação das contratações de bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação previstas e com orçamento aprovado	Portaria nº 1142/2018 TRE-PB/PTRE/ASPRE (http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-plano-de-contratacoes-de-solucoes-de-tic-2019/view)
Diretores e Setoriais	Contêm objetivos, indicadores e iniciativas que direcionam a atuação das unidades para o alcance das metas estratégicas. Os planos diretores realizam a intermediação entre o nível estratégico e o operacional, a partir da identificação das atividades necessárias à realização dos objetivos estratégicos. Tem por finalidade especificar de que modo a unidade, seus processos e projetos ajudarão no alcance da estratégia do Tribunal. Já os planos setoriais correspondem ao desdobramento dos planos diretores em nível operacional, com a identificação das tarefas, prazos e responsáveis por sua execução.	Portaria nº 654/2017 – PTRE/TRE-PB (http://portal.tre-pb.gov.br/intranet/administracao/planejamento-estrategia-e-gestao/planejamento-estrategico/anexo-ii.pdf/view)

Quadro 2: Principais Planos do TRE/PB



SISTEMA DE GOVERNANÇA

O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral da Paraíba está normatizado na Resolução nº 10/2017 – TRE/PB. Compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas, iniciativas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba. Oportuniza maior alinhamento entre as políticas institucionais, o planejamento e a sistemática de aferição dos resultados.

Visa proporcionar a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas. Foi elaborado com base nos princípios de governança pública, disseminados pelo Tribunal de Contas da União: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability. Estabelece mecanismos que favorecem a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional.

A estrutura de Governança do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é composta por instâncias internas e instâncias de apoio. As instâncias internas de governança são responsáveis por definir e avaliar a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

As instâncias internas de apoio à governança são responsáveis por implementar, revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e a conformidade com as regulamentações.

As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes.

Em relação às instâncias externas de apoio à governança, ressalta-se que são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

A composição e as atribuições de cada instância de governança poderá ser consultada na Resolução TRE-PB 10/2017, através do link: <http://apps.tre-pb.jus.br/normas-portal/doc?tipo=norma&cod=992&nom=TRE-PB-resolucao-10-2017.pdf/view>

Ao lado, podemos visualizar a sua representação gráfica:

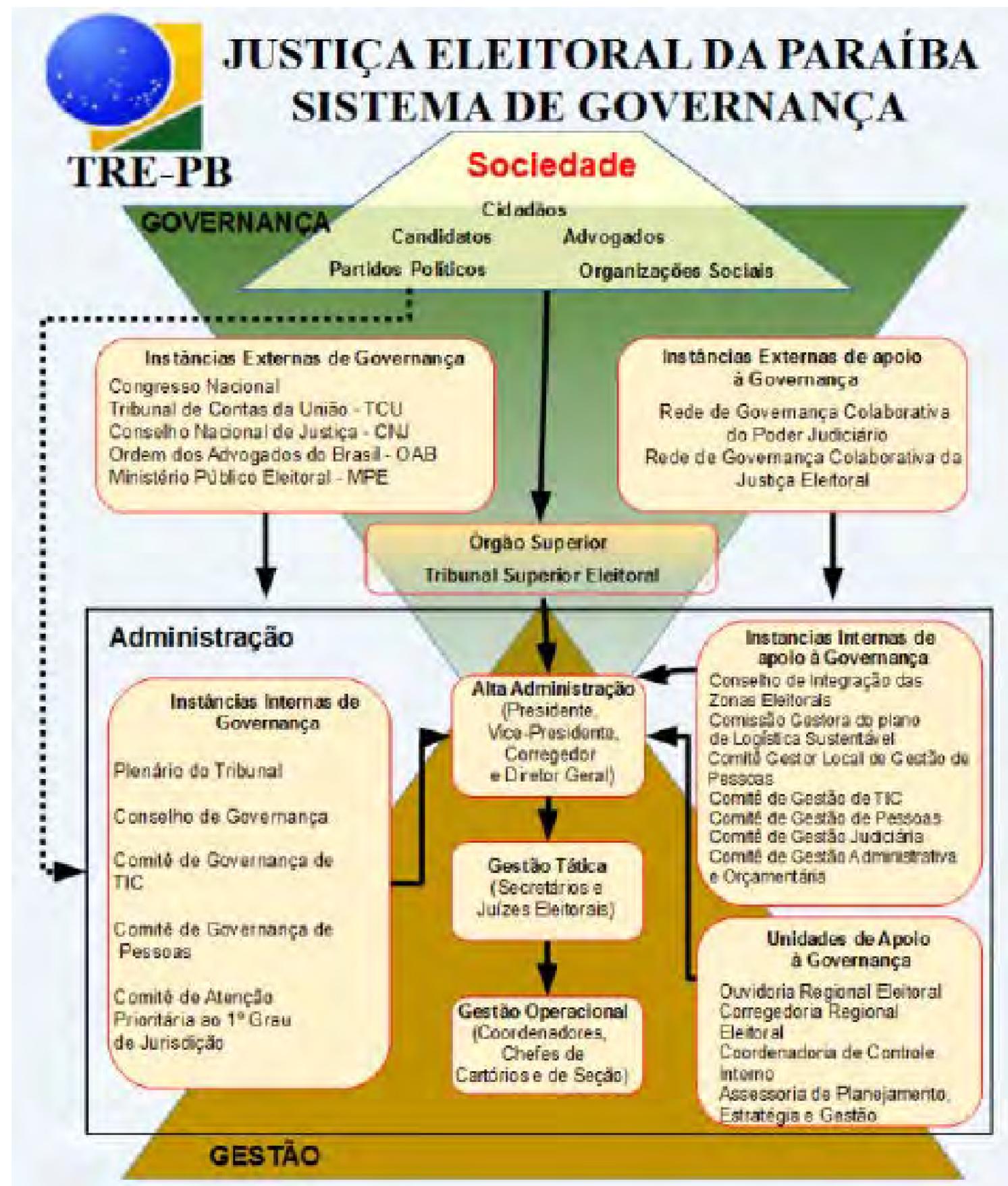


Figura 7: Sistema de Governança



ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Resolução TRE/PB nº 26/2018 disciplina o Estatuto da unidade de auditoria interna do TRE/PB, chamada de Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI). Essa unidade, vinculada administrativamente ao Presidente do Tribunal e funcionalmente ao Plenário, é responsável por realizar uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

Os relatórios de auditoria são encaminhados para deliberação da Presidência e as recomendações são monitoradas. Os resultados, na forma de relatórios, estão disponíveis no menu Transparência: <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia/auditoria/relatorios-de-inspecoes-auditorias-e-prestacoes-de-contas>.

São desafios da Coordenadoria de Auditoria Interna avaliar se a sistemática de identificação e catalogação de benefícios efetivos (resultados) das auditorias internas realizadas é prática e satisfatória bem como aperfeiçoar o programa de avaliação da qualidade e melhoria dos trabalhos de auditoria.

Figura 8 - Auditorias



Figura 9 - Quantitativo consultorias, achados e recomendações



Figura 10 - Distribuição dos Achados e Recomendações de Auditorias por órgão de governança

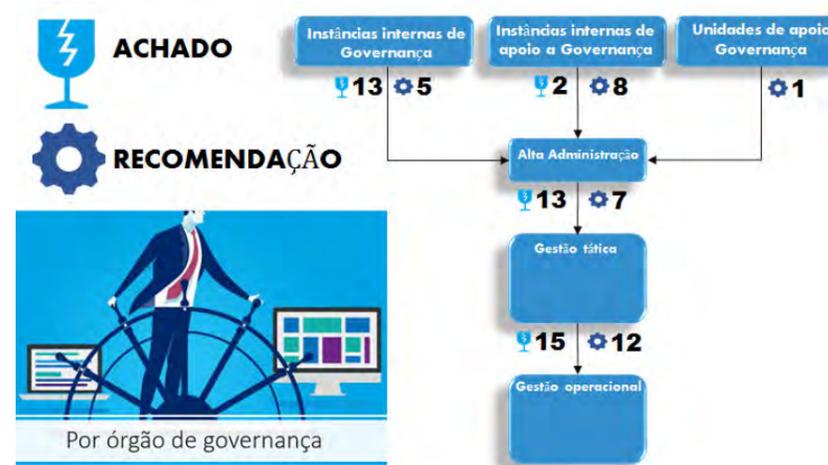


Figura 11 - Distribuição dos Achados e Recomendações de Auditorias por unidade funcional

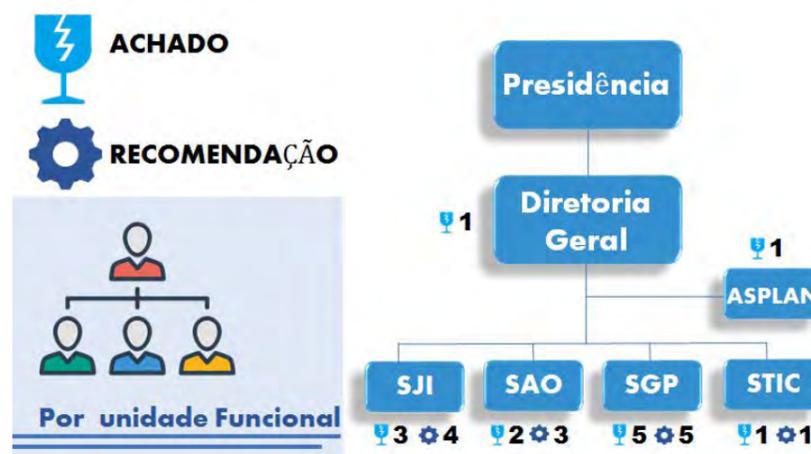


Figura 12 - Evolução do Indicador Estratégico nº 07-índice de cumprimento das recomendações expedidas

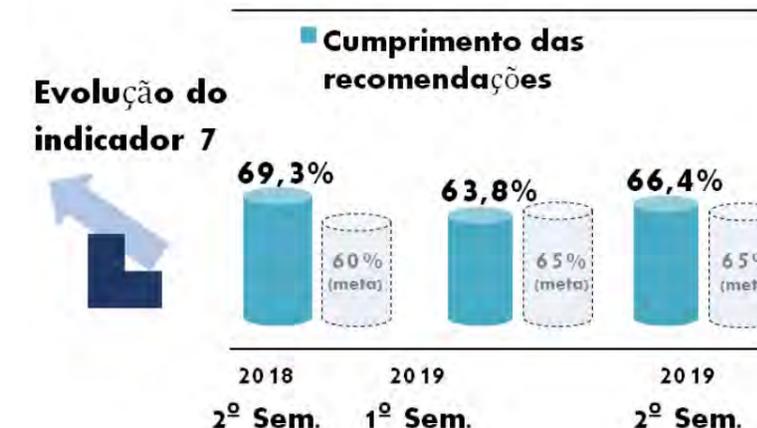
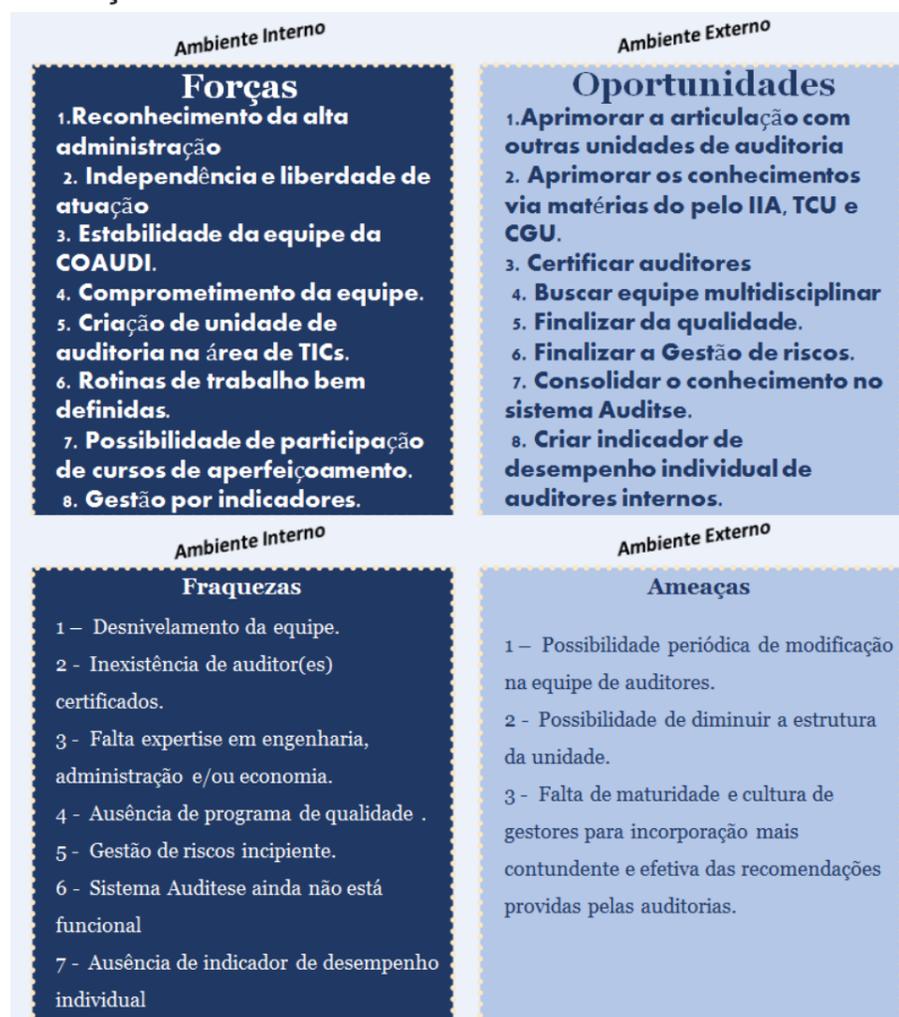


Figura 13 - Resultados dos indicadores de desempenho da unidade de auditoria interna

INDICADORES	Índices Gerais		
	2019	2018	Varição
INDICADOR GERAL DE DIAGNOSTICO SITUACIONAL PERCEPÇÃO EXTERNA – (IGDSpe)	78,99%	66,58%	18,64%
INDICADORES POR BLOCOS	2019	2018	Varição
INDICADOR GERAL DE IMPORTANCIA E BENEFICIOS DA AUDITORIA INTERNA (IGIBA)	91,15%	75,92%	20,07%
INDICADOR GERAL DE DESEMPENHO E QUALIDADE – RELACIONAMENTO ENTRE AUDITORES E AUDITADOS (IGDQR)	70,26%	56,16%	25,10%
INDICADOR GERAL DE DESEMPENHO E QUALIDADE – QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA AUDITORIA INTERNA (IGDQS)	73,01%	61,73%	19,27%
INDICADOR GERAL DE DESEMPENHO E QUALIDADE – QUALIDADE DA EQUIPE DA AUDITORIA INTERNA (IGQE)	79,62%	70,80%	12,45%



Figura 14 - Forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da unidade de auditoria interna



ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No ano de 2019, a Corregedoria Regional Eleitoral da Paraíba realizou correição em metade (50%) das 68 (sessenta e oito) Zonas Eleitorais do Estado, com a presença do Corregedor Regional Eleitoral nas próprias sedes dos Cartórios Eleitorais. Foram vistoriados todos os feitos, livros, instalações e atividades dos servidores e Juizes Eleitorais, bem como expedidos os provimentos necessários para adequação e melhoria dos serviços eleitorais do local correicionado.

Na oportunidade, foram realizadas avaliações que poderiam impactar na regularidade dos trabalhos dos servidores das Zonas Eleitorais, infraestrutura física e das rotinas relativas ao atendimento ao eleitor, principalmente nas atividades concernentes à preparação das eleições 2020 (perfil dos mesários, acessibilidade dos locais de votação, frequência do encerramento e envio dos lotes dos requerimentos de alistamento eleitoral (RAE) para processamento, análise acerca do efetivo comando do ASE 540 que se refere ao registro de inelegibilidade no histórico do eleitor, incidindo diretamente em sua possibilidade de ser candidato – capacidade eleitoral passiva).

Foram realizadas Correições Ordinárias nas seguintes Zonas Eleitorais/localidades: 1ª e 2ª (João Pessoa), 3ª e 4ª (Santa Rita), 6ª (Sapé), 7ª (Itabaiana), 8ª (Ingá), 9ª (Alagoa Grande), 11ª Areia, 13ª (Alagoa Nova), 14ª (Bananeiras), 16ª e 17ª (Campina Grande), 19ª (Esperança), 20ª (Araruna), 24ª (Cuité), 25ª (Picuí), 44ª (Pedras de Fogo), 47ª (Pirpirituba), 48ª (Solânea), 55ª (Rito Tinto), 57ª (Cabedelo), 59ª (Queimadas), 60ª (Jacaraú), 61ª (Bayeux), 62ª (Boqueirão), 64ª e 70ª (João Pessoa), 67ª (Remígio), 72ª (Campina Grande), 73ª (Alhandra), 75ª (Gurinhém), 76ª e 77ª (João Pessoa)

No que concerne à apuração de ilícitos administrativos, o Tribunal processou um total de 3 (três) feitos disciplinares, sendo 1 (uma) Sindicância e 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares – PADs.

A sindicância tratou da seguinte conduta: prova subtraída dos autos; entretanto, ao final, chegou-se à conclusão pela inexistência de autoria e materialidade. Os 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares tiveram como objeto: 1) Suposta agressão física de servidor contra terceirizado (art 132, VII, Lei 8.112/90), resultando em seu arquivamento em razão de se haver constatada a ausência de

culpabilidade; 2) Desaparecimento de bem (microcomputador) (Art. 132, X, Lei 8.112/90), o que resultou em seu arquivamento em razão de não ter sido possível a associação do servidor com o desaparecimento do bem.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Com o objetivo de dar efetividade à apuração da responsabilidade do servidor por danos ao Erário, a Corregedoria Regional Eleitoral da Paraíba editou o Provimento nº 02/2017, no qual criou o TCA – Termo Circunstanciado Administrativo, cujo foco é a apuração de extravio ou dano a bem público que implique prejuízo de pequeno valor.



Canais de comunicação

ASCOM

No exercício 2019, a Assessoria de Comunicação Institucional e Cerimonial (ASCOM), do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), em conformidade com o Regulamento Interno da Secretaria do TRE-PB (Resolução nº 9/2015/TRE-PB), desenvolveu inúmeras atividades, sendo destacados os seguintes pontos:

1. Elaboração e encaminhamento para impressão do relatório anual de atividades da gestão;
2. Planejamento, organização e execução das solenidades de posse;
3. Elaboração e colaboração em projetos de ações sociais da Justiça Eleitoral;
4. Acompanhamento das Sessões de Julgamento da Corte Eleitoral;
5. Criação, edição e publicação de matérias;
6. Registro, através de fotografias e vídeo, de relevantes eventos produzidos pela Justiça Eleitoral paraibana;
7. Acompanhamento do Presidente e demais autoridades do TRE-PB em viagens oficiais;
8. Entrevistas individuais e/ou coletivas envolvendo a participação do Presidente, do Corregedor Regional Eleitoral, dos Juízes Membros, da Diretora-geral, dos secretários, dos chefes de Cartório Eleitorais, dos Assessores, dos Coordenadores com o ininterrupto acompanhamento diário de jornais impressos, noticiários veiculados na rede mundial de computadores, clipando informações sobre a Justiça Eleitoral; e ainda com produção de vídeos, hospedados no YouTube, todos de utilidade pública.

Em termos quantitativos, podemos destacar a publicação de 339 matérias, no site www.tre-pb.jus.br; 375 matérias publicadas na intranet do TRE-PB, participação, como Cerimonial, em 18 eventos promovidos pelo Tribunal; 135 publicações no Facebook, 145 no Instagram e 83 no Twitter (em todas as redes: @trepboficial).

OUVIDORIA ELEITORAL

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral foi criada pela Resolução TRE/PB N.º 08/2010 e regulamentada pela Resolução TRE/PB N.º 13/2011. A esta unidade, o cidadão pode demandar suas denúncias, reclamações, sugestões, opiniões a este Regional de Justiça Especializada, através da rede mundial de computadores - site www.tre-pb.jus.br; por meio do link: (<http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/ouvidoria-eleitoral/formulario-de-contato-com-a-ouvidoria>). O demandante também pode encaminhar comunicação para o e-mail (ouvidoria@tre-pb.jus.br) ou pelos telefones (83) 3512.1381, 3512.1450 e 3512.14.51. A demanda também pode ser expressa pessoalmente na Ouvidoria Eleitoral ou pelos correios (Av. Princesa Isabel, 201, Tambiá, João pessoa PB) – em todos os casos serão lançadas no sistema de Ouvidoria. No gráfico abaixo, detalhamos o quantitativo de atendimentos por esse canal, no ano de 2019.



Gráfico 1: Tipos de Solicitações

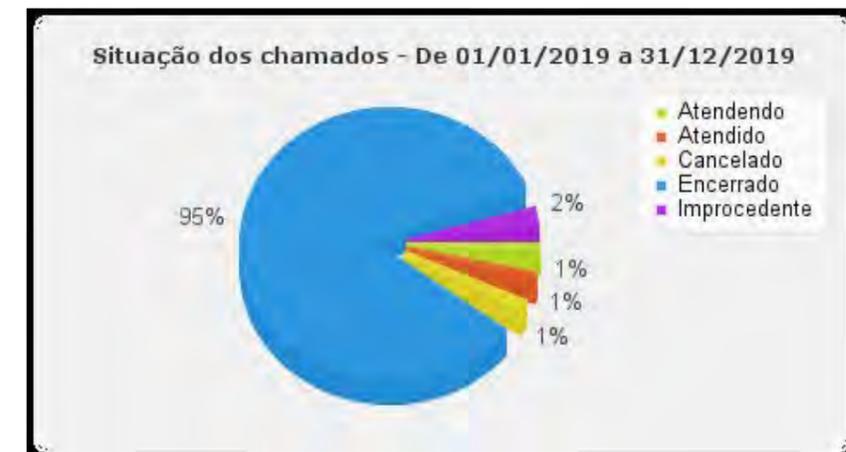


Gráfico 2: Situação dos Chamados

AUDITORIAS

SITUAÇÃO	Nº DE CHAMADOS
Atendidos	1
Cancelados	2
Em atendimento	1
Encerrados	135
Improcedentes	3
TOTAL	142

Quadro 3: Quantitativo por situação de atendimento

Carta de serviços ao cidadão

A carta de serviços ao cidadão traz em seu conteúdo informações referentes às atividades desenvolvidas para o cidadão, antecipando-se e respondendo às suas possíveis dúvidas quanto aos serviços prestados no âmbito desta Justiça Especializada e à forma de acesso a eles. Acesse através do seguinte link <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/carta-de-servicos/carta-de-servicos>

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A pesquisa de satisfação de usuário é operacionalizada pela Ouvidoria Eleitoral. Nela, o usuário emite opinião acerca do atendimento recebido em qualquer unidade do TRE-PB. Quadrimestralmente, a Ouvidoria encaminha ao Conselho Nacional de Justiça, através da Assessoria de Planejamento - ASPLAN. No link “transparência” do Tribunal (<http://www.tre-pb.jus.br/transparencia/acompanhamento-da-gestao/acompanhamento-da-gestao>). Abaixo, os resultados do exercício 2019, por quadrimestre:

Gráfico 3: Pesquisa de Satisfação 1º Quadrimestre 2019

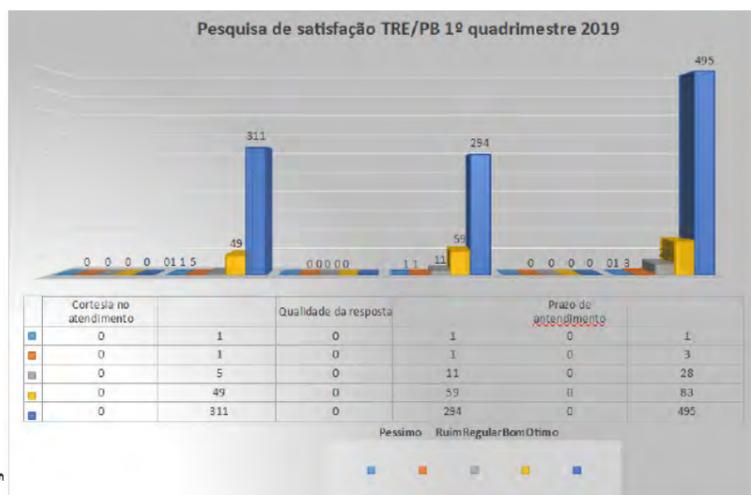


Gráfico 4: Pesquisa de Satisfação 2º Quadrimestre 2019

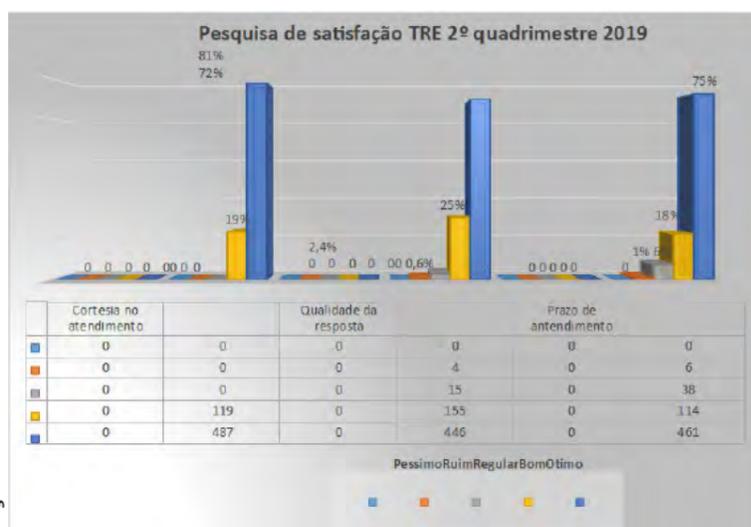
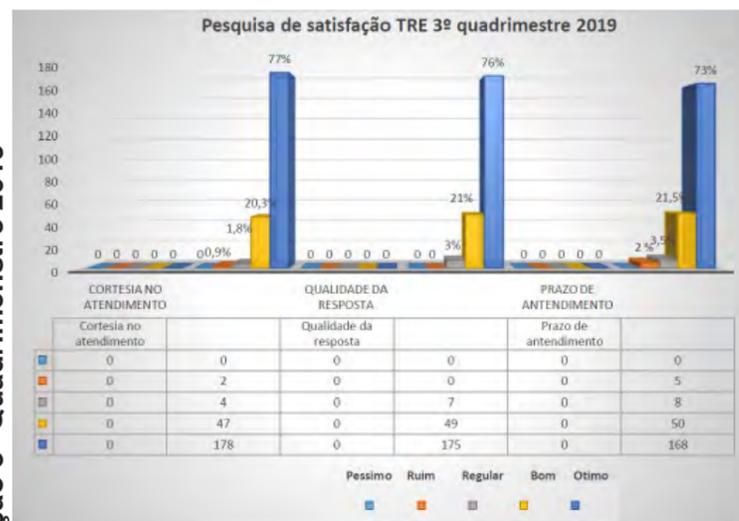


Gráfico 5: Pesquisa de Satisfação 3º Quadrimestre 2019



Transparência

Com o fim de dar fiel cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527/2011, à Resolução CNJ nº 2015/2015 (Ranking da Transparência) e ao Acórdão TCU nº 1832/2018 (Portal Transparência), o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba promoveu, em 2019, a reestruturação do seu Portal da Transparência. Isso resultou na disponibilização de um site com informações ordenadas de acordo com os assuntos/natureza e assegurou a autenticidade, integridade e a publicidade das informações geradas pelo TRE-PB. O acesso à página da transparência do TRE/PB se dá através do link <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia>, onde poderão ser encontradas informações referentes às gestões orçamentária, patrimonial, socioambiental, documental, administrativa, financeira, quadro de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias, informações contábeis, ouvidoria, auditoria, produtividade de serventias e magistrados, dentre outras.

Ética

O TRE-PB dispõe de Código de Ética (Resolução nº21/2014) com princípios e normas de conduta ética aplicáveis aos seus servidores. Também foi instituída a Comissão de Ética, com atribuições consultiva e investigativa. A referida Comissão tem sido vigilante aos princípios éticos e valores fundamentais estabelecidos no Código de Ética, observando a integridade e a lisura das ações administrativas e dos processos decisórios internos, permanecendo, ainda, disponível

para a apuração das violações das normas éticas dispostas.

Em 07/01/2019, o TRE/PB publicou a Resolução nº 27/2018, que instituiu o Código de Ética aplicável aos seus auditores internos.

Acessibilidade

A Justiça Eleitoral da Paraíba possui Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, criada pela Portaria nº 450/2014 – PTRE/SGP/COPES/SERF e alterada pelas Portarias nº 1001/2015 –PTRE/DG/SGP/COPES/SERF nº 379/2017 TRE-PB/PTRE/ASPRE, seguindo as instruções da Resolução nº 23.381/2012– TSE, que instituiu o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral. Apresentam-se, abaixo, as principais informações relacionadas à acessibilidade no exercício 2019:

- 651 servidores (efetivos, requisitados e comissionados), sendo 22 com deficiência, representando 3,37% do quadro de servidores;
- 55 vagas de estagiários preenchidas, sendo 1 preenchida com estudante com deficiência (1,81%);
- 68 prédios utilizados pela Justiça Eleitoral Paraibana, sendo 41 com o mínimo de acessibilidade, alcançando o total de 60% das edificações;
- 139 vagas de estacionamento interno e externo para servidores, dentre as quais 16 para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, perfazendo o total de 11,51%;
- O estado da Paraíba contava com 2.867.205 eleitores no ano de 2019, dos quais 16.831 estavam cadastrados com deficiência ou mobilidade reduzida, totalizando 0,58% do eleitorado;
- Foram adquiridas 05 (cinco) cadeiras de rodas, distribuídas na sede e Cartórios Eleitorais;
- O Portal da internet do TRE-PB alcançou o percentual de 90% de acessibilidade, em razão dos softwares livres e gratuitos de leitura de tela para pessoa com deficiência visual (tecnologia assistiva);
- Realização de evento na Fundação Centro Integrado e Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD) em comemoração ao Dia Internacional de Acessibilidade, através de ações culturais e atendimento de recadastramento biométrico para os usuários da FUNAD, familiares e servidores, que contou com intérpretes de libras para colaborar com o atendimento dos deficientes auditivos, trazendo acessibilidade para a biometria e facilitando o recadastramento dessas pessoas; e,
- Mantido contado com a FUNAD visando realização de



curso de Libras para os servidores do TRE-PB, bem como a implantação de Coordenadores de Acessibilidade nos locais de votação versados em Libras.

Para 2020, está prevista a realização das seguintes ações relacionadas à acessibilidade: apresentação de diagnóstico e programa de Acessibilidade do TRE-PB, realização de curso de Libras para 5% dos seus servidores e implantação do Programa de Coordenadores de Acessibilidade nos locais de votação.

Cultura e Memória

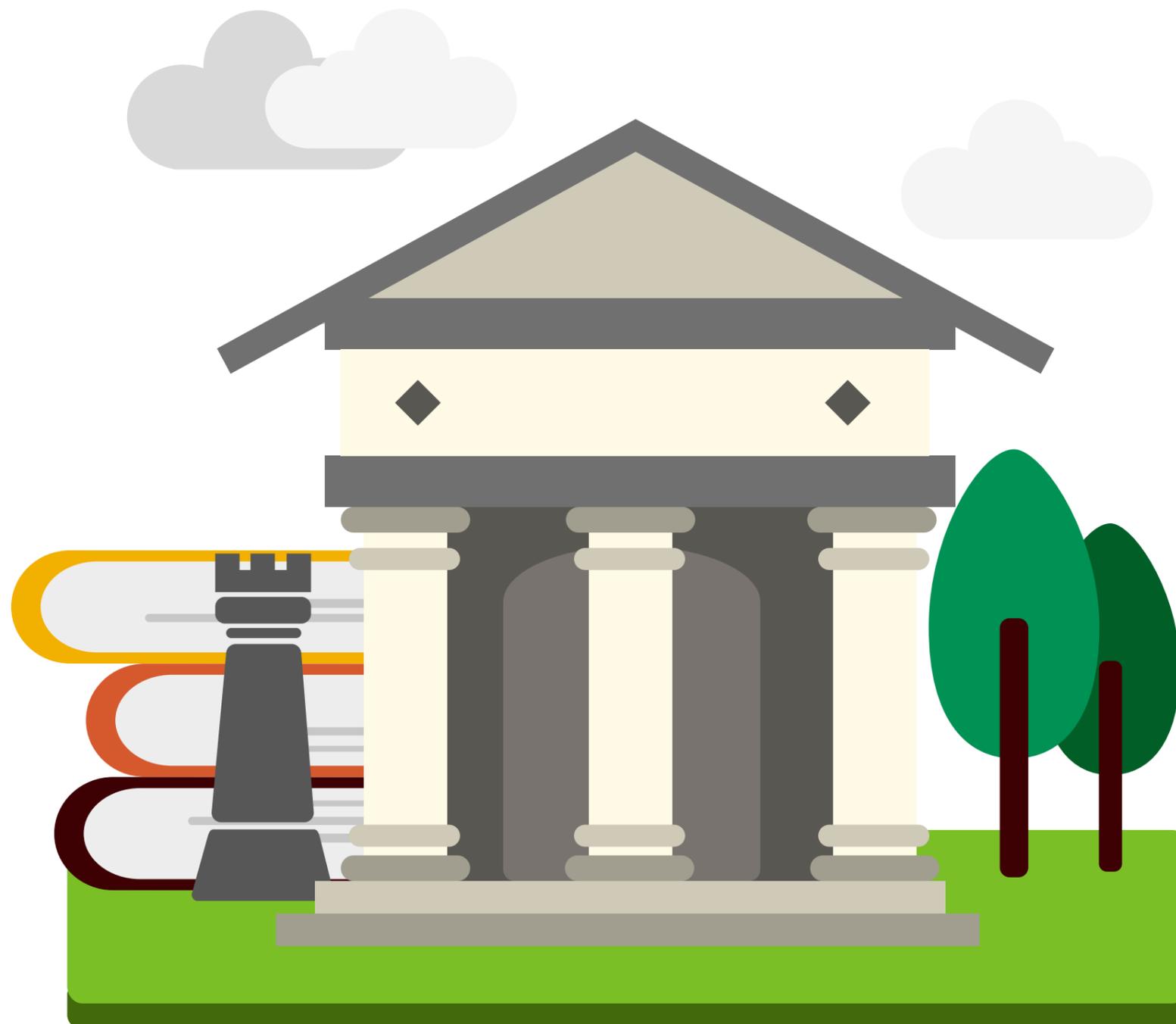
- **MEMÓRIA INSTITUCIONAL** - O Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba participou da 17ª Semana Nacional de Museus e da 13ª Primavera de Museus. Além disso, remontou a exposição “Reflexos da ditadura militar na PB - 50 anos depois” e recebeu diversas turmas de estudantes do ensino fundamental, médio e superior, de instituições de ensino da região metropolitana de João Pessoa e do interior do estado.

- **BIBLIOTECA** - A Biblioteca Procurador. João Jurema atuou na gestão e circulação do seu acervo, incluindo melhoria da sala de leitura, com instalação de 6 notebooks e a gestão dos contratos da Biblioteca Digital Forum, revistas e jornais, disponibilizados aos usuários da biblioteca.

- **ATIVIDADES LITERÁRIAS E CULTURAIS** - Através do projeto “Eleitoras”, na biblioteca, foram realizados diversos eventos para promoção da leitura e divulgação do acervo e serviços da biblioteca; entre eles, destacam-se lançamentos de livros de servidores da casa, rodas de leitura, oficinas artísticas e apresentações musicais.

- **GRUPO CENÁRIO ELEITORAL** - O grupo teatral Cenário eleitoral, sob a orientação do Diretor artístico Antônio Deol, atuou na pesquisa, leitura, montagem e apresentação dos espetáculos Tic-tac, Bolha de sabão e Auto de Natal, além da remontagem do espetáculo ‘Eu e a corrupção’, seguida de várias apresentações.

- **AÇÕES SOLIDÁRIAS** - A Seção de biblioteca do TRE/PB promoveu a Campanha “Papai Noel dos Correios 2019”, na qual 128 cartas foram adotadas pelos seus servidores. Além disso, foi realizada a Campanha “Bibliosolidários” para arrecadação de livros infantis e gibis destinados à distribuição gratuita em comunidades carentes.



Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 2017 foram aprovados a Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral da Paraíba (Resolução TRE/PB nº 11/2017) e o Manual de Gestão de Riscos.

De acordo com o referido modelo, a gestão de riscos é conduzida de forma descentralizada pelos responsáveis pelas unidades administrativas, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação e durante a execução de processos de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais.

O manual de gestão de riscos definiu quatro categorias de riscos: estratégicos, operacionais, de comunicação e de conformidade. Link para o manual: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/manual-de-gestao-de-riscos-do-tre-pb>.

Assim, nas unidades organizacionais ou de forma integrada na elaboração de programa e projetos, como o Programa das Eleições, são identificados, avaliados e tratados, os riscos que podem comprometer a eficiência dos processos e a eficaz entrega de valor ao

cidadão, constringendo o alcance dos objetivos estratégicos. Após a devida identificação dos riscos, estes são analisados em termos de probabilidade versus impacto, conforme a matriz de “apetite a riscos” abaixo:

Tabela 1: Matriz “Apetite a Riscos”

Nível de risco		PROBABILIDADE				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
IMPACTO	5 Muito Alto				Absolutamente Inaceitável	
	4 Alto					
	3 Médio			Inaceitável		
	2 Baixo					
	5 Muito Baixo	Aceitável				



Depois de avaliados, com base no apetite a risco do Tribunal, é verificada a existência de controles implementados que possam mitigá-los, bem como a sua eficácia. Obtém-se o risco residual, impulsionando o planejamento de ações preventivas ou de mitigação. Em seguida, é feito o monitoramento, análise crítica e comunicação.

Além disso, o Tribunal passou a adotar o modelo de gerenciamento de riscos das “Três Linhas de Defesa”, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão.

Figura 15: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa”



PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

- a. instituir, implementar e manter controles internos eficientes;
- b. implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles internos; e
- c. identificar, mensurar, avaliar e mitigar riscos.

SEGUNDA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

- a. intervir, caso necessário, diretamente na primeira linha de defesa de modo a modificar e desenvolver os controles internos estabelecidos e os sistemas de riscos; e
- b. estabelecer diversas funções, como fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos, facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos e a conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar controles da primeira linha de defesa.

TERCEIRA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

avaliar a eficácia da governança do gerenciamento de riscos e dos controles, incluindo a forma com a primeira e segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.



Com esse modelo, fortalece-se o sistema de controle interno da organização, pois cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema, de acordo com a estrutura organizacional.

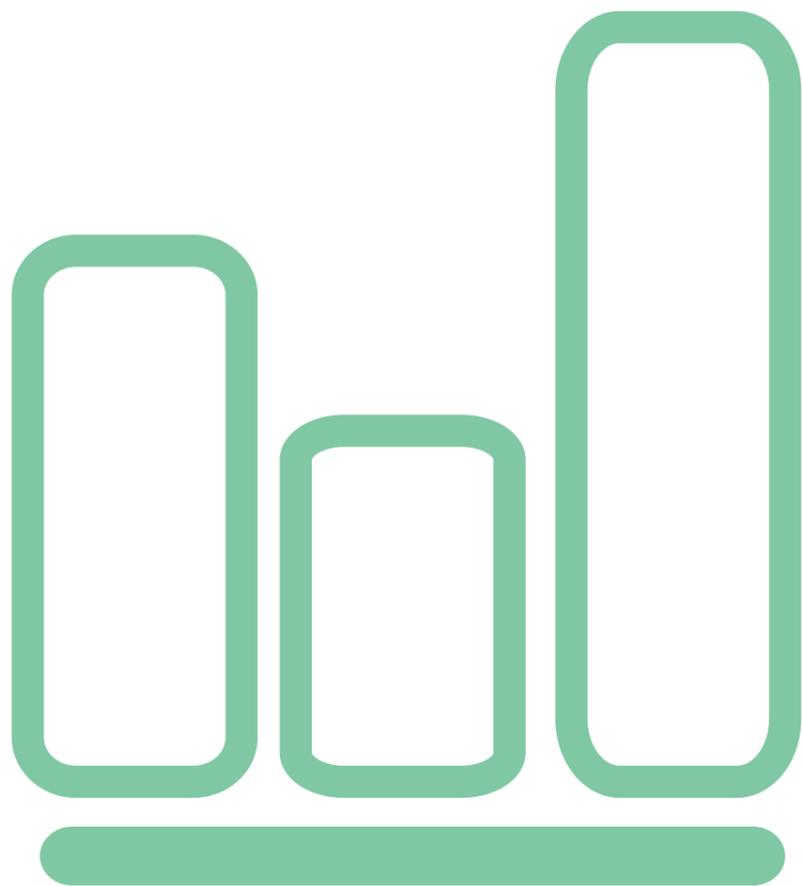
No exercício 2019, os riscos mais significativos foram identificados e tratados no âmbito dos projetos estratégicos. Os planos de riscos são monitorados e comunicados ao Conselho de Governança, subsidiando as decisões, as medidas preventivas e proativas necessárias.

Os principais riscos relacionados à estratégia organizacional e as medidas de mitigação correlatas são demonstrados na tabela abaixo:

ÁREA	TIPO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Eleições	Comunicação	Disseminação de notícias falsas sobre a segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral	Desestabilização do processo eleitoral. Desconfiança dos eleitores nas Instituições democráticas. Impacta na imagem da Justiça Eleitoral junto à Sociedade. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais; OE7 – Fortalecimento da governança.	Campanha institucional de esclarecimentos sobre notícias falsas, promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral; Programa de combate à desinformação; Audiência pública sobre a segurança da urna.
Eleições Infraestrutura	Operacional	Restrições/Cortes orçamentários	Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais; OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase no primeiro grau; OE6 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária.	Gerenciamento e acompanhamento da execução do serviço extraordinário; Atendimento às recomendações de auditorias internas; Celebração de parcerias.
Pessoas	Operacional	Carência de pessoal, em razão do quadro reduzido de servidores, frente às novas demandas	Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase no primeiro grau	Reestruturação das unidades da Secretaria do Tribunal, por meio da aprovação de novo Regulamento Interno; Dimensionamento da Força de Trabalho.
Pessoas	Operacional	Integridade dos sistemas corporativos, em especial do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH)	Objetivos estratégicos impactados: OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase no primeiro grau; OE8 – Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura.	As falhas detectadas são reportadas de imediato aos setores competentes da área de tecnologia da informação deste Tribunal e do TSE.
TIC	Operacional	Ineficiência do sistema de controle patrimonial disponibilizado pelo TSE	Objetivos estratégicos impactados: OE8 – Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura	As falhas detectadas são reportadas de imediato ao TSE, responsável pela contratação do sistema de controle patrimonial.
TIC	Operacional	Exploração de vulnerabilidades da infraestrutura de TIC	Objetivos estratégicos impactados: OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais; OE7 – Aperfeiçoamento da governança.	Criação do Núcleo de Segurança da Informação; Criação de normas para aprimoramento da segurança da informação; Aprimoramento dos processos de segurança da informação; Capacitação de servidores em segurança da informação.

Tabela 2: Principais riscos estratégicos

Ressalta-se, ainda, a atuação da Coordenadoria de Auditoria Interna que, em cada auditoria realizada, tem-se pautado pelo fomento da criação de uma cultura de identificação/análise de riscos e melhoria/estabelecimento de controles na administração do Tribunal.



RESULTADOS DA GESTÃO

Objetivos Estratégicos Finalísticos

O Plano Estratégico Institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba (Resolução TRE/PB nº 13/2015) define objetivos, indicadores de desempenho, metas e estratégias com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral.

A persecução do cumprimento dos objetivos estratégicos se dá através do estabelecimento de indicadores de desempenho e suas respectivas metas. Para o alcance das metas, as unidades elaboraram iniciativas estratégicas, que consistem em conjuntos de projetos e planos de ação destinados a ajudar a organização a alcançar os resultados almejados. O Portfólio das iniciativas está disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico>.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico Institucional, o Tribunal promove Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), conforme previsto no art. 9º da Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no art. 6º da Resolução 13/2015 TRE/PB. As atas e apresentações podem ser acessadas no portal do TRE/PB, através do link: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico>.

Os objetivos estratégicos estão distribuídos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Recursos. São eles:



Os resultados alcançados estão descritos no infográfico a seguir, com informações sobre o percentual de cumprimento dos objetivos estratégicos:



Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



Gráfico 6: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Geral



Os gráficos a seguir apresentam informações sobre os indicadores e metas relacionadas aos objetivos estratégicos finalísticos: “Garantia dos direitos de cidadania”, “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”, “Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais” e “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, cujos resultados alcançados corresponderam a 83,55%, 83,75%, 100% e 95,91%, respectivamente:



Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

Perspectiva Sociedade

OE1 – Garantia dos Direitos de Cidadania



Contribuição para o Atingimento dos Objetivos



Indicadores	Meta	Resultado
IE1	93,00%	94,19%
IE2	20 dias	38 dias
IE3	43,00%	60,00%
IE4	60 ações	38 ações
IE5	100,00%	747,52%
IE6	55 ações	40 ações

Gráfico 7: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Sociedade



As ações realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral, Ouvidoria Eleitoral, Núcleo Socioambiental e Comissão de Acessibilidade contribuíram para o Objetivo Estratégico 1 – Garantia dos Direitos de Cidadania, através de Programas de Cidadania, Audiências Públicas e Campanhas, que proporcionaram à sociedade e ao corpo funcional, esclarecimentos sobre a importância na participação política, com foco no acompanhamento da gestão pública, o acesso à informação, medidas sustentáveis e de acessibilidade.

O Projeto Mandato Legal, coordenado pela Escola Judiciária Eleitoral, em parceria com quatro escolas públicas da rede estadual de ensino, com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e com a Câmara Municipal de João Pessoa, oportunizou o conhecimento mais aprofundado das ferramentas de gestão disponíveis para acompanhamento dos recursos públicos empregados, contribuindo, de maneira geral, para o combate à corrupção e a formação cidadã do público envolvido.

Em comemoração ao Dia Internacional de Acessibilidade, foi montado um posto de atendimento de recadastramento biométrico na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência - FUNAD, promovendo acessibilidade para a biometria e facilitando o recadastramento de pessoas com deficiência.

Dentre os programas e ações voltados para a promoção da cidadania, destacam-se

Figura 16: Programas, Projetos e Ações voltados para a Promoção da Cidadania



Perspectiva Processos Internos

Objetivos

OE2 – Combate à corrupção e à improbidade administrativa



● Resultado ● A cumprir

OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais



● Resultado ● A cumprir

OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



● Resultado ● A cumprir

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

Contribuição para o Alcance dos Objetivos

IE7 – Índice de cumprimento das recomendações expedidas nos relatórios de auditoria pela Coordenadoria de Controle Interno



IE8 – Índice de julgamento prioritário de ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo



IE9 – Índice de reconhecimento biométrico do eleitor



IE10 – Índice de execução do Planejamento Integrado de Eleições



IE11 – Índice de maturidade em segurança da informação



IE13 – Índice de processos de reconhecimento suscitados em relação aos distritos (Meta 1 - 100%)



IE13 – Índice de julgamento de processos anexo (Meta 2 - 100%)



IE14 – Taxa de congestionamento



Indicadores	Meta	Resultado
IE7	65,00%	65,11%
IE8*	70%	67,5%
2016	90%	61,11%
2018	70%	74,07%

Indicadores	Meta	Resultado
IE9		*Atendido só em anos eleitorais
IE10		*Atendido só em anos eleitorais
IE11	0,54 (nível básico)	0,54 (nível básico)

Indicadores	Meta	Resultado
IE13	100,00%	106,61%
IE13	90,00%	102,06%
IE14	1º grau - 48% 2º grau - 40%	1º grau - 29% 2º grau - 33%

Gráfico 8: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Processos Internos

Em relação aos demais objetivos estratégicos finalísticos, registra-se que o Objetivo Estratégico 2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa e o Objetivo Estratégico 4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, estão alinhados às metas nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assumidas como passos importantes à oferta de uma prestação jurisdicional mais efetiva, célere e de qualidade para a sociedade, direcionando ações que refletiram nos resultados dos indicadores estratégicos relacionados.

MESTAS CNJ	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	METAS	RESULTADO
META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.	OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	IE12 – Índice de processos de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos.	100%	136,1%
META 2 – Julgar processos mais antigos	OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	IE13 - Índice de julgamento de processos antigos	90%	102,6%
META 4 – Identificar e julgar processos prioritários	OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa.	IE8 - Índice de julgamento prioritário de ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo.	75% de julgamento das ações por instância.	70% no 1º Grau e 56% no 2º Grau
META ESPECÍFICA 1 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico	OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Iniciativa Estratégica nº 17	100%	100%
META ESPECÍFICA 2 - Ações para educação eleitoral	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania.	IE4 - Número de ações socioeducativas.	75%	100%

Quadro 4: Metas CNJ

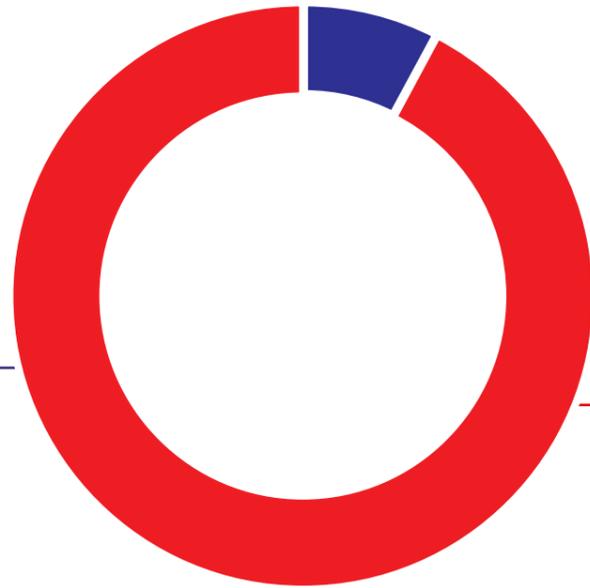
O desempenho do TRE/PB na Meta Específica 4 - CNJ, embora abaixo do estabelecido, apresentou evolução em relação a anos anteriores. Ressalta-se que a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no primeiro grau, foi executada no segundo semestre do exercício e a expectativa é que além de contribuir para a celeridade processual, seja possível monitorar o congestionamento dos processos judiciais, de forma mais efetiva e transparente.

Em relação as demais metas, o bom desempenho da Justiça Eleitoral da Paraíba, foi resultado de estratégias bem-sucedidas, que permitiram o mapeamento de processos pendentes de julgamento, o monitoramento pela alta gestão e o acompanhamento quanto ao cumprimento das respectivas metas, na realização das correições, que abrangeram 50% (cinquenta por cento) do total das Zonas Eleitorais do Estado da Paraíba.



Gráfico 9: Justiça Eleitoral em Números - Despesas Totais

166.022.884,29



Outras Despesas
12.475.722,87
18,34%

Recursos Humanos
153.547.162,02
81,65%



Despesas de capital
4.894.006,76
39,23%

Outras despesas correntes
7.581.716,11
60,77%



Pessoal e encargos
135.571.731,58
88,29%

Outras
1.948.600,16
1,26%

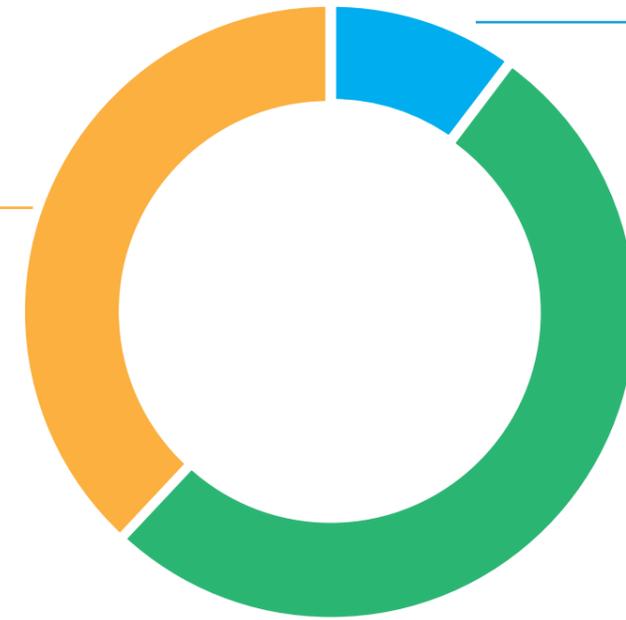
Terceirizados
6.744.844,86
4,92%

Benefícios
8.571.892,66
5,58%

Estagiários
710.092,76
0,46%

Gráfico 10: Justiça Eleitoral em Números - Força de Traba-

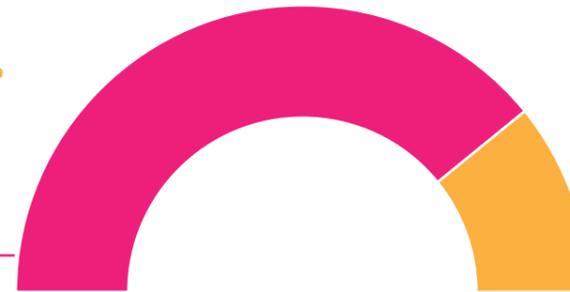
Total: 757



Magistrados
75
9,91%

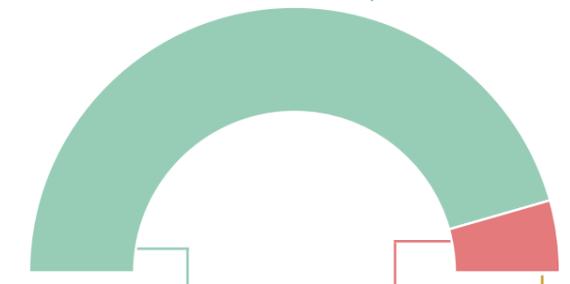
Servidores
394
52,05%

Força de trabalho auxiliar
288
38,04%



Terceirizados
194
77,91%

Estagiários
55
22,09%

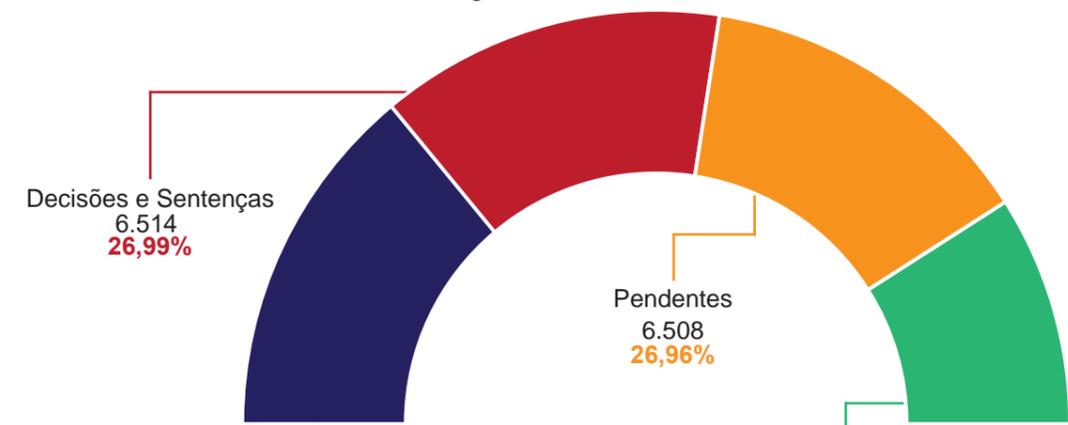


Efetivos
394
90,99%

Requisitados
39
9,01%

Comissionados
0
0%

Gráfico 11: Justiça Eleitoral em Números - Gestão Judiciária



Decisões e Sentenças
6.514
26,99%

Baixados
6.749
27,96%

Pendentes
6.508
26,96%

Casos Novos
4.366
18,09%



Para a realização da sua Missão Institucional: “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, a Justiça Eleitoral da Paraíba elaborou o Planejamento Integrado das Eleições, reunindo os projetos, o formato de comunicação e o modelo de gestão, resultando no Programa Eleições 2020, onde foram identificadas as atividades necessárias para a preparação e a execução do próximo pleito, com a participação dos gestores e aprovação pelo Conselho de Governança.

No total, foram aprovados 18 (dezoito) projetos e 5 (cinco) planos de ação, com orçamento estimado em R\$ 6.782.066,02. A seguir, apresenta-se a visão macro da estrutura analítica do Programa Eleições:



Figura 17: Programa Eleições

No mesmo exercício, em 17 de março, foi realizada eleição suplementar no município de Cabedelo, para os cargos de prefeito e vice-prefeito.

Foram utilizadas:

138 urnas



distribuídas em 32 locais de votação



que contaram com a participação de 34.597 eleitores

tendo como orçamento R\$168.604,34



Em outubro, durante a realização das eleições unificadas dos conselhos tutelares, o TRE/PB, atuou na parametrização e empréstimo de urnas eletrônicas para os municípios de Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Patos, Pombal, Santa Rita e Sousa, além de fornecer treinamento aos técnicos de suporte. Ao todo, 1.182.187 eleitores votaram com urnas eletrônicas nas eleições para conselheiros tutelares.



Perspectivas e Desafios

A sociedade brasileira continua apresentando um olhar de desconfiança e descrédito em relação às instituições públicas. Estas, por sua vez, precisam demonstrar com eficácia a razão e a necessidade de sua existência. Nesse sentido, torna-se imprescindível a execução de um processo contínuo de revisão e melhoria dos serviços prestados para que a excelência ansiada seja atingida e, assim, o cidadão seja beneficiado com uma atuação eficiente, eficaz e célere.

De maneira geral, a desconfiança dos cidadãos está relacionada, em grande parte, com a percepção do mau funcionamento das instituições. Nesse diapasão, os sistemas de controle protagonizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União direcionam e disciplinam a forma de atuação desta Justiça Eleitoral, de modo a cumprir o que lhe é destinado, evitar o que não deve ser realizado e corrigir o que o foi de maneira incorreta ou equivocada.

Merecem destaque as Metas do Conselho Nacional de Justiça: Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos; Meta 2 – Julgar processos mais antigos e a Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, que muito contribuem para impulsionar a celeridade na prestação jurisdicional. Mister também registrar a atuação do Tribunal de Contas da União, responsável pela auditoria externa deste órgão, estabelecendo nortes para que o aperfeiçoamento da gestão pública seja alcançado por meio da melhoria da governança, dos controles e da gestão de risco, já implementados por este Regional.

Importante informar que o TRE-PB vem investindo em ações voltadas ao aumento da produtividade. Em 2019, concluiu-se a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todas as Zonas Eleitorais, além das classes judiciais que faltavam para o 2º grau. A implantação nas Zonas Eleitorais trouxe a integração das classes judiciais

entre 1º, 2º e 3º graus. Assim, um volume cada vez maior de recursos tenderão a subir, permitindo ao jurisdicionado o conforto e a celeridade de um processo eletrônico. Entretanto, 2020 será um ano de atenção visto que, além das Eleições Municipais, em que aumentam o número de processos, haverá a necessidade de tratamento de eventuais correções que o novo sistema venha a apresentar.

Salienta-se que a prestação rápida e eficiente dos serviços públicos ofertados demanda da área de tecnologia da informação e comunicação investimentos frequentes em equipamentos e softwares, desenvolvimento ou contratação de soluções, aperfeiçoamento de processos de trabalho e capacitação de servidores, em contrapartida a um cenário de redução orçamentária e enxugamento da força de trabalho também na área de Tecnologia do Tribunal, cujo quadro atual já é menor do que há dez anos.

Outro importante desafio corresponde ao aprimoramento dos mecanismos de segurança da informação, para que a crescente dependência de Tecnologia da Informação e Comunicação não implique em riscos à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas através dos serviços prestados pelo TRE-PB aos eleitores, candidatos, partidos políticos e sociedade em geral.

Um assunto de extrema relevância a ser enfrentado por toda a Justiça Eleitoral, da qual o TRE-PB não é exceção, refere-se ao fenômeno das fake news e a utilização de aparato de robôs na disseminação de informações que intentam influenciar as eleições, através da internet. Em 2019, a Escola Judiciária Eleitoral deste Tribunal promoveu intenso trabalho de disseminação de conhecimentos técnicos sobre as ferramentas de segurança da urna eletrônica e do processo de votação. Entretanto, para 2020, faz-se necessário, além do embate jurídico do tema, a intensificação de ações educativas de prevenção e esclarecimento da matéria junto ao conjunto de eleitores, a exemplo das audiências públicas, envolvendo na discussão a comunidade

em geral e os operadores do direito.

No campo da gestão de pessoas, o principal desafio reside na tendência de não expansão do quadro de pessoal, decorrente das limitações orçamentárias. Para atender as novas demandas tem-se investido no aperfeiçoamento dos servidores e na implementação de novas ferramentas, voltadas para a otimização dos processos de trabalho, sem olvidar da saúde e qualidade de vida no trabalho.

Acredita-se que iniciativas como a gestão por competências e o dimensionamento da força de trabalho auxiliarão o Tribunal para o equilíbrio da distribuição do quadro de pessoal nas unidades de trabalho, de acordo com o volume e natureza do serviço.

No tocante aos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral paraibana, um desafio é a restrição orçamentária face às obras e reformas necessárias à sua preservação. Entretanto, algumas ações pontuais têm sido implementadas com a finalidade de mitigar as dificuldades decorrentes da carência de recursos e melhorar a situação de algumas unidades em nível de primeiro grau de jurisdição, tais como parcerias firmadas com a Justiça Comum Estadual e a Justiça do Trabalho, obtendo-se a cessão de imóveis ociosos do poder público para a instalação de Zonas Eleitorais.



DESAFIOS



- Desconfiança dos eleitores nas instituições democráticas;
- Disseminação de notícias falsas sobre a segurança dos Sistemas Eleitorais;
- Restrições orçamentárias e impossibilidade de criação de novos cargos;
- Aumento de demandas desproporcional à força de trabalho;
- Volume elevado de aposentadorias, reflexo das reformas do sistema previdenciário;
- Atendimento da crescente demanda por novas soluções de TIC, em contrapartida ao cenário de limitações orçamentárias;
- Manutenção segura da infraestrutura de TIC enquanto o risco de ciberataques tem aumentado em todo mundo;
- Ausência de padronização das soluções de TIC que seja fruto de ampla discussão nos órgãos do poder público;
- Limitações orçamentárias que inviabilizam novas construções e reformas dos imóveis.

PERSPECTIVAS



- Realização de parcerias com outras instituições, em continuidade ao trabalho de conscientização política;
- Implantação da política de gestão de pessoas que contemple o dimensionamento da força de trabalho e a gestão por competências;
- Celeridade na prestação jurisdicional com a utilização do Processo Judicial Eletrônico nas Zonas Eleitorais.

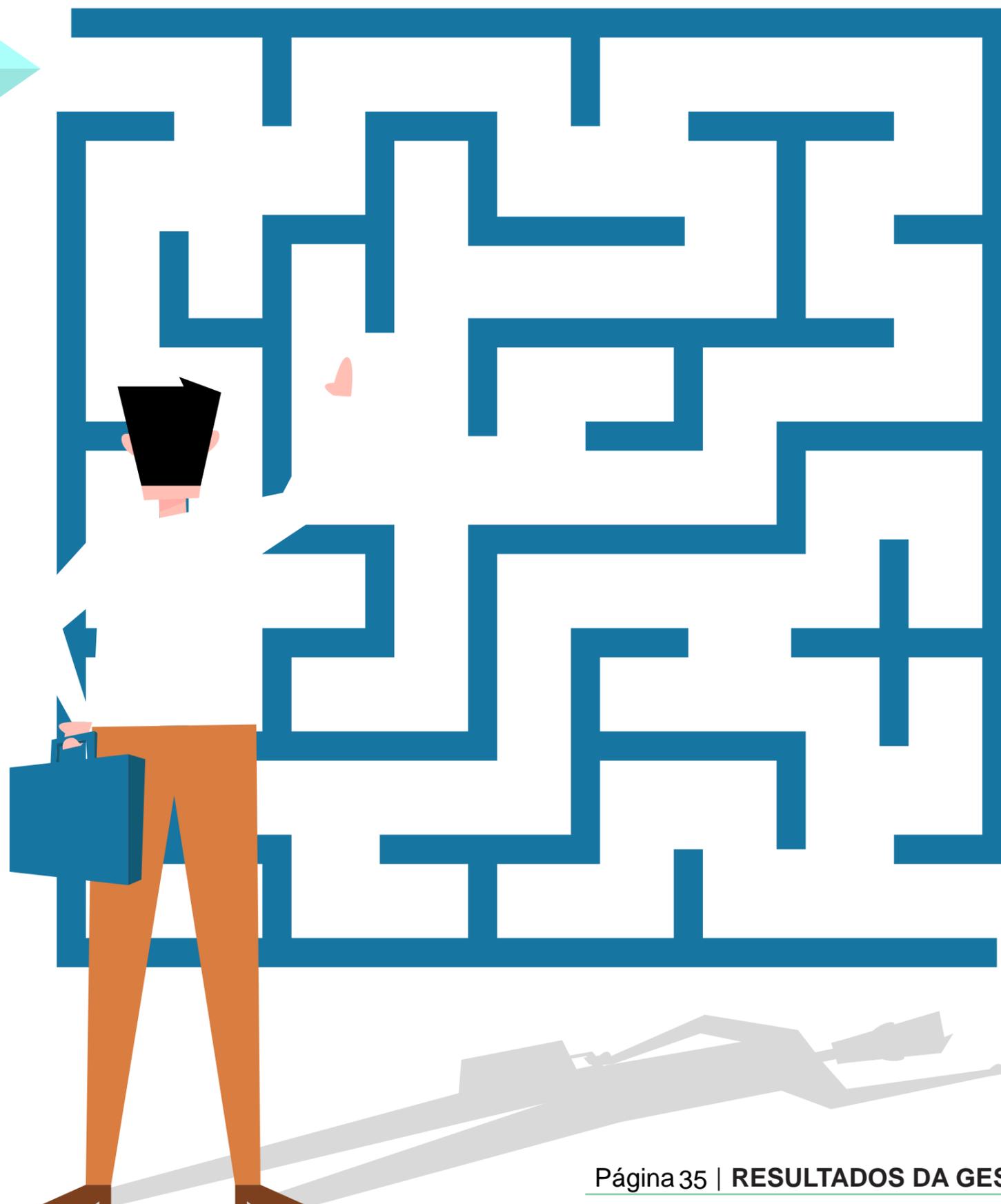
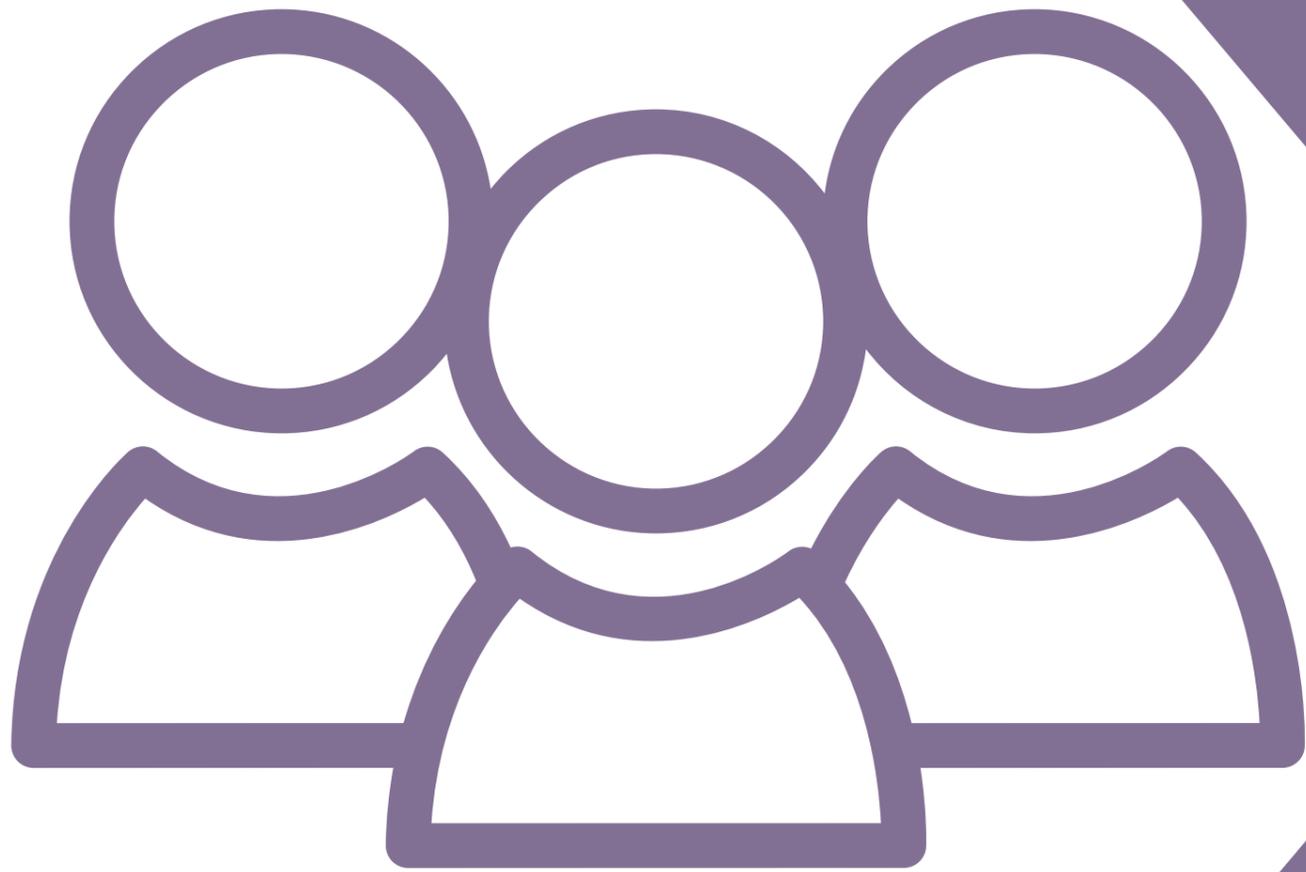


Figura 15: Perspectivas e Desafios





**CONFORMIDADE E
EFICIÊNCIA DA GESTÃO**

Mensagem da Diretora-Geral

O sistema de governança e gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, regulamentado pela Resolução nº 10/2017 - TRE/PB, compreende mecanismos de liderança, planejamento, estratégia e controle institucional, com a finalidade de consolidar um modelo de gestão amplo e otimizado, em observância à missão, visão de futuro e valores da Justiça Eleitoral Paraibana.

A Diretoria-Geral do TRE-PB integra as estruturas internas de governança, compondo o Conselho de Governança do Tribunal, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Comitê de Governança de Pessoas, responsáveis por definir e avaliarem a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba.

Conforme o Regulamento Interno (Resolução nº 14/2019), a Diretoria-Geral, dentre outras atribuições regimentais, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da estratégia organizacional do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, atuando na supervisão e na coordenação das atividades das Secretarias e Unidades a vinculadas. Nesse sentido, compete à Diretoria-Geral, dentre outros, diri-

gir, planejar, coordenar, orientar e controlar todas as atividades judiciárias e administrativas da Secretaria do Tribunal, com a supervisão da Presidência e conforme as deliberações do Pleno do Tribunal.

Sabe-se que o planejamento, a execução e o controle das ações no âmbito das organizações são etapas impostas ao Administrador para bem gerir a coisa pública, a fim de alcançar os resultados planejados com qualidade suficiente e custos razoáveis, atendendo inclusive às cobranças da sociedade e dos órgãos de controle interno e externo, de uma gestão eficiente, com transparência e eficácia na qualidade dos serviços públicos. Hodiernamente, porém os desafios são potencializados em razão do cenário econômico nacional, que resultou em novo Regime Fiscal e na edição da Emenda Constitucional n. 95/2016, impondo forte restrição orçamentária para todos os órgãos da Administração Pública Federal.

Demais disso, na Justiça Eleitoral, tem-se a particular periodicidade, onde o tradicional biênio se mostra muito curto para se implementar as ações necessárias para o desenvolvimento do Tribunal, daí nem todas as ações

são iniciadas e concluídas em uma mesma gestão. Assim, exige-se ainda mais do gestor público que precisa assenhorar-se de inúmeras informações, estruturas organizacionais, demandas e internas e externas, além de ficar atento para promover a continuidade das ações em desenvolvimento, principalmente as de médio e longo prazo, e as que se mostrem mais relevantes para o alcance dos objetivos institucionais do órgão.

Durante a gestão 2019, no tocante ao objetivo estratégico de Garantia dos Direitos de Cidadania, foram realizados a Eleição Suplementar de Cabedelo, o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares e diversas outras eleições parametrizadas. A Escola Judiciária Eleitoral fomentou as ações socioeducativas com vários projetos, os quais contemplaram cerca de três mil jovens. Atingimos índices importantes no quesito Sustentabilidade, com a diminuição no consumo de papel, água, energia elétrica, combustível, além da redução significativa de copos descartáveis, que passaram a ser de uso exclusivo ao público externo.

Quanto aos objetivos estratégicos relati-

vos aos processos internos, importa destacar a transformação digital, na seara judiciária, que atingiu importante avanço com a implantação do Processo Judicial Eletrônico no primeiro grau de jurisdição - Zonas Eleitorais.

No que pertine ao objetivo estratégico Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas celebramos bons resultados, porquanto representam elas nosso maior ativo. Inúmeras ações voltadas à valorização e capacitação dos servidores foram desenvolvidas. Iniciativas como o dimensionamento da força de trabalho de TRE-PB, a gestão por competências e os diversos projetos voltados à qualidade de vida do servidor trouxeram incremento à produtividade e melhoria do clima organizacional.

No que se refere à Gestão Administrativa e Orçamentária, trabalhou-se muito para evoluir, resultando na execução de 97,2% das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) da dotação autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Foram adotadas medidas voltadas à melhoria e conservação dos bens imóveis e móveis do Tribunal, sendo relevante registrar também o valioso investimento em infraestrutura e soluções de tecnologia da informação e comunicação, que pode ser exemplificado com a aquisição do Rack Cofre.

A performance do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no aspecto de conformidade,

evoluiu com a produção e o cumprimento de normativos necessários ao aperfeiçoamento das atividades e ao fortalecimento do controle da gestão, as quais significaram elevação no nível de atendimento às demandas do CNJ e das Auditorias Internas.

Ante todo o exposto, e apesar de todos os desafios encontrados, declaro que foram observados os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, cumprindo-se as metas e objetivos estratégicos deste TRE, tudo em alinhamento ao Plano Estratégico desta Justiça Eleitoral.



Alexandra Maria Soares Cordeiro
Alexandra Maria Soares Cordeiro
Diretora-Geral

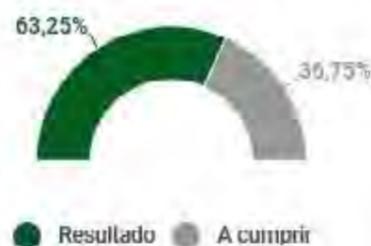
Objetivos Estratégicos das Áreas de Gestão

O Plano Estratégico da Justiça Eleitoral da Paraíba, além de definir os objetivos e estratégias com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral, orienta a elaboração da proposta orçamentária, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos planos anuais de capacitação e desenvolvimento e do plano de contratações, harmonizando-os às iniciativas estratégicas e aos indicadores de desempenho. Os objetivos estratégicos relacionados à perspectiva “Pessoas e Recursos”, do Plano Estratégico Institucional, apresentaram os seguintes resultados no exercício 2019:



Perspectiva Pessoas e Recursos

OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase ao primeiro grau



OE6 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária



Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

IE15 – Índice de unidades com competências mapeadas
 IE16 – Índice de adequação às competências
 IE17 – Índice de execução do Plano Anual de Capacitação
 IE18 – Índice de satisfação do Clima Organizacional

*Medição (IE18):
 Bidualmente, no mês de dezembro dos anos não eleitorais.



Indicadores	Meta	Resultado
IE15	20,00%	15,50%
IE16	70,00%	0,00%
IE17	90,00%	70,35%
IE18	80%	82,77%

IE19 – Aderência da execução ao planejamento orçamentário
 **Medição(IE19):
 Anualmente, no mês de Abril.

IE20 – Perdas Orçamentárias
 ***Medição(IE20):
 Anualmente, no mês de Abril.
 A meta é reduzir em 10%



Indicadores	Meta	Resultado
IE19	88%	84,8%
IE20	10%	0,2%

Gráfico 12: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

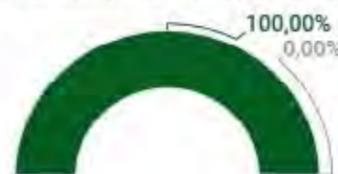




TRE-PB

Perspectiva Pessoas e Recursos

OE7 – Fortalecimento da governança



● Resultado ● A cumprir

OE8 – Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura



● Resultado ● A cumprir

Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



● Resultado ● Para alcançar a meta

Indicadores	Meta	Resultado
● IE21	70%	74,00%
● IE22	0,45	0,59
● IE23	0,71	0,73



● Resultado ● Para alcançar a meta

Indicadores	Meta	Resultado
● IE24	60%	90%
● IE25	85%	63%

Gráfico 13: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos



Em relação ao Objetivo Estratégico nº 5 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase do primeiro grau”, ressalta-se que os esforços foram direcionados ao dimensionamento da força de trabalho, projeto coordenado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que contribuirá para a implementação da gestão por competências. No que diz respeito ao Plano Anual de Capacitação, embora a execução em termos quantitativos de cursos tenha sido abaixo da meta estabelecida, a estratégia de priorizar os cursos in company alcançou um maior número de servidores, com redução de custos e mais oportunidades. Também é importante destacar as ações de saúde realizadas, envolvendo servidores e familiares, prestadores de serviço, estagiários e magistrados, totalizando 1.143 participações, que contribuiram para a qualidade de vida e o índice de satisfação do clima organizacional.

No que diz respeito ao objetivo estratégico OE6 “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária” a aderência da execução orçamentária ficou um pouco abaixo da meta estipulada, embora tenha ocorrido uma evolução de 2%, em comparação com o exercício anterior. Já em relação às perdas orçamentárias, o resultado superou a meta estabelecida, graças à preocupação e monitoramento constantes da Alta Administração.

O Objetivo Estratégico nº 7 “Fortalecimento da Governança” apresentou evolução de desempenho, fruto da adoção de métodos e práticas de gestão adotadas pelo Tribunal, a exemplo do Sistema de Governança e Gestão, Política de Gestão de Riscos, Gestão de Processos e Gestão de Projetos. Destaque para o índice de maturidade em gestão de riscos e o índice de governança de TIC (iGovTIC-JUD), que apresentaram resultados acima das metas, graças aos investimentos em novas tecnologias e capacitações.

O TRE/PB dispõe de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC (Resolução TRE-PB nº 13/2016), bem como de Plano Diretor e de Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação. O monitoramento da execução é realizado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, oportunidade em que os resultados dos indicadores são comparados com as metas estabelecidas e realizadas deliberações sobre ajustes e outras medidas para melhoria do desempenho na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Consideradas as prioridades estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2019, apresentam-se os resultados obtidos nos seguintes objetivos estratégicos de TIC, vistos na próxima página:





Número de Objetivos Estratégicos de TIC
08

Número de Indicadores Estratégicos de TIC
13

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016 - 2021

Alcance das Metas dos Objetivos Estratégicos de TIC

Perspectiva Sociedade

OE1 - Ampliação de serviços oferecidos para a sociedade



● Resultado ● A Cumprir

Perspectiva Processos Internos

OE2 - Fornecimento de informações úteis e acessíveis para a tomada de



● Resultado ● A Cumprir

OE3 - Conhecimento, expertise e iniciativas para inovação de negócios



● Resultado ● A Cumprir

OE4 - Principal pela satisfação dos usuários internos da TIC



● Resultado ● A cumprir

Perspectiva Pessoas e Recursos

OE5 - Gestão de risco institucional de TIC



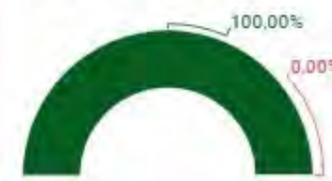
● Resultado ● A cumprir

OE6 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária



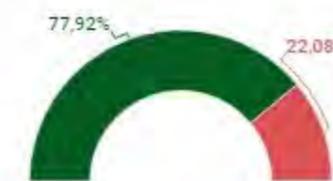
● Resultado ● A cumprir

OE7 - Garantia da infraestrutura de TIC apropriada para atividades judiciais e administrativas



● Resultado ● A cumprir

OE8 - Valorização dos profissionais de TIC



● Resultado ● A cumprir

Observações:
1) Objetivo Estratégico OE6:
- IEB-Perdas Orçamentárias de TIC:
Não é possível sua mensuração como estabelecido atualmente.

Posição em 04/03/2020

Gráfico 14: Alcance das Metas dos Objetivos Estratégicos de TIC





Perspectiva Sociedade

OE1 - Ampliação de serviços oferecidos para a sociedade



Contribuição para Alcançe dos Objetivos

Acompanhamento dos objetivos estratégicos e seus indicadores



t





OE2 - Fornecimento de informações úteis e acessíveis para a tomada de decisão



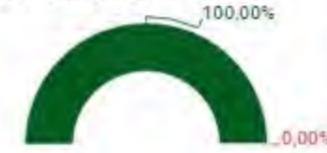
● Resultado ● A Cumprir

OE3 - Conhecimento, expertise e iniciativas para inovação de negócios



● Resultado ● A Cumprir

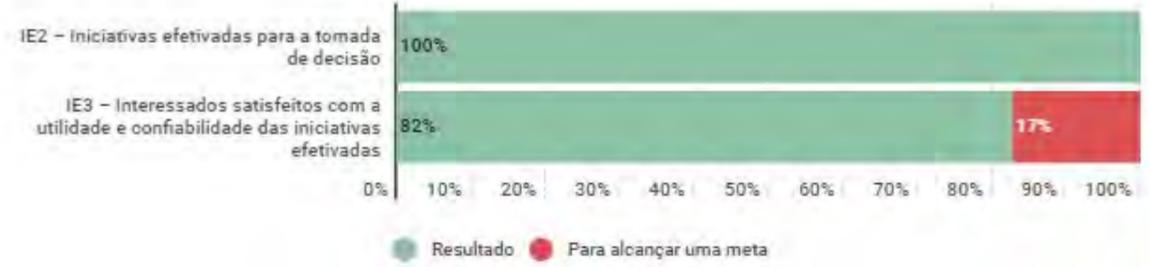
OE1 - Principal pela satisfação dos usuários internos da TIC



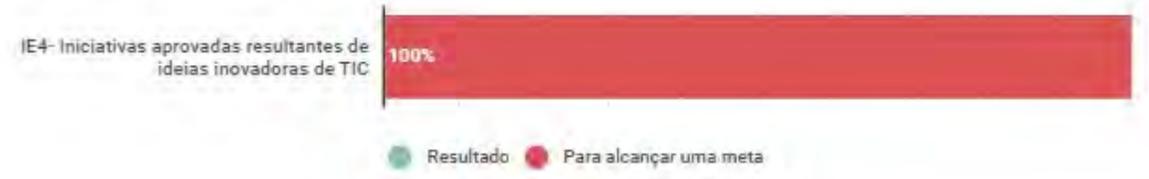
● Resultado ● A cumprir

Contribuição para Alcançe dos Objetivos

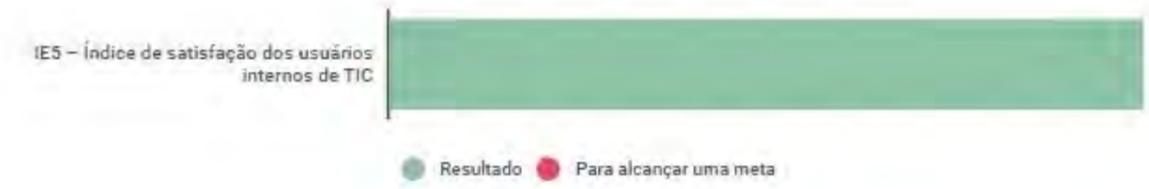
Acompanhamento dos objetivos estratégicos e seus indicadores



Indicadores	Meta	Resultado
IE2	1	2
IE3	80%	66,25%



Indicadores	Meta	Resultado
IE4	1	0 0



Indicadores	Meta	Resultado
IE5	90%	95,9%

Gráfico 16: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Processos Internos



OE5 - Gestão de risco organizacional de TIC



OE6 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária de TIC



Contribuição para Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos objetivos estratégicos e seus indicadores



Indicadores	Meta	Resultado
● IE6	35	4



Indicadores	Meta	Resultado
● IE7	85%	67,66%
● IE8	-	-

* Medição (IE8-Perdas Orçamentárias de TIC). Não é possível sua mensuração como estabelecido atualmente.

Gráfico 17: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos





OE7 - Garantia da infraestrutura de TIC apropriada para atividades judiciais e administrativas



● Resultado ● A cumprir

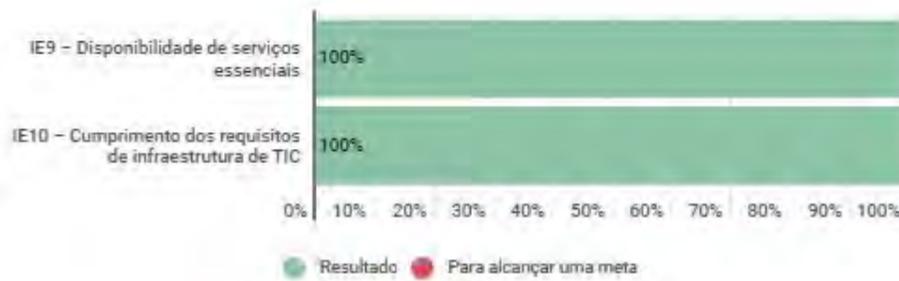
OE8 - Valorização dos profissionais de TIC



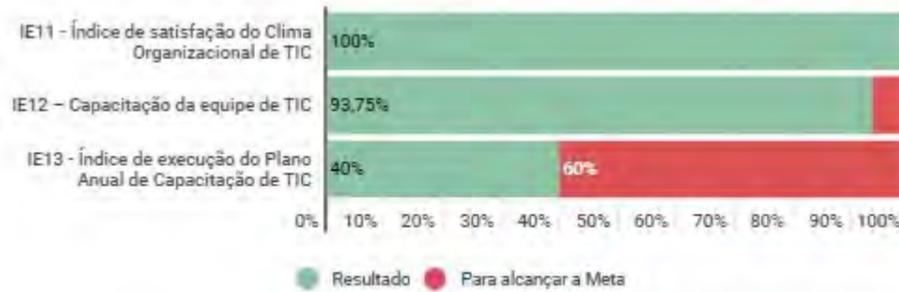
● Resultado ● A cumprir

Contribuição para Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos objetivos estratégicos e seus indicadores



Indicadores	Meta	Resultado
● IE9	99%	99,84%
● IE10	95%	96%



Indicadores	Meta	Resultado
● IE11	90%	92,86%
● IE12	80%	75%
● IE13	100%	40%

* Medição (IE13):
 - Quantidade de cursos realizados em 2018 e previstos no PAC de TIC = 4
 - Quantidade de cursos previstos no PAC de TIC = 5
 PAC (Plano Anual de Capacitação)

Gráfico 18: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos



A área de tecnologia da informação e comunicação é marcada pela constante inovação. Nesse sentido, visando atender as principais demandas dos usuários internos e externos da Justiça Eleitoral, foram realizadas ações que contribuíram para o alcance das metas estabelecidas:

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TIC	PLANO DIRETOR DE TIC
1. Ampliação dos serviços oferecidos para a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • e-Lego (Apoio às eleições do CMDCA); • Controle de propaganda de rua; <ul style="list-style-type: none"> • PJe Zonas; • BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão).
2. Provimento de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> • PortCRE 3.5; PortalBR.
5. Gestão do risco organizacional de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento dos processos de governança e gestão de TIC -fase 1
7. Garantia da infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC; <ul style="list-style-type: none"> • Atualização da infraestrutura de TIC da Secretaria do Tribunal; • Ampliação da Alta disponibilidade do datacenter e serviços de comunicação de dados.

Tabela 3: Objetivos Estratégicos de TIC x Plano Diretor de TIC



Execução Orçamentária

Dotação inicial

A Lei Orçamentária Anual de 2019 – LOA/2019 consignou para o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para atender as despesas do exercício 2019, o valor inicial de R\$ 150.440.554,00 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e quarenta mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais), sendo:

Pessoal – R\$ 108.336.572,00 (cento e oito milhões, trezentos e trinta e seis mil e quinhentos e setenta e dois reais), correspondendo a 72,01% da LOA

Contribuição da União e suas Autarquias (PSSS – Servidor Ativo) - R\$ 14.836.900,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e seis mil e novecentos reais), correspondendo a 9,86% da LOA

Custeio – R\$ 26.899.214,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil e duzentos e quatorze reais), correspondendo a 17,88% da LOA

Investimentos – R\$ 367.868,00 (trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais), correspondendo a 0,24% da LOA.

Suplementação

Durante o exercício ocorreram suplementações no montante de R\$ 20.381.135,00 nas Ações: Pessoal Ativo (R\$ 11.166.431,00), Contribuição da União (PSSS – R\$ 909.351,00), Pessoal Inativo (R\$ 2.794.626,00) e 20GP (R\$ 5.510.727,00).

Descentralização de créditos

O TRE/PB efetuou descentralização de créditos em favor da Secretaria de Orçamento e Finanças/TSE (SOF/TSE) no valor de R\$ 469.600,00, nas Ações: Pessoal Ativo (R\$ 200.000,00), Assistência Pré-escolar (R\$ 138.000,00), Auxílio-transporte (R\$ 3.800,00), Auxílio-alimentação (R\$ 50.000,00), Auxílio-funeral e Natalidade (R\$ 42.800,00) e Assistência Médica (R\$ 35.000,00), identificados pela Seção de Benefícios – SEBEN como sobra orçamentária e devolvidos para aproveitamento dos recursos.

Execução

A dotação total autorizada foi de R\$ 170.443.470,00 e corresponde a dotação inicial na LOA (R\$ 150.440.554,00) + Suplementação (R\$ 20.381.135,00) - Movimentação Interna Líquida (R\$ 378.219,00).

Os créditos utilizados (empenhados) no exercício 2019 somaram R\$ 166.022.884,89, tendo sido pagos R\$ 165.223.423,92.

Ainda, o TRE/PB recebeu provisões de créditos orçamentários da SOF/TSE que consistiram efetivamente na dotação do programa de trabalho “Pleitos Eleitorais” no valor de R\$ 433.298,34. O escopo desse crédito foi o custeio de despesas com a eleição suplementar da 57ª ZE de Cabedelo (R\$ 168604,34) e com a contratação de serviços referentes a manutenção preventiva de urnas eletrônicas (R\$ 264.694,00).

Ainda, com foco no perfil dos gastos, apresentamos a evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função/unidade orçamentária, do que foi empenhado, liquidado e pago, senão vejamos:

Ano 2016

Unidade Orçamentária	Função Governo	Empenhado	Liquidado	Pago	
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	11.581.341,51	11.543.603,30	11.543.600,57
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	117.151.927,91	115.424.675,66	115.424.675,66
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	13.539.794,94	13.539.794,94	13.539.794,94
TOTAL			142.273.064,36	140.508.073,90	140.508.071,17

Ano 2017

Unidade Orçamentária	Função Governo	Empenhado	Liquidado	Pago	
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	2.644.837,14	2.626.973,76	2.626.973,76
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	127.737.532,12	127.136.371,28	127.127.487,51
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	16.719.717,56	16.719.717,56	16.719.717,56
TOTAL			147.102.086,82	146.483.062,60	146.474.178,83



Ano 2018

Unidade Orçamentária		Função Governo	Empenhado	Liquidado	Pago
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	15.806.084,43	15.667.032,07	15.661.318,92
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	133.122.385,59	131.845.359,23	131.845.359,23
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	17.958.923,62	17.958.923,62	17.958.923,62
TOTAL			166.887.392,64	165.471.314,92	165.465.601,77

Ano 2019

Unidade Orçamentária		Função Governo	Empenhado	Liquidado	Pago
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	430.244,74	420.210,60	420.210,60
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	145.288.638,10	144.499.211,27	144.499.211,27
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	20.304.002,05	20.304.002,05	20.304.002,05
TOTAL			166.022.884,89	165.223.423,92	165.223.423,92



Quanto ao detalhamento das despesas por grupos e elementos da despesa, segue planilha com os exercícios correspondentes aos anos de 2017 e 2018:

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – TOTAL								
DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1. Despesas de Pessoal	135.571.731,98	129.964.983,38	135.536.544,96	129.964.983,38	36.186,62	0,00	135.536.544,96	129.964.983,38
Vencimentos e Vari. Fixas – Pessoal Civil	97.990.414,04	89.711.050,74	97.990.414,04	89.711.050,74	0,00	0,00	97.990.414,04	89.711.050,74
Obrigações Patronais	15.062.072,64	14.833.231,82	15.062.072,64	14.833.231,82	0,00	0,00	15.062.072,64	14.833.231,82
Demais elementos do grupo	21.918.644,00	25.420.710,82	21.883.458,28	25.420.710,82	36.186,62	0,00	21.883.458,28	25.420.710,62
3. Outras Despesas Correntes	25.557.946,55	32.973.803,26	24.794.712,18	31.797.698,89	762.434,39	1.175.906,37	24.794.712,18	31.797.698,74
Outros Serv. de Terceiros – PJ	6.831.317,08	7.307.162,44	6.507.372,65	6.897.332,84	324.045,03	408.629,60	6.507.272,65	6.897.332,84
Locação de Mão-de-Obra	6.052.200,27	6.398.504,87	5.793.653,06	5.950.320,79	258.547,21	445.184,08	5.793.653,06	5.950.320,79
Auxílio-Alimentação	4.699.812,64	4.603.236,30	4.699.812,64	4.603.236,30	0,00	0,00	4.699.812,64	4.603.236,30
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	2.463.274,14	2.149.675,69	2.370.102,21	2.078.717,77	63.171,05	70.957,92	2.370.102,21	2.078.717,77
Outros Serviços de Terceiros – PF	1.244.601,03	586.515,52	1.244.578,03	577.589,43	115,00	9.926,09	1.244.578,03	577.589,43
Demais elementos do grupo	4.275.860,79	11.931.906,44	4.179.295,57	11.690.499,78	96.555,22	241.038,68	4.179.295,57	11.690.499,61
DESPESAS DE CAPITAL								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
4. Investimentos	4.894.106,76	3.968.796,00	4.892.166,80	3.708.628,65	1.839,96	240.171,35	4.892.166,80	3.708.628,65
Equip. e Mat. Permanente	3.198.332,70	3.460.915,18	3.198.522,74	3.215.743,75	1.839,96	235.171,35	3.198.522,74	3.215.743,75
Obras e Instalações	925.000,00	0,00	925.000,00	0,00	0,00	0,00	925.000,00	0,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	770.844,06	497.880,00	770.844,06	492.880,00	0,00	5.000,00	770.844,06	492.880,00

FONTE: SECON/COF/SAO/TRE-PB. As informações constantes no demonstrativo foram extraídas do SIAFI e do Sistema Tesouro Gerencial.

Nota: O quadro acima demonstra a execução da UG 070009, referente aos créditos orçamentários da LOA e do Orçamento destinado as eleições.



Ainda, apresentamos as despesas totais por modalidade de contratação:

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – TOTAL								
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA EXECUTADA				DESPESA PAGA			
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%
1. Modalidade de Licitação (a+b)	17.895.017,83	12	20.767.567,85	12	17.447.660,03	12	19.739.180,26	12
a) Tomada de Preços	0,00	0	33.289,69	0	0,00	0	25.148,48	0
b) Pregão	17.895.017,83	12	20.734.278,16	12	17.447.660,03	12	19.714.031,78	12
2. Contratações Diretas (c+d)	4.782.280,03	3	4.294.787,14	3	4.477.571,07	2	3.906.565,64	2
c) Dispensa	4.032.304,85	2	3.433.702,39	2	3.743.105,28	2	3.104.705,05	2
d) Inexigibilidade	749.975,38	1	861.084,75	1	734.465,79	0	801.860,59	0
3. Regime de Execução Especial (e)	44.579,51	0	30.365,66	0	44.579,51	0	30.365,66	0
e) Suprimento de Fundos	44.579,51	0	30.365,66	0	44.579,51	0	30.365,66	0
4. Pagamento de Pessoal (f+g+h)	143.301.007,52	85	141.794.671,99	85	143.253.613,31	86	141.789.490,21	86
f) Pagamento em Folha	135.571.731,58	78	129.964.993,38	78	135.536.544,96	79	129.964.993,38	79
g) Diárias	981.186,72	1	1.397.934,30	1	981.186,72	1	1.397.934,30	1
h) Outros	6.748.089,22	6	10.431.744,31	6	6.735.881,63	6	10.426.562,53	6
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	166.022.884,89	100	166.887.392,64	100	165.223.423,92	100	165.465.601,77	100
6. Total das Despesas da UPC	166.022.884,89	100	166.887.392,64	100	165.223.423,92	100	165.465.601,77	100

FONTE: SECON/COF/SAO/TRE-PB. As informações constantes no demonstrativo foram extraídas do SIAFI e do Sistema Tesouro Gerencial.

Nota: O quadro acima demonstra a execução da UG 070009, referente aos créditos orçamentários da LOA e do Orçamento destinado as eleições.



Com referência à execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações, também, colacionamos informações pertinentes aos exercícios de 2018 e 2019, com vistas a proporcionar uma visão relativa do desempenho de execução, observemos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PTRES - 2018

PTRES	DESCRIÇÃO	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	VALOR INSCRITO EM RP
084588	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	90.796.008,67	90.796.008,67	0,00
084589	APOSENTADORIA E PENSÕES	17.958.923,62	17.958.923,62	0,00
084594	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.144.912,54	3.144.421,61	490,93
084596	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA - NO ESTADO DA PARAIBA	18.513.172,09	17.241.818,14	1.271.353,95
084597	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA - NO ESTADO DA PARAIBA - CAPACITAÇÃO	510.490,60	505.309,12	5.181,48
084799	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO	447.871,82	408.512,94	41.358,88
107670	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - PESSOAL	6.526.655,01	6.526.655,01	0,00
107671	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - CUSTEIO	8.831.556,80	8.733.864,12	97.692,68
127697	CONTRIBUIÇÃO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DA PARAIBA	14.683.406,08	14.683.406,08	0,00
137481	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES	743.668,20	743.668,20	0,00
137482	AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS	1.786,06	1.786,06	0,00
137483	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS	4.620.233,20	4.620.233,20	0,00
137484	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	108.708,13	108.708,13	0,00
TOTAL		166.887.392,64	165.471.314,92	1.416.077,72



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PTRES - 2018

PTRES	DESCRIÇÃO	TOTAL EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADADO	VALOR INSCRITO EM RP
084588	ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO	99.539.003,75	99.503.817,11	35.188,62
084589	APOSENTADORIA E PENSÕES	20.304.002,05	20.304.002,05	0,00
084594	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.131.233,75	3.131.233,75	0,00
084596	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA - NO ESTADO DA PARAÍBA	21.180.398,75	20.429.338,10	751.058,65
084597	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA - NO ESTADO DA PARAÍBA - CAPACITAÇÃO	434.169,92	430.988,34	3.181,58
084799	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO	264.694,00	254.659,86	10.034,14
084801	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - ELEIÇÕES SUPLEMENTARES - CUSTEIO - CABEDELO	25.470,00	25.470,00	0,00
107670	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - PESSOAL	12.351,05	12.351,05	0,00
127697	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DA PARAÍBA	15.588.645,06	15.588.645,06	0,00
137481	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES	699.493,02	699.493,02	0,00
137482	AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CÍVIS	,00	,00	0,00
137483	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CÍVIS	4.699.812,64	4.699.812,64	0,00
137484	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CÍVIS	15.883,25	15.883,25	0,00
149154	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - ELEIÇÕES SUPLEMENTARES - PESSOAL - CABEDELO	127.729,65	127.729,65	0,00
TOTAL		166.022.884,85	165.223.423,92	799.460,97



Despesa Extraorçamentária

A despesa extraorçamentária corresponde à execução dos Restos a Pagar relativos à execução do exercício 2019. A execução no presente exercício pode ser assim demonstrada:

-Restos a pagar inscritos	R\$	1.424.462,68
-Restos a pagar pagos	R\$	893.636,39
-Restos a pagar cancelados	R\$	530.826,29

Inscrições em Restos a Pagar

Ficaram inscritos à conta de Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 799.460,97, que correspondem àquelas despesas cuja liquidação ocorrerá em 2020.

Execução Financeira

Os recursos financeiros alocados em favor do TRE/PB, mediante sub-repasse do TSE, somaram **R\$ 164.865.379,96**, sendo especificados por Fonte de Recursos, como segue:

Recursos Ordinários do Tesouro (fte-0100)	R\$147.346.434,91
Custas e Emolumentos – Poder Judiciário (fte-0127)	R\$ 0
Contribuição Plano de Seguridade Social do Servidor (fte-0156)	R\$ 10.045.563,66
Contribuição Patronal para o PSSS (fte-0169)	R\$ 7.473.381,39

A execução da programação financeira segue demonstrada abaixo:

Sub-repasse Recebido	R\$ 164.865.379,96
DARF emitidos	R\$ 47.949.847,15
GRU emitidas	R\$ 394.140,65
TOTAL da Execução	R\$ 213.209.367,76

Saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por ocasião do encerramento do exercício: **R\$ 129.685,71**.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS

O desempenho atual ainda não nos pareceu ideal em relação ao esperado. Dificuldades, sobretudo de ordem operacionais, persistem principalmente em função da carência do elemento humano. A força de trabalho nos órgãos públicos normalmente é insuficiente ou mal distribuída e isso dificulta sobremaneira o desenvolvimento de projetos e ações. Com esta UPC a situação não é diferente.

Com o advento da EC nº 95/2016, que impôs teto de gastos ao setor público e, aparentemente, vem reduzindo anualmente até mesmo as perspectivas de correções dos orçamentos subsequentes em face dos executados em anos imediatamente anteriores, correções então previstas no texto da referida EC, um dos principais desafios de todo gestor público, não sendo diferente em relação à presente UPC, será gerir as mesmas ou maiores demandas com menores recursos.

Os gestores terão que se reinventar. Terão que buscar novos processos de trabalho, novas ideias e otimizar os recursos financeiros disponíveis e, diga-se de passagem, tudo isso com um número cada vez menor de colaboradores.

No caso desta UPC, encontra-se em tramitação estudos para o redimensionamento da força de trabalho, o que certamente poderá nos trazer esperança de um cenário menos desalentador relativamente aos quadros de pessoal, pois com a reforma da previdência e vedações para novos ingressos e concursos, os servidores que permanecem na ativa acabam acumulando alguns excessos de atribuições. Portanto, eis aí, um grande desafio a ser vencido.

EXPLICAÇÕES SOBRE AS VARIAÇÕES DE RESULTADOS

Restos a pagar

Relativamente aos restos a pagar não processados, tivemos uma diminuição considerável no registro desse tipo de RP, considerando a dependência que a UPC ficou em relação às empresas prestadoras de serviços terceirizados com mão de obra residente. Em 2019 ficou em RP não processados o valor de R\$ 799.460,97



A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Importante destacar que no levantamento dos custos apresentados acima, não consta o valor dos custos com DIÁRIAS, pois o TRE-PB possui um sistema próprio para diárias e esse sistema não está integrado ao SGRH, razão pela qual os valores de diárias não foram capturados pelo Sistema de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC, entretanto, registre-se que o custo total com diárias apresentou o valor de R\$ 841.346,12 .



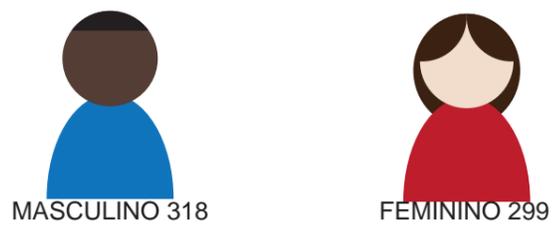
Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba observa as normas oriundas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça. Há também o acompanhamento da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal nas questões de pessoal que impactem no seu quadro de servidores.

Avaliação da Força de Trabalho

GÊNERO



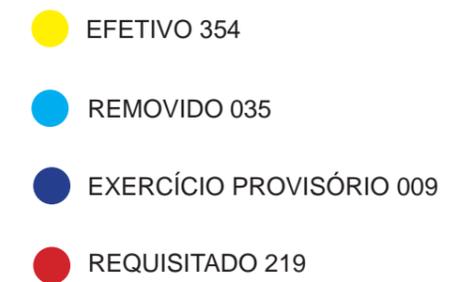
DEFICIÊNCIA



ETNIA

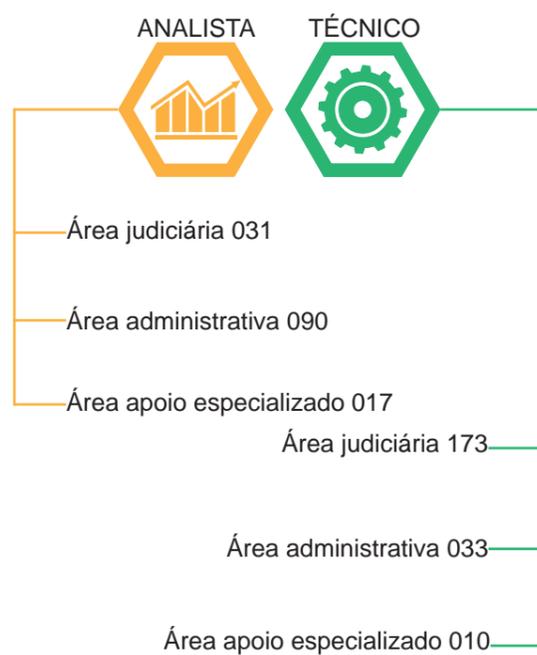


SITUAÇÃO FUNCIONAL



CARREIRA E ÁREAS DE TRABALHO

EFETIVO



REMOVIDO



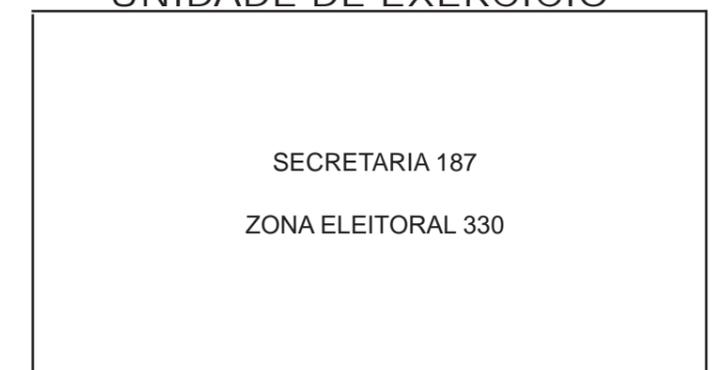
EXERCÍCIO PROVISÓRIO



REQUISITADO

Órgãos de esfera federal 035
Órgãos de esfera estadual 054
Órgãos de esfera municipal 130

UNIDADE DE EXERCÍCIO



FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
Acima de 60 anos	34
51 a 60 anos	163
41 a 50 anos	214
31 a 40 anos	159
até 30 anos	47

Afora o provimento originário dos cargos do quadro efetivo do Tribunal, que ocorre por meio de concurso público, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba tem promovido o recrutamento e alocação de pessoas nas suas unidades por meio da gestão por competências.

Além da melhoria na alocação de pessoas, a gestão por competências promove a melhoria dos programas de capacitação, de seleção interna, de movimentação e de avaliação; contribui para a adequação das atividades exercidas pelo servidor às suas competências; aumenta a motivação intrínseca do servidor, promovendo resultados organizacionais mais efetivos; melhora a eficácia, eficiência e efetividade dos serviços prestados pelas unidades organizacionais do Tribunal, e outras melhorias sentidas na gestão de pessoas.

Outra ferramenta direcionada à melhoria na política de alocação de pessoas consiste no projeto de dimensionamento da força de trabalho - DFT, executado pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, com suporte de equipe da Universidade de Brasília-UnB, por meio de termo de execução descentralizado.

Atualmente, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba realiza levantamento das equipes de trabalho e atividades realizadas nas suas unidades, para aplicação da metodologia de dimensionamento, com previsão de implantação da metodologia no primeiro semestre de 2020.

Detalhamento da Despesa de Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição

Faixas Salariais	Quantidade	Percentual
Até R\$ 1.200,00	48	10,74%
De R\$ 1.200,00 a R\$ 3.600,00	13	2,91%
De R\$ 3.600,01 a R\$ 7.200,00	1	0,22%
De R\$ 7.200,01 a R\$ 12.000,00	72	16,11%
De 12.000,01 a R\$ 18.000,00	150	33,56%
De 18.000,01 a R\$ 24.000,00	130	29,08%
Acima de R\$ 24.000,00	33	7,38%

Tipo de remuneração para os servidores ativos e autoridades recebidos no ano de 2019	
TIPO DE REMUNERAÇÃO	PERCENTUAL
VANTAGENS FIXAS	23,82%
GRATIFICAÇÕES FIXAS	29,56%
GRATIFICAÇÕES NATALINAS	5,31%
ADICIONAIS	12,47%
ABONOS	0,67%
BENEFÍCIOS	6,69%
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	0,10%
PATRONAL	12,83%
DIÁRIAS	0,70%
GRATIFICAÇÃO AUTORIDADES	7,84%

Tipo de remuneração para os servidores inativos e pensionistas civis recebidos no ano de 2019		
TIPO DE REMUNERAÇÃO	PERCENTUAL INATIVOS	PERCENTUAL PENSIONISTAS
VANTAGENS FIXAS	89,11%	91,10%
GRATIFICAÇÕES NATALINAS	7,23%	7,81%
BENEFÍCIOS	2,31%	1,09%
INDENIZAÇÕES	1,35%	-



Evolução das Despesas			
Grupo	2018	2019	Variação Percentual
Ativos	R\$ 108.160.176,36	R\$ 113.839.909,94	+5,25%
Inativos	R\$ 12.157.166,70	R\$ 14.121.429,02	+16,16%
Pensionistas	R\$ 6.174.981,46	R\$ 6.963.610,69	+12,77%

No geral, as despesas com ativos, inativos e pensionistas aumentaram cerca de 6,67% entre os anos de 2018 e 2019. O motivo desse aumento é justificado principalmente pela existência de servidores em movimentação na carreira, resultando em um aumento de 5,25% da despesa com servidores ativos, o incremento do número de servidores inativos, com o maior aumento percentual da despesa, cerca de 16,16% entre 2018 e 2019 e, por fim, o aumento de 12,77% da despesa com pensões.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliação de estágio probatório

Mês/Ano	Estágio Probatório 6º Mês	Estágio Probatório 32º Mês	Total
Janeiro/2019	00	00	00
Fevereiro/2019	00	22	22
Março/2019	00	01	01
Abril/2019	00	01	01
Mai/2019	00	01	01
Junho/2019	01	00	01
Julho/2019	00	00	00
Agosto/2019	00	00	00
Setembro/2019	00	00	00
Outubro/2019	00	03	03
Novembro/2019	00	00	00
Dezembro/2019	00	00	00
Total	01	28	29

Avaliações de Progressão e Promoção Funcional

Nº	MÊS	Analista Judiciário/ Técnico Judiciário	Novas Classes/Padrões	Parcial	Total
01	JAN 2019	TJ	---	---	---
02		AJ	---	---	
03	FEV 2019	TJ	02 A3	02	03
04		AJ	01 A3	01	
05	MAR 2019	TJ	01 B6/ 01 C11	02	02
06		AJ	---	---	
07	ABR 2019	TJ	01 C12	01	03
08		AJ	01 B10/ 01 C12	02	
09	MAI 2019	TJ	01 A3/ 04 B9/ 01 C11/ 01 C13	07	08
10		AJ	01 B9	01	
11	JUN 2019	TJ	18 A4/ 01 B9/ 01 C12	20	26
12		AJ	04 A4/ 02 B9	06	
13	JUL 2019	TJ	01 B10	01	03
14		AJ	01 A4/ 01 B10	02	
15	AGO 2019	TJ	01 A3/ 01 A4/ 27 C13	29	39
16		AJ	02 A3/ 01 B10/ 01 C11/ 06 C13	10	
17	SET 2019	TJ	01 A3/ 01 A4/ 01 B9/ 02 C13	05	08
18		AJ	01 A3/ 01 C11/ 01 C13	03	
19	OUT 2019	TJ	06 A3/ 04 C13	10	11
20		AJ	01 C11	01	
21	NOV 2019	TJ	02 C12/ 01 C13	03	05
22		AJ	01 A3/ 01 B10	02	
23	DEZ 2019	TJ	01 A5/ 01 B10/ 01 C13	03	06
24		AJ	01 A2/ 01 B9/ 01 C11	03	
Total		TJ		83	114
		AJ		31	



Sobre os percentuais de ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas por servidores do quadro efetivo da Justiça Eleitoral, segue o quadro:

Cargos em Comissão		Funções Comissionadas	
Efetivos e Removidos	28	Efetivos e Removidos	255
Cedidos	02	Cedidos	36

Cargos em Comissão		Funções Comissionadas	
Percentual de Ocupação	93,33%	Percentual de Ocupação	87,63%

Em 2019, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba realizou processo seletivo interno para ocupação das seguintes funções comissionadas:

FC-3 do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, da ASPLAN;

FC-1 da Seção de Compras - SECOMP.

No que diz respeito à remuneração, o relatório encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes>.

Capacitação, Estratégia e Números

Com vistas ao cumprimento do Objetivo Estratégico nº 5 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase ao primeiro grau”, a Justiça Eleitoral da Paraíba promoveu ações de capacitação voltadas ao público interno, promovendo cursos e eventos na área meio (administrativa) e fim (jurídica), respectivamente, qualificando servidores e magistrados a prestarem um melhor serviço à sociedade.

Em 2019 ocorreram 34 (trinta e quatro) capacitações, com a priorização de cursos na modalidade “in company” e realização de cursos à distância – modalidade EaD, alcançando o total de 480 servidores.

A seguir, apresenta-se a execução do investimento em capacitação e as ações realizadas:

CAPACITAÇÕES	
Cursos promovidos pela Seção de Capacitação e Treinamento	31
Cursos promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral	003
Servidores atendidos pela Seção de Capacitação e Treinamento	372
Servidores atendidos pela Escola Judiciária Eleitoral	108
Orçamento de Capacitação Executado	R\$ 434.169,92
Custo por Servidor Capitado	R\$ 904,52



O principal desafio que se põe à gestão de pessoas reside na sua atuação diante da tendência de não expansão do quadro de pessoal do Tribunal, decorrente das limitações orçamentárias experimentadas pelos diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Em contrapartida, são desenvolvidas e implementadas ferramentas para o incremento da produção e otimização dos processos de trabalho, a exemplo da virtualização dos processos judiciais e administrativos, além do desenvolvimento e adoção de sistemas corporativos capazes de auxiliar nas estratégias e decisões adotadas pela gestão.

Neste cenário, a gestão de pessoas busca o aperfeiçoamento do quadro de pessoal da instituição para atender as novas demandas de conhecimentos, habilidades e atitudes, permitindo que o servidor acompanhe a evolução do serviço público, sem olvidar da saúde e qualidade de vida no trabalho.

Iniciativas como a gestão por competências e o dimensionamento da força de trabalho vem nesse sentido auxiliar o alcance dos objetivos da instituição, buscando a distribuição criteriosa do seu quadro de pessoal nas unidades de trabalho, de acordo com o volume e natureza do serviço, aliada ao constante aperfeiçoamento direcionado às necessidades da instituição.



Conformidade Legal

AQUISIÇÕES – Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos n.ºs 3.693, de 20/12/2000, e 3.784, de 06/04/2001), do Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005, do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 (alterado pelo Decreto n.º 8.250, de 23/05/2014 e pelo Decreto n.º 9.488, de 30/08/2018), da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto N.º 8.538, de 06/10/2015, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21/06/93

SERVIÇOS – Acrescenta a Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/maio/2017

TI – Acrescenta o Decreto n.º 7.174, de 12/05/2010 e a Lei n.º 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 23/12/2010

NORMA INTERNA – Instrução Normativa 01/2018 – TRE/PB

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.

Quanto à gestão de licitações contratos, destaca-se a realização de 26 (vinte e seis) Pregões Eletrônicos e 01 (um) pregão presencial no decorrer do exercício 2019.

Foram realizadas 40 (quarenta) contratações diretas, sendo 12 (doze) com fundamento em dispensa de licitações e 28 (vinte e oito) com fulcro em inexigibilidade.

Por sua vez, 59 (cinquenta e nove) contratos foram celebrados pela UPC durante o exercício 2019, tendo como fundamento pregões eletrônicos, contratações diretas e adesões à Atas de Registros de Preços. Novas contratações de locações de imóveis, não têm sido realizadas, porém em algumas situações, contratos de locação imobiliárias em curso foram substituídos, ante dificuldades estruturais dos imóveis onde funcionavam algumas unidades administrativas.

Os desafios em sede de licitações e contratos, também se relacionam às limitações de despesas com custeio dos serviços públicos. Conforme já destacado, os gestores terão que se reinventar em busca de novos processos de trabalho objetivando adequação a essa realidade.

Seguem as informações detalhadas das contratações:

Situação	Número	Protocolo	Objeto	Autuação	Data de abertura	Intenção de recurso
Licitação concluída. Relatório final em 21/02/2019.	01/2019	<u>0005403-88.2018.6.15.8000</u>	Contratação do serviço de suporte técnico especializado para manutenção corretiva e preventiva, com substituição de componentes, dos equipamentos do Data Center deste Regional	22/01/2019	20/02/2019	Não houve.
Licitação concluída. Relatório final em 18/09/2019.	02/2019	<u>0005951-78.2018.6.15.8000</u>	Contratação de serviço de limpeza, asseio e conservação predial, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de água mineral e gás GLP, em unidades da Justiça Eleitoral paraibana do interior	11/02/2019	06/09/2019	Não houve.
Licitação concluída. Relatório final em 11/05/2018.	03/2019	<u>0006812-64.2018.6.15.8000</u>	Aquisição de material de consumo (limpeza) - SRP	22/02/2019	10/04/2019	Houve intenção de recurso, sendo provido, com retorno à fase anterior.
Licitação concluída. Relatório final em 28/05/2019.	04/2019	<u>0001103-48.2018.6.15.8000</u>	Contratação de empresa gráfica para, sob demanda, executar os serviços de impressão em OFFSET de Livros - Relatórios de Atividades de Gestão	02/04/2019	14/05/2019	Não houve.
Licitação concluída. Relatório final em 19/08/2019.	06/2019	<u>0002780-79.2019.6.15.8000</u>	Aquisição de multímetros digitais - SRP	31/05/2019	06/08/2019	Houve intenção de recurso, porém prejudicado por ausência de
Licitação concluída. Relatório final para os itens 01 e 03 em 29/07/2019. Relatório final para o item 02 em 20/08/2019	07/2019	<u>0002336-46.2019.6.15.8000</u>	Aquisição de Paletes e Paleteiras para armazenamento de urnas eletrônicas - SRP	03/06/2019	23/07/2019	Não houve.
Licitação concluída. Relatório final em 06/08/2019.	08/2019	<u>0008150-73.2018.6.15.8000</u>	Aquisição de uniformes para os agentes de segurança - SRP	03/06/2019	27/07/2019	Não houve.



Licitação concluída. Relatório final em 21/08/2019.	09/2019	0002813-69.2019.6.15.8000	Aquisição de água mineral e garrafrões - SRP	05/06/2019	14/08/2019	Não houve.
Licitação frustrada. Relatório final em 15/10/2019.	11/2019	0002568-58.2019.6.15.8000	Aquisição de coletores de dados com leitor RFID - SRP	06/06/2019	12/08/2019	-
Licitação concluída. Relatório final em 18/09/2019.	12/2019	0002872-57.2019.6.15.8000	Aquisição de café e açúcar - SRP	14/06/2019	02/08/2019	Houve intenção de recurso, sendo improvido.
Licitação concluída. Relatório final em 26/08/2019.	13/2019	0000753-93.2019.6.15.8000	Aquisição de licenciamento de softwares - SRP	17/06/2019	08/08/2019	Não houve
Licitação concluída – Relatório final em 15/08/2019.	14/2019	0001427-04.2019.6.15.8000	Contratação de serviço de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, a serem executados nas dependências do Fórum Eleitoral, NVI e NATI de Campina Grande/PB.	04/07/2019	26/07/2019	Não houve
Licitação concluída. Relatório final em 19/09/2019.	15/2019	0001466-98.2019.6.15.8000	Aquisição de Rack-Seguro, contando com sistemas de última geração para extinção de incêndios, controle de acesso, climatização adequada e nobreaks de porte adequados ao seu funcionamento, inclusive serviços de instalação e treinamento - SRP	10/07/2019	21/08/2019	Houve intenção de recurso, sendo improvido.
Licitação concluída. Relatório final em 24/09/2019.	16/2019	0003415-60.2019.6.15.8000	Aquisição de equipamentos ativos de rede, destinados a implementação de switches gerenciáveis nas zonas eleitorais do interior do Estado, equipamentos de reposição para a sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, appliance integrada para armazenamento e processamento de banco de dados oracle, incluindo licenças de software, instalação, migração dos bancos de dados para o novo ambiente e garantia e suporte técnico, servidores de rede de rack para o gerenciamento da solução de backup corporativo e impressoras multifuncionais a jato de tinta - SRP	01/08/2019	12/09/2019	Não houve.



Licitação concluída. Relatório final em 17/10/2019.	17/2019	<u>0004477-72.2018.6.15.8000</u>	Contratação de serviço de manutenção predial (preventiva e corretiva), com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada para Imóveis da Justiça Eleitoral da Paraíba	06/08/2019	11/09/2019	Houve intenção de recurso, sendo improvido.
Licitação concluída. Relatório final em 06/12/2019.	18/2019	<u>0000520-29.2019.6.15.8000</u>	Aquisição de materiais de expediente - SRP	06/08/2019	23/10/2019	Não houve
Licitação concluída. Relatório final em 06/12/2019. Fase Recursal para os itens 01, 33 e 42 Na CPL, com pregão em andamento pela volta de fase para os itens 33 e 42 – Ata Complementar.	20/2019	<u>0000519-44.2019.6.15.8000</u>	Aquisição de suprimentos de informática - SRP	09/08/2019	17/10/2019	Sim.
Licitação concluída. Relatório na decisão do recurso em 21/11/2019	22/2019	<u>0001313-65.2019.6.15.8000</u>	Aquisição de licenças de software para gerenciamento de projetos, com capacitação - SRP	25/09/2019	08/11/2019	Houve intenção de recurso, sendo improvido.

PREGÕES PRESENCIAL 2019

Situação	Número	Protocolo	Objeto	Autuação	Data de abertura	Intenção de recurso
Licitação concluída. Relatório final em 27/06/2019.	01/2019	<u>0006015-88.2018.6.15.8000</u>	Contratação de serviço de conserto de eletrodomésticos pertencentes ao TRE/PB	15/02/2019	18/06/2019	Não houve.



Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

Como relatado, foram realizadas 83 contratações diretas, cujo valor contratado foi de R\$ 4.782.280,03, correspondendo à aquisição de material e equipamentos de TIC, fornecimento de água/esgoto e energia elétrica, capacitação de servidores e locação de imóveis.

Seguem algumas informações detalhadas das contratações diretas:

Relação das contratações realizadas por meio de ordem de serviço (APENAS DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ADESÃO A ARP)

ORDEM DE SERVIÇO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VLR	FUND. LEGAL
16/2019	DETRAN/PB	09.188.376/0001-46	despesas com a Renovação do Licenciamento (TAXAS) dos veículos do TRE-PB, durante o exercício de 2019	R\$ 6.428,68	Código Tributário Nacional
24/2019	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	despesas com publicação dos extratos dos Termos de Cessão de Uso para empréstimos de urnas eletrônicas, durante o período de 15/01 a 31/12/2019	R\$ 2.000,00	Art. 25, "caput", Lei nº 8.666/93
25/2019	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	despesas com publicação de matérias de interesse deste Regional junto à Imprensa Nacional, durante o período de 15/01/2019 a 31/12/2019.	R\$ 51.500,00	Art. 25, "caput", Lei nº 8.666/93
26/2019	DETRAN/PB	09.188.376/0001-46	despesas com o reforço do empenho 2019NE000130, para complementar o valor do item "h", da ordem de serviço 16/2019, referente a Taxa de Vistoria 2019 dos veículos do TRE-PB	R\$73,13	Código Tributário Nacional
35/2019	ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	09.085.183/0001-40	-serviços de FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA para os imóveis que abrigam as zonas eleitorais do interior do Estado da Paraíba, durante o período de 01/01/2019 a 31/12/2019 (R\$ 552.000,00).- Pagamento de TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, durante o período de 01/01/2019 a 31/12/2019 (R\$ 36.000)	R\$ 588.000,00	Art. 24, XXII, Lei nº 8.666/93
38/2019	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA - CAGEPA,	09.123.854/0001-87	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO para os imóveis do TRE/PB ou a seu serviço, durante o exercício 2019.	R\$ 390.000,00	Art. 25, "caput", Lei nº 8.666/93
42/2019	CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	10.835.932/0001-80	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA para o imóvel onde funciona o Cartório Eleitoral da 4ª Zona, no município de Pedras de Fogo, durante o período de 01/01 a 31/12/2019	R\$ 6.000,00	Art. 24, XXII, Lei nº 8.666/93



46/2019	DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTOS E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SOUSA	07.900.709/0001-92	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO para os Cartórios Eleitorais da 35ª e 83ª Zonas Eleitorais localizadas em Sousa/PB durante o exercício de 2019	R\$ 980,00	Art. 25, "caput", Lei nº 8.666/93
47/2019	DETRAN/PB	09.188.376/0001-48	despesas com Taxa de Victoria 2019 para três veículos da frota do TRE-PB (Spinsis placas QSE 3029, QSE 3309 e QSE 3299)	R\$ 219,39	Código Tributário Nacional
51/2019	PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO	09.012.493/0001-54	despesas com o pagamento da Taxa de Coleta de Resíduos (TCR) 2019, do Fórum Eleitoral de Cabedelo	R\$ 293,88	
52/2019	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA	08.778.326/0001-56	despesa com o pagamento da TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS - TCR/2019, referente aos imóveis pertencentes ao TRE/PB, em João Pessoa/PB.	R\$ 27.077,05	
53/2019	INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL	620.701.15/0001-00	Despesa com a inscrição de 02 (dois) servidores no "Curso CIA II – Certified Internal Auditor", realizado em São Paulo, SP, no período de 19 a 22 de março/2019	R\$ 6.300,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93
68/2019	INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL	620.701.15/0001-00	Despesa com a inscrição de 02 (dois) servidores no "Curso CIA I – Certified Internal Auditor, realizado em São Paulo/SP, no período de 02 a 05/04/2019	R\$ 6.300,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93
74/2019	ACQUAREDES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REDES DE PROTEÇÃO LTDA	31.092.946/0001-59	despesas com a PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO de duas redes de proteção	R\$ 9.955,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
84/2019	HEXAGON - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	07.305.943/0001-71	despesa com a participação de 35 servidores + 3 cortesias no "CURSO SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - AVANÇADO - ASPECTOS POLÊMICOS E JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - STF, TCU e CNJ (Atualização do RJU (Lei Nº 8.112/90, alterada pelas LEIS nºs 13.135/2015, 13.172/2015, 13.328/2016, 13.370/2016 e MP 871, 18/01/19)" - modalidade in company, realizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba/PB, no período de 23 a 28/04/2019	R\$ 35.900,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93



88/2019	LOQMED LOCAÇÃO E VENDAS DE VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.	02.706.709/001-32	despesa com a prestação de serviço de revestimento do compartimento de carga do veículo IVECO	R\$ 4.200,00	Art. 24, II, c/c art. 55 da Lei 8.666/93
89/2019	ADISTEC BRASIL INFORMÁTICA LTDA.	15.457.043/0001-78	Despesas com o Treinamento de 10 (dez) servidores, sendo 06 (seis) inscritos e 04 (quatro) ouvintes, no Curso "Nutanix Enterprise Cloud Administration 5.5 na modalidade <i>in company</i> , realizado em João Pessoa, no período de 27/05/2019 a 30/05/2019.	R\$ 48.000,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93
104/2019	VISACON TREINAMENTO ESPECIAIS LTDA	08.811.368/0001-41	despesa com a inscrição de 06 (seis) servidores no "CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE AGENTES DE SEGURANÇA DO JUDICIÁRIO FEDERAL-CAAS 2019" realizado em Recife/PE, no período de 20 a 24 de maio de 2019.	R\$ 10.500,00	Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da lei nº 8.666/93.
111/2019	FÓRUM NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA	05.569.714/0001-39	despesa com a inscrição de 01 (um) servidor no "XV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema da Justiça (CONBRASCOM 2019)", realizado no Tribunal de Justiça de São Paulo, em São Paulo/SP, no período de 29/05 a 31/05/2019	R\$ 820,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93
113/2019	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.	35.983.479/0001-46	despesa com a inscrição de 03 (três) servidores no curso "Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos", realizado em João Pessoa/PB, no período de 12/06 a 14/06/2019	R\$ 6.993,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93
115/2019	INSTITUTO VENTURI PARA ESTUDOS AMBIENTAIS	07.248.025/0001-58	Despesa com a inscrição de 3 (três) servidores no "10º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos-FIRS", realizado nesta Capital, no período de 11/06 a 14/06/2019	R\$ 3.150,00	Art. 25, II, c/c art.13, VI, da Lei 8.666/93
131/2019	RECLIMATEC REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO LTDA.	04.449.537/001-94	despesa com o serviço de instalação de ventilador axial na torre de resfriamento de água do sistema de refrigeração central do edifício-sede do TRE/PB, incluindo a recuperação da base de sustentação do respectivo ventilador	R\$ 6.750,00	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93



132/2019	ACQUAREDES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REDES DE PROTEÇÃO LTDA	31.092.946/0001-59	despesas com a PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO de 01 (uma) rede de proteção	R\$ 4.977,80	Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.
133/2019	E. TAMUSSINO & CIA LTDA.	33.100.082/0003-67	despesa com o serviço de revisão técnica e manutenção do desfibrilador automático (DEA)	R\$ 660,00	art. 25, caput da Lei n.º 8.666/93
138/2019	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. - ONE CURSOS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	10.825.457/0001-99	despesa com o treinamento de 37 (trinta e sete) servidores deste Regional, por meio da realização do curso "Gestão e fiscalização de contratos de serviços terceirizados e elaboração de planilhas de custos", realizado entre os dias 19 a 22 de agosto de 2019, na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.	R\$ 30.000,00	Art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93
139/2019	ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP - ESCOLA SUPERIOR DE REDES	03.508.097/0001-36	despesa com o treinamento de 13 (treze) servidores em curso na área de tratamento de incidentes de segurança (SEG4), realizado entre os dias 28 e 30 de agosto de 2019, na sede do TRE-PB	R\$ 23.040,00	Art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93
156/2019	SOLUTI - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS EM INTELIGENTES S/A	09.461.647/0001-95	despesa com a prestação de serviço na emissão de 01 (um) certificado digital para equipamento servidor	R\$ 850,00	artigo 24, II, da Lei n.º 8.666/93
170/2019	MARIOSIA RECEPÇÕES & BUFFET LTDA- ME	17.064.806/0001-46	despesas com o fornecimento de café da manhã para 100(cem) pessoas	R\$ 3.000,00	Art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93
176/2019	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO	09.073.628/0001-91	despesas com o pagamento da Taxa de Coleta de Resíduos (TCR) exercícios de 2018 e 2019, do imóvel onde funciona o Cartório Eleitoral de Monteiro	R\$ 64,72	
			(29ª ZE)		
177/2019	MULT FITNESS RESIDENCE	18.635.527/0001-58	despesa com serviços de recreação, de atividade física e de apoio logístico aos Jogos Internos 2019 – TRE/PB	R\$ 3.800,00	artigo 24, inciso II, Lei 8.666/93
184/2019	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	despesas com publicação dos extratos dos Termos de Cessão de Uso para empréstimos de urnas eletrônicas, durante o período de 15/01 a 31/12/2019, Reforço do Empenho 2019NE000144	R\$ 1.000,00	art. 25, caput, da Lei 8.666/93
187/2019	IOC CAPACITAÇÃO LTDA	10.825.457/0001-99	despesas com a inscrição de 02 (dois) servidores no curso "CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIP APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS", realizado em Brasília/DF, no período de 20 a 22/11/19	R\$ 5.780,00	Art. 25, II, c/c art. 13, VI da Lei n.º 8.666/93



189/2019	MULT FITNESS RESIDENCE	18.835.527/0001-58	despesa com o ACRÉSCIMO do instrumento contratual, NE 2019NE000884, referente aos serviços de recreação, de atividade física e de apoio logístico aos Jogos Internos 2019 – TRE/PB	R\$ 935,00	artigo 24, inciso II, Lei 8.666/93
191/2019	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	00975548/0001-57	despesa com pagamento de inscrição de 02 (dois) servidores no 25º Congresso Internacional ABED de Educação à Distância, realizado no período de 20 a 24 de outubro de 2019, em Poços de Caldas/MG	R\$ 2.150,00	art. 25, II e §1º, c/c art. 13, ambos da Lei 8.666/93
192/2019	CARBONE - TREINAMENTO E CONSULTORIA EM GESTÃO POR	23.944.599/0001-17	despesa com pagamento pela prestação de serviço técnico especializado de capacitação do curso sobre o tema "Trilhas de	R\$ 33.000,00	art. 25, II, §1º, c/c art. 13, VI da Lei 8.666/93
	COMPETÊNCIAS EIRELI.		Aprendizagem", no formato <i>in company</i> , para 25 servidores, realizado nos dias 04 a 06/11/2019, na sede do TRE/PB		
202/2019	NP TREINAMENTOS E CURSOS LTDA - ME	20.129.563/0001-91	despesa com a inscrição de 04 (quatro) servidores no Curso de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto do Pregão (Dec. 10.024/2019), realizado em Recife/PE, no período de 25 a 26 de novembro de 2019	R\$ 7.600,00	Art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93
			restituição referente às despesas realizadas		
274/2019	ESCOLA DE NEGÓCIOS CONEXXÕES – EDUCAÇÃO EMPRESARIAL LTDA - ME	07.774.090/0001-17	para atender ao Workshop "eSocial para órgãos públicos: detalhamento dos arquivos e passo a passo da implantação", treinamento que seria ministrado na modalidade <i>in company</i> para 30 (trinta) servidores do TRE-PB, nos dias 17 a 19 de julho de 2019	R\$ 3.128,73	
			- serviços de FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA para os imóveis que abngam as zonas		
281/2019	ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	09.095.183/0001-40	eleitorais do interior do Estado, Reforço do Empenho 2019NE00173 – R\$ 29.236,13 - despesa com o pagamento de TAXA DE	R\$ 35.794,42	art. 24, XXII, Lei n.º 8.666/93



			ILUMINAÇÃO PÚBLICA, Reforço do Empenho		
			2019NE 00174 – R\$ 6.558,29		
294/2019	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA –	09.123.854/0001-87	despesas com a prestação do SERVIÇO DE	R\$ 6.175,27	art. 25, caput,

Relação das contratações realizadas por meio de ordem de compra (APENAS DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ADESÃO A ARP)

ORDEM DE COMPRA	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VLR	FUND. LEGAL
07/2019	Gold Comércio de Equipamentos EIRELI	11.464.383/0001-75	Aquisição de 2.000 cartões de identificação em PVC branco e 2.000 presilhas para crachá tipo jacaré	R\$ 1.140,00	Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93
08/2019	IDPROMO Comercial EIRELI-EPP	17.791.755/0001-54	Aquisição de 2.000 cordões para crachá	R\$ 4.180,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
13/2019	GRÁFICA JB LTDA.	08.540.403/0001-35	Aquisição de 5.000 capa de processo em papel triplex	R\$ 3.500,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
19/2019	Alan Soares Cavaleiro	28.143.764/0001-55	Aquisição de 07 quadros brancos	R\$ 1.536,50	art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93
28/2019	Mirazab Comércio e Serviços Técnicos EIRELI	30.223.033/0001-61	Aquisição de 2.000 caixas em papelão ondulado KRAFT	R\$ 15.140,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
43/2019	Fábrica Gráfica e Malharia LTDA. ME	26.289.993/0001-57	Aquisição de 350 camisetas brancas e 400 camisetas em malha poliamida	R\$ 9.023,50	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
61/2019	Gayer Med Produtos Médicos e Odontológicos LTDA	12.946.183/0001-11	Aquisição de material de consumo odontológico	R\$ 4.633,77	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
62/2019	D G P Pereira.	28.613.225/0001-32	Aquisição de material de consumo odontológico	R\$ 1.247,44	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93



71/2018	Complex Tecnologia LTDA	03.391.625/0001-10	Aquisição de 3 coletores de dados portáteis. Adesão à ARP 33/2018 – Pregão Eletrônico 15/2018/TSE	R\$ 12.090,00	Art. 22, "caput" Dec. nº 7.892/13
73/2019	Elumi Comércio de Equipamentos EIRELI	09.070.369/0001-45	Aquisição de 01 aparelho de ultrassonografia	R\$ 2.188,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
75/2019	E. Tamussino & Cia. LTDA	33.100.082/0003-67	Aquisição de 02 Kits com eletrodo e barbeador para DEA	R\$ 1.100,00	art. 25, caput da Lei nº 8.666/93
76/2019	Suporte Manutenção para Computadores LTDA	81.433.039/0001-02	Aquisição de 04 fones de ouvido	R\$ 735,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
77/2019	Fabiano Tadeu de Oliveira	27.081.027/0001-02	Aquisição de 04 cabos HDMI 2.0	R\$ 1.950,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
104/2019	Saúde Dental Comércio e Representação LTDA	24.280.828/0001-09	Aquisição de 15 frascos de Solução de hipoclorito de sódio	R\$ 73,50	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
105/2019	In-dental Produtos Odontológicos, Médicos e Hospitalares LTDA	07.788.510/0001-14	Aquisição de material de consumo odontológico	R\$ 3.513,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
106/2019	Dorothy Rodini Dental	30.898.181/0001-86	Aquisição de material de consumo odontológico	R\$ 1.298,12	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
115/2019	D. P. I. Comercio de Eletro Eletrônicos LTDA- ME	08.257.348/0001-70	Aquisição de 40 Headset USB circumaural (over-ear) binauricular	R\$ 13.000,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
116/2019	Compuset Informática LTDA- EPP	65.529.499/0001-39	Aquisição de 30 Câmeras de videoconferência tipo webcam.	R\$ 3.072,00	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93
134/2019	LVD soluções em informática EIRELI	30.780.665/0001-26	Aquisição de 40 fitas Ultrium 7 (LTO7) e 02 fitas de limpeza LTO universal. Adesão à ARP 12/2019 – Pregão 23/2019 – TRF 5ª Região	R\$ 14.230,00	Art. 22, "caput", Dec. nº 7.892/13
136/2019	Microsens S/A	78.126.950/0011-26	Aquisição de 100 cartuchos de toner Adesão à ARP 27/2018 – Pregão 27/2018- TRT da 6ª Região	R\$ 19.500,00	Art. 22, "caput", Dec. nº 7.892/13
146/2019	Soares Comércio e Licitações LTDA	27.494.420/0001-28	Aquisição de 150 pratos rasos e 30 faculeiros	R\$ 2.797,80	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93



Contratos de Locação de Imóveis

Relação dos contratos, referentes à locação de imóveis, com a fundamentação legal – Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993

147/2019	Fareid Comercial LTDA -ME	07.259.386/0001-09	Aquisição de 100 pratos para sobremesa, 200 copos de água, 300 xícaras de café, 100 xícaras de chá e 10 bandejas de aço	R\$ 5.854,00	Art. 24, II, Lei n.º 8.666/93
148/2019	S.M. Guimaraes – Quality	26.889.274/0001-77	Aquisição de 150 facas de mesa, 200 garfos de mesa e 150 colheres de sopa	R\$ 1.326,00	Art. 24, II, Lei n.º 8.666/93
149/2019	Milma C. Lima Com. de Artigos de Papelaria – ME	16.799.083/0001-60	Aquisição de 4.000 Plaquetas para identificação	R\$ 1.518,80	Art. 24, II, Lei n.º 8.666/93
158/2019	Remax Serviços e Comércio de Eletroeletrônicos EIRELI	11.493.926/0001-82	Aquisição de 05 cadeiras de rodas	R\$ 6.750,00	Art. 24, II, Lei n.º 8.666/93

Nº	ZONA	CUSTO (ANUAL) com base no ano 2019
01	49ª ZE - AROEIRAS	R\$ 13.451,06
02	18ª ZE - UMBUZEIRO	R\$ 7.459,03
03	69ª ZE - SÃO BENTO	R\$ 15.773,28
04	34ª ZE - PRINCESA ISABEL	R\$ 19.411,08
05	75ª ZE - GURINHÉM	R\$ 15.256,96
06	48ª ZE - SOLANEA	R\$ 18.746,58
07	65ª ZE - PATOS	R\$ 93.247,58
08	19ª ZE - ESPERANÇA	R\$ 17.433,12
09	25ª ZE - PICUI	R\$ 14.772,51
10	56ª ZE - JUAZEIRINHO	R\$ 12.118,42
11	30ª ZE - TEIXEIRA	R\$ 12.352,36
12	53ª ZE - UIRAÚNA	R\$ 11.070,61
13	2ª e 3ª ZE - SANTA RITA	R\$ 12.211,96
14	27ª ZE - TAPEROÁ	R\$ 10.540,80
15	23ª ZE - SOLEDADE	R\$ 10.800,00
16	58ª ZE - SERRA BRANCA	R\$ 17.306,24
17	59ª ZE - QUEIMADAS	R\$ 35.096,53
18	61ª ZE - BAYEUX	R\$ 75.458,52
19	06ª ZE - ITABAIANA	R\$ 20.208,15
	TOTAL	R\$ 432.714,79



Contratações		Quantitativo
Contratações diretas	Contratos firmados	17
	Notas de Empenhos – Serviços	41
	Notas de Empenhos – Compras	25
Contratos decorrentes de pregões eletrônicos		40
Contrato decorrente de pregão presencial		01
TOTAL GERAL		124

GASTOS POR FINALIDADE	
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO
6.587.221,56	13.778.748,43

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO – DETALHAMENTO		
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	432.714,79	
ENERGIA E ÁGUA	2.188.589,34	
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	1.565.606,24	
VIGILÂNCIA	1.678.752,22	
LIMPEZA	2.046.645,10	
MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	292.385,56	
PASSAGENS	260.759,23	
OUTROS	DIÁRIAS	841.346,12
	MATERIAL DE CONSUMO	700.465,88
	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO	8.038,04
	S T PESSOA FÍSICA	768.170,03
	S T PESSOA JURÍDICA	999.999,33
	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	871.187,45
	OBRIG TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33.952,19
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	619.206,89
	EQUIPAMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO	6.750,00
	MÓVEIS	301.046,05
OUTROS PERMANENTES	163.133,97	
TOTAL	13778748,43	

CAPACITAÇÃO	
Diárias	139.840,60
Passagens	29.191,79
Serv. Terceiros Pessoa Física	27.368,70
Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	219.640,10
Indenizações e Restituições	14.947,15
Total	430.988,34



Conformidade Legal

Os atos gestão patrimonial estão vinculados a Lei nº 8.666/93; Decreto nº 99.658/90; Decreto nº 9.373/18 e Manual SIAFI.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

As dotações inicialmente aprovadas para o exercício 2019, não permitiriam o desempenho que, de fato, foi obtido pela UPC em termos de investimentos de capital. Com efeito, somente após a liberação por parte do TSE de dotações suplementares para investimento na ordem de R\$ 5.510.727,00 (Cinco milhões quinhentos e dez mil e setecentos e vinte e sete reais), vários investimentos tanto em software, como em hardwares se tornaram possíveis, melhorando substancialmente a infraestrutura de TIC do TRE/PB.

Convém ser destacada a aquisição da solução de rackcofre como elemento de garantia de backup e segurança das informações sob a tutela da Secretaria de Tecnologia da Informação da UPC.

Havia bastante tempo as equipes de tecnologia da informação do TRE/PB alertavam para a necessidade de preservação de forma segura e redundante das informações produzidas pelos vários sistemas tecnológicos em operação na Justiça Eleitoral da Paraíba e um grande passo nesse sentido foi alcançado em 2019 com a aquisição do referido rack.

Também foram adquiridos servidores de ativos de rede, notebooks, impressoras, swit ches de acesso 24 e 48 portas, Appliance integrada para armazenamento e processamento de bancos de dados oracle, além de diversos softwares, que de acordo com a equipe de TIC da UPC trarão muito mais eficiência e segurança na preservação de banco de dados.

Tais investimentos guardam perfeita sintonia não só com os objetivos específicos do Plano Estratégico de TIC da UPC, como também em relação ao Plano Estratégico da própria UPC. Observe-se que dentre os objetivos estratégicos de TIC do TRE/PB para o período 2016/2021, os investimentos ora destacados estão alinhados com os seguintes:

1. Ampliação dos serviços oferecidos para a sociedade;
2. Provimento de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão;
3. Conhecimento, expertise e iniciativas para inovação dos negócios;
4. A satisfação dos usuários internos de TIC;
5. A gestão do risco organizacional de TIC e;
6. Garantia da infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.

No que pertine aos objetivos estratégicos da própria UPC o alinhamento das iniciativas voltadas aos investimentos aqui arrolados se configura em relação a:

1. Garantia dos direitos de cidadania;
2. Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais;
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
4. Fortalecimento da governança;
5. Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura.

Na medida do possível, outros investimentos foram levados a efeito, tais como: móveis, eletrodomésticos, cadeiras, etc., conforme pode ser observado a partir das informações da Seção de Programação Orçamentária e Financeira – SEPOF da UPC, que instrui o presente Relatório.

A relação custo-benefício de tais investimentos, no nosso modo de ver, encontra-se perfeitamente caracterizada, na medida em que foram consideradas durante o desenvolvimento das soluções, o atendimento das demandas com eficiência e eficácia, mas considerando-se os menores custos dentre as opções disponíveis no mercado. Veja-se como exemplo, a opção por um rack seguro (cofre), em vez de uma sala-cofre para a preservação e redundância dos dados da sociedade e da própria UPC sob sua responsabilidade. É que

implantação de sala cofre representaria uma alternativa com custos muito maiores para atender o mesmo objetivo alcançado, conforme reiteradamente têm propalado as equipes de TIC.

Quanto a dotações para obras e reformas de imóveis, prevalece atualmente vedação expressa da SOF/TSE para que os Regionais incluam esse tipo de despesa em seus orçamentos e, em função disso, algumas dificuldades estão sendo enfrentadas nesse particular, pois a UPC tem sob sua utilização especial, vários imóveis com problemas estruturais, para os quais as soluções não serão contempladas em orçamentos nem a curto, nem a médio prazo.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INVESTIMENTOS - 20 GP - 2018

Natureza da Despesa	Despesa Empenhada	EXECUTADO		
		Inscrito em RP	Liquidado	Pago
AREA AQISOF - 4490.39	497.880,90	5.000,00	492.880,90	492.880,90
AREA INFORM - 4490.52	2.715.542,64	94.518,00	2.621.024,64	2.621.024,64
AREA MEDODO - 4490.52	22.000,00	-	22.000,00	22.000,00
AREA MOVEIS - 4490.52	60.544,00	56.044,00	4.500,00	4.500,00
AREA PERMAN - 4490.52	286.928,46	84.609,35	202.319,11	202.319,11
AREA VEICUL - 4490.52	365.900,00	-	365.900,00	365.900,00
TOTAL.....	3.948.796,00	240.171,35	3.708.624,65	3.708.624,65

Dotação inicial : R\$ 4.473.168,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INVESTIMENTOS - 20 GP - 2019

Natureza da Despesa	Despesa Empenhada	EXECUTADO		
		Inscrito em RP	Liquidado	Pago
AREA AQISOF - 4490.40	674.416,18	-	674.416,18	674.416,18
AREA INFORM - 4490.40	96.227,88	-	96.227,88	96.227,88
AREA INFORM - 4490.51	925.000,00	-	925.000,00	925.000,00
AREA INFORM - 4490.52	2.725.592,72	-	2.725.592,72	2.725.592,72
AREA MEDDO - 4490.52	6.750,00	-	6.750,00	6.750,00
AREA MOVEIS - 4490.52	302.886,01	1.839,96	301.046,05	301.046,05
AREA PERMAN - 4490.52	163.133,97	-	163.133,97	163.133,97
TOTAL.....	4.894.006,76	1.839,96	4.892.166,80	4.892.166,80

Dotação inicial : R\$ 5.878.595,00



Gestão da Frota de Veículos

A gestão da frota de veículos do TRE/PB é regulada pela Portaria da Presidência nº 412/2016, de 14.04.2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 03.06.2016. Tal norma disciplina a utilização, a guarda e a manutenção dos veículos da frota ou à disposição do TRE/PB e encontra-se disponível no site do Tribunal, no link: <http://www.tre-pb.jus.br/legislacao/normas-internas/normas-internas>.

Os serviços de transporte, por meio da frota oficial, são imprescindíveis ao TRE-PB, possuindo alta relevância sobre as atividades deste Tribunal, uma vez que propicia o deslocamento de magistrados, servidores, documentos e materiais diversos entre as Unidades (STRE, Zonas Eleitorais, NATU's e NATT's) de todo estado, possibilitando que as unidades demandantes de transportes possam executar suas inúmeras ações.

Todos os veículos que integram a frota da UPC são segurados e rastreados via satélite e através desse sistema, torna-se possível a localização em tempo real de cada um deles, bem como a velocidade com que estão se deslocando. A UPC possui, ainda, sistema de controle de abastecimento da frota, a partir do qual torna-se possível a aferição da média de consumo.

As requisições para a utilização dos veículos da frota também são processadas por meio de sistema de TIC desenvolvido pela própria UPC. Por esse sistema a unidade ou servidor requisitante deve esclarecer qual o serviço a ser realizado, o destino pretendido, o tipo de veículo necessário e data de retorno. A partir de então outros controles complementares são desenvolvidos como: quilometragem de saída e retorno, monitoramento pelo rastreador, etc.

Apresentamos o quadro demonstrativo de despesas com veículos pertencentes à frota oficial do TRE-PB, no exercício de 2019:

Descrição	Valor (R\$)
Gasolina	207.952,62
Manutenção veículos	159.393,36
Seguros automotivos	30.095,06
Licenciamento	6.112,61
Total	403.554,65

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A gestão administrativa do Tribunal com a percepção das necessidades de dotar as suas unidades de condições salubres para o desenvolvimento do trabalho e bem-estar dos servidores e do público que nos procura, envidou esforços buscando a melhoria desses locais, investindo na realização de reparos construtivos e em manutenção predial, conforme demonstrado a seguir:

O gasto de 2019 com o contrato de **reparos construtivos** foi de **R\$ 355.514,55**, conforme demonstrado abaixo:

Local	Valor (R\$)
Edifício-Sede	50.624,74
Anexo	304.889,81
Total Reparos Construtivos	355.514,55

Os gastos com **manutenção predial** em 2019 totalizaram **R\$ 1.048.327,91**, incluindo valores referentes à mão de obra, horas extras, diárias, material, suprimento de fundos, recarga de extintores e manutenção de elevadores.



Desfazimento de ativos

O valor total de baixa patrimonial no exercício de 2019 foi de **R\$ 443.811,64**.

Locações de imóveis e equipamentos

O TRE/PB mantém 18 (dezoito) contratos de locação de prédios de terceiros para funcionamento dos Cartórios Eleitorais, cuja despesa total foi de R\$ 432.714,79. Tais imóveis encontram-se distribuídos no interior do Estado da Paraíba.

A política de locação de imóvel é adotada quando a sede da zona eleitoral não possui prédio próprio ou quando há a necessidade de desocupação do prédio próprio para fins de manutenção ou reformas. Antes da locação, entretanto, verifica-se junto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sobre a disponibilidade de prédios da União na localidade, bem como sobre a possibilidade de cessão de algum imóvel eventualmente existente. Somente após esta fase é que é liberada a pesquisa de mercado para o aluguel.

Com relação às despesas com benfeitorias em imóveis locados, a UPC adota a política de que as benfeitorias necessárias devam ser de responsabilidade do proprietário, bem como algumas benfeitorias úteis, tais como as relacionadas à acessibilidade. Até o momento, ações deste tipo são executadas diretamente pelo proprietário, sem que a Justiça Eleitoral faça quaisquer deduções nos valores do aluguel.

Quanto às benfeitorias úteis, o TRE sempre tem exigido dos proprietários as intervenções voltadas à garantia de acessibilidade, tais como: rampas de acesso, corrimãos, wcs com apoio e portas com larguras dentro dos padrões legais para portadores de necessidades especiais, antes de alugar os imóveis.

Relação dos contratos, referentes à locação de imóveis, com a fundamentação legal – Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 8.245/1991:

Nº	ZONA	CUSTO (ANUAL) com base no ano 2019
01	49ª ZE - AROEIRAS	R\$ 13.451,06
02	18ª ZE - UMBUZEIRO	R\$ 7.459,03
03	69ª ZE - SÃO BENTO	R\$ 15.773,28
04	34ª ZE - PRINCESA ISABEL	R\$ 19.411,08
05	75ª ZE - GURINHÉM	R\$ 15.256,96
06	48ª ZE - SOLÂNEA	R\$ 18.746,58
07	65ª ZE - PATOS	R\$ 93.247,58
08	19ª ZE - ESPERANÇA	R\$ 17.433,12
09	25ª ZE - PICUI	R\$ 14.772,51
10	56ª ZE - JUAZEIRINHO	R\$ 12.118,42
11	30ª ZE - TEIXEIRA	R\$ 12.352,36
12	53ª ZE - UIRAÚNA	R\$ 11.070,61
13	2ª e 3ª ZE - SANTA RITA	R\$ 12.211,96
14	27ª ZE - TAPEROÁ	R\$ 10.540,80
15	23ª ZE - SOLEDADE	R\$ 10.800,00
16	58ª ZE - SERRA BRANCA	R\$ 17.306,24
17	59ª ZE - QUEIMADAS	R\$ 35.096,53
18	61ª ZE - BAYEUX	R\$ 75.458,52
19	06ª ZE - ITABAIANA	R\$ 20.208,15
	TOTAL	R\$ 432.714,79



Especificamente em relação a esta UPC, tivemos em 2019 o incremento de dotações voltadas a investimentos e que foram muito bem aproveitadas, conforme já destacado. Portanto, ao menos por enquanto – no exercício 2019 – insuficiência de recursos ainda não foi isoladamente o motivo da não obtenção de pleno êxito na execução do orçamento, no que se refere a investimentos em infraestrutura mobiliária.

Por sua vez, o mesmo não poderá ser dito em face de obras e reformas necessárias a preservação de ativos imobiliários da União. Com efeito, a UPC possui sob sua responsabilidade vários imóveis que carecem de investimentos em reformas, entretanto, por limitações orçamentárias, sobretudo a partir do advento da EC nº 95/2016, tais reformas ainda não foram implementadas. Nessa situação se encontram os Fóruns de Teixeira, Gurinhém, Esperança, São José de Piranhas, Jacaraú, Taperoá e Coremas.

Algumas ações pontuais têm sido implementadas com a finalidade de melhorar a situação de algumas unidades da UPC em nível de primeiro grau de jurisdição, tais como: a obtenção de imóveis outrora em uso especial da Justiça do Trabalho em Varas do interior da Paraíba, mas que foram liberados à Superintendência do Patrimônio da União, haja vista a desativação de alguns órgãos de primeira instância da Justiça Laboral. Registram-se, como exemplos, Mamanaguape, Itabaiana, Monteiro e Picuí, municípios esses que são sedes de Fóruns Eleitorais.

De igual modo, parcerias têm sido firmadas com a Justiça Comum Estadual, obtendo-se a cessão de imóveis ociosos do Poder Público Estadual para a instalação de Zonas Eleitorais, a exemplo de São José de Piranhas e Água Branca, também sedes de Fóruns Eleitorais, no interior do Estado.

Essas ações nos permitem mitigar as dificuldades decorrentes da carência de recursos para novas construções e reformas de imóveis.



Conformidade

A resolução CNJ nº 211/2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), apresenta requisitos a serem observados pelos Órgãos do Poder Judiciário no que concerne à tecnologia da informação e comunicação. O aferimento dos requisitos estabelecidos na ENTIC-JUD realizado através do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD 2019, onde o TRE-PB obteve índice 0,73, numa escala que varia de 0 a 1.

Modelo de Governança de TIC

O modelo de governança de TIC está inserido na governança institucional, estabelecido na Res. TRE-PB nº 10/2017. Como instância interna de governança, há o Comitê de Governança de TIC, responsável pelo monitoramento, avaliação e direcionamento das atividades e investimentos relacionados à TIC e formado por representantes da Diretoria-Geral, Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração e Orçamento, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Corregedoria Regional Eleitoral. Como instância interna de apoio à governança, há o Comitê de Gestão de TIC - formado pelo Secretário e Coordenadores da área de TIC, responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar os planos táticos e operacionais, além de acompanhar os processos, projetos e riscos da área de TIC.

Montante de Recursos Aplicados em TIC

Em 2019, foram aplicados R\$ 7.845.228,97 em Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo R\$ 1.746.303,80 em custeio e R\$ 6.098.925,17 em investimento.

As principais contratações e investimentos no exercício 2019 foram:

1. Link de comunicação de dados entre as unidades do TRE: R\$ 1.490.872,90;
2. Rack cofre: solução para melhoria dos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações processadas e armazenadas em nosso datacenter, traduzindo-se em um

ambiente mais seguro e confiável para os usuários de TIC do TRE-PB: R\$ 925.000,00;

3. Solução de hiperconvergência: expansão da capacidade de processamento do datacenter do TRE-PB: R\$ 633.428,66;

4. Solução de armazenamento de banco de dados: expansão na capacidade de armazenamento e processamento dos servidores de banco de dados Oracle, utilizados em importantes softwares do TRE-PB: R\$ 517.000,00.

Principais iniciativas e resultados na área de TIC

Os principais sistemas desenvolvidos e implantados:

- PJE 1º Grau: apoio à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nos processos originários do primeiro grau;
- Coyote: apoio à gestão por competências;
- E-Lego: sistema de apoio à realização das eleições unificadas dos conselhos tutelares;
- Controle de propaganda de rua: utilizado na gestão da propaganda de rua da eleição suplementar de Cabedelo;
- PortalBR e PortCRE 3.5: sistemas utilizados para o levantamento de informações estatísticas da prestação jurisdicional do TRE-PB.

Na área de infraestrutura os principais projetos foram:

- Atualização da infraestrutura de TIC da Secretaria do Tribunal: atualização do parque de computadores da Secretaria do Tribunal, com foco na padronização dos equipamentos e sistemas por unidades administrativas;
- Ampliação da alta disponibilidade do datacenter e serviços de comunicação de dados: atualização de sistemas operacionais dos servidores Linux e de aplicação Jboss.

Empréstimo de urnas eletrônicas

Durante a realização das eleições unificadas dos conselhos tutelares, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

atuou na parametrização e empréstimo de urnas eletrônicas para os municípios de Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Patos, Pombal, Santa Rita e Sousa, além de fornecer treinamento aos técnicos de suporte. Ao todo, 1.182.187 eleitores votaram com urnas eletrônicas nas eleições para conselheiros tutelares.

Além das eleições unificadas dos conselhos tutelares, a STIC atuou também na parametrização, empréstimo e suporte técnico de urnas eletrônicas para outras seis eleições: Alpargatas S/A, CRE-A-PB, CRM-PB, Ministério Público da Paraíba, OAB-PB e Hospital Universitário Alcides Carneiro.

Eleição suplementar de Cabedelo

Conforme mencionado no item “Eleições” do capítulo referente aos “Resultados da Gestão”, em 17 de março de 2019 foi realizada a eleição suplementar do município de Cabedelo para a escolha do prefeito e vice-prefeito daquele município. Para a eleição foram preparadas 138 urnas, distribuídas em 32 locais de votação que contaram com a participação de 34.597 eleitores.

Segurança da Informação

Desde o ano de 2018 o TRE-PB conta com um Núcleo de Segurança da Informação, responsável pela gestão do macroprocesso de segurança da informação no âmbito de atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. O Núcleo, em conjunto com outras áreas de TIC, definiu novos critérios de segurança para:

- concessões de acesso à rede de dados;
- publicação de aplicações no sítio internet;
- instalação e uso das estações de trabalho - 1.300 estações;
- e
- servidores de rede, servidores de aplicação e servidores de banco de dados - ao todo, 110 servidores.

Durante o período, foi criada a Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação - ETIS, formada por representantes de diversas áreas da STIC que atuam, de forma integrada, no tratamento de incidentes de segurança da informação.



Principais desafios e ações futuras

Uma sociedade cada vez mais dinâmica exige que suas demandas sejam atendidas com mais rapidez e eficiência, incluindo as ofertadas pelo serviço público. Nesse contexto, a área de tecnologia da informação e comunicação do TRE-PB tem experimentado um aumento significativo nas demandas por novos serviços, melhorias nos serviços já existentes e atualização da infraestrutura de TIC, o que exige desenvolvimento ou contratação de soluções, além de investimentos em equipamentos e softwares.

Em um cenário de restrições orçamentárias e de pessoal, os principais desafios consistem em:

- Atender a crescente demanda por novas soluções de TIC;
- Manter segura sua infraestrutura de TIC, enquanto o risco de ciber-ataques tem aumentado em todo mundo;
- Ausência de padronização das soluções de TIC que seja fruto de ampla discussão nos órgãos do poder público.

No que diz respeito as ações futuras, estão previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação os seguintes projetos:

Projetos	Descrição
Gestão de Acessos	Definição e implantação de solução para facilitar a administração de usuários, senhas e perfis de acesso aos sistemas de informação do TRE-PB.
Sistema de Indicações e Substituições	Implantação de solução para permitir a indicação eletrônica de substituições nos casos de afastamentos dos titulares das unidades.
Aprimoramento do Portal do Servidor	Aprimorar o Portal do Servidor atualmente existente, disponibilizando novos serviços.
Conectividade das Unidades Remotas	Instalar racks e adequar as redes lógicas dos cartórios eleitorais.
Ampliação dos serviços de comunicação de dados	Implantação de redundâncias nos backbones primário, secundário, link de internet e link das zonas eleitorais.
Atualização da infraestrutura de armazenamento de dados nas zonas eleitorais	Substituição dos equipamentos de armazenamento de arquivos das zonas eleitorais.
Implantação de gerenciamento remoto de computadores	Solução para possibilitar o gerenciamento remoto de computadores por meio do aplicativo Client Automation Standard HP.
Manutenção Preventiva de Urnas 2019-2020	Manutenção preventiva das urnas eletrônicas, com o objetivo de mantê-las em perfeito estado para serem utilizadas nas Eleições 2020.
Melhoramento do Cadastro Biométrico do eleitor	Otimização do cadastro biométrico através da correção dos procedimentos de coleta nos cartórios e centrais de atendimento assim como correção dos dados hoje existentes com qualidade insatisfatória, através da convocação dos eleitores.
Execução de Simulados de Hardware	Execução de simulados com foco em urna eletrônica simulando votação com identificação biométrica.
Avaliação de riscos dos ativos de TIC	Análise e avaliação de riscos dos ativos de TIC, sob gestão da STIC, nos termos da Res.TRE-PB nº 11/2017 e das normas ABNT ISO/IEC27.001 e 27.005.
Implementação de processos ITIL - fase 1	Implantar software de apoio e implementar os processos ITIL de gerenciamento de catálogo de serviços, gerenciamento de incidentes, gerenciamento de requisição de serviços e gerenciamento de ativos e itens de configuração.
Aprimoramento dos processos de segurança da informação – fase 1	Aprimorar os processos de segurança da informação para atendimento das metas estabelecidas pelo CNJ e requisitos estabelecidos na res. TSE nº 23.501/2016.
Aprimoramento dos processos de governança e gestão de TIC -fase 1	Aprimorar os processos de governança e gestão de TIC para atendimento dos requisitos estabelecidos na res. CNJ nº 211.
Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC	Elaboração do processo de gestão da continuidade dos serviços essenciais de TIC.



Sustentabilidade socioambiental

A sustentabilidade ambiental no TRE-PB é exercida através do Plano de Logística Sustentável (PLS/TRE-PB) para o triênio 2017-2019, instituído pela Resolução 17/2017/TRE-PB, podendo ser consultado em: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/gestao-socioambiental>.

Considerando as particularidades da Justiça Eleitoral, comparações de desempenho ocorrem entre anos eleitorais e anos não eleitorais.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A elaboração do manual de compras e contratações sustentáveis do TRE-PB está pendente de conclusão. Entretanto, desde 2017 vêm sendo ampliadas as aquisições de bens e serviços com critérios de sustentabilidade ambiental, em parte graças à capacitação de servidores lotados em unidades relacionadas a processos de compras e contratações, em parte por causa da atualização da legislação pertinente. Para o ano de 2020 está prevista a realização de um curso de compras e contratações sustentáveis, em forma de instrutoria, para servidores que atuam na área de compras e licitações.

Os critérios de sustentabilidade utilizados nas aquisições de bens de consumo em 2019 são informados a seguir:

Categoria	Produto	Crítérios
Material de expediente e limpeza	Cartucho de tóner	Logística reversa com o fornecedor
	Recipiente de resíduo de tóner	Logística reversa com o fornecedor
	Kit de imagem preto e cor	Logística reversa com o fornecedor
	Kit de substituição de cabeçotes de impressão	Logística reversa com o fornecedor
	Unidade de criação de imagem	Logística reversa com o fornecedor
	Papel A4	Reciclável, matéria-prima de cana-de-açúcar, isento de cloro elementar, certificações Cerflor, ECF e PEFC
	Papel madeira	Reciclado
	Caneta esferográfica	Tinta à base de corantes orgânicos
	Caneta marca texto	Tinta à base de água e corantes orgânicos
	Copo descartável para água e café	Atóxico, reciclável
	Copo taça para água	Durável, material de vidro reciclável
	Xícara de chá/café	Durável, material de porcelana
	Álcool gel	Certificação INOR
	Desodorizador aerosol para ambiente	Aço ecológico, isento de CFC
	Pano de chão/prato	100% algodão
	Desinfetante de uso geral	Biodegradável, notificado na Anvisa
	Detergente multiuso	Tensoativo, biodegradável, notificado na Anvisa
	Sabão em pó	Tensoativo, biodegradável, notificado na Anvisa
Inseticida aerosol	À base de água, aço ecológico, reciclável, isento de CFC, registrado no Ministério da Saúde	
Luva de segurança em látex	Bioabsorvível, látex de borracha natural	
Informática	Notebook	Certificação Energy Star ou equivalente, como certificação conforme a Portaria 170/2012 do INMETRO
		Exigência de reciclabilidade de embalagens no Brasil, nas aquisições de produtos importados
		Possibilidade de reposição de peças e destinação ambientalmente adequada no pós-uso
	Fogões a gás	Selo Procel classe A, do Programa Brasileiro de Etiquetagem
	Fornos microondas	Selo Procel classe A, do Programa Brasileiro de Etiquetagem
	Televisores	Selo Procel classe A, do Programa Brasileiro de Etiquetagem
		Tela com tecnologia LED
	Armários suspensos para copa/cozinha	Certificado de Conformidade com a NBR 13961:2010 emitido por organização acreditada pelo INMETRO. Atendimento à Norma Regula-

Mobiliário e eletrodoméstico		mentadora Nº 17, emitida por entidade ou profissional competente. Comprovação de cadeia de custódia pelo fabricante da madeira nos produtos da empresa – madeira reflorestada.
	Armários baixo para escritório	Certificado de Conformidade com a NBR 13961:2010 emitido por organização acreditada pelo INMETRO. Atendimento à Norma Regulamentadora Nº 17 emitida por entidade ou profissional competente. Comprovação de cadeia de custódia pelo fabricante da madeira nos produtos da empresa – madeira reflorestada.
	Estações de trabalho	Certificado de Conformidade com a NBR 13966:2008, emitido por organização acreditada pelo INMETRO. Atendimento à Norma Regulamentadora Nº 17 emitida por entidade ou profissional competente. Comprovação de cadeia de custódia pelo fabricante da madeira nos produtos da empresa – madeira reflorestada.
	Armários semiabertos	Certificado de Conformidade com a NBR 13961:2010 emitido por organização acreditada pelo INMETRO. Atendimento à Norma Regulamentadora Nº 17 emitida por entidade ou profissional competente. Comprovação de cadeia de custódia pelo fabricante da madeira nos produtos da empresa – madeira reflorestada.



AÇÕES PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

As ações para redução do consumo de recursos naturais se concentraram em cinco itens considerados de maior impacto em termos ambientais e orçamentários: papel, copos descartáveis, energia, água e combustível.

Papel

Os resultados dos indicadores apontam redução de 35,3% no consumo, em relação a 2017, sendo a meta estabelecida em 10%. Contribuiu para a redução a implantação consolidada do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nos âmbitos do 1º e 2º grau de jurisdição, além dos processos administrativos eletrônicos, que tramitam através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Contribuíram também ações de capacitação e sensibilização ao longo de 2019, que envolveram palestras, exposições e peça teatral, sob os temas de consumo consciente e coleta seletiva.

Redução de 35,3% no consumo, em relação a 2017

Copos descartáveis

Em 2019 houve redução de 27,5% no consumo, em relação à meta de 10% estabelecida sobre 2017. Esse percentual de redução corresponde ao quantitativo de 4.780 centos consumidos. Desse total, foram 4.198 centos de copos para água e 582 centos de copos para café. A redução significativa no consumo, em relação à meta, é atribuída a várias ações educativas, ao longo do ano, a exemplo de palestras, exposições, peça teatral, capacitações, bem como à distribuição de canecas a funcionários terceirizados e a publicação de normativo disciplinando o uso de copos descartáveis, que se tornou exclusivo ao público externo, a saber, a Portaria nº 827/2019/TRE-PB.

Redução de 27,5% no consumo, em relação a 2017



Energia

Houve redução de 7% no consumo de energia elétrica em 2019, que corresponde ao consumo de 2.307.835kWh, ultrapassando a meta de redução em 1%, estabelecida sobre 2017, que registrou o consumo anual de 2.552.858kWh. O motivo foram diversas medidas adotadas, a exemplo da substituição de lâmpadas convencionais por outras de tecnologia LED, substituição gradual de aparelhos de ar-condicionado antigos, utilizados em Cartórios Eleitorais, por equipamentos de maior eficiência energética, além de aquisição de equipamentos elétricos e eletrônicos mais eficientes, para uso geral, além da limitação do tempo de funcionamento da central de refrigeração na sede do Tribunal.

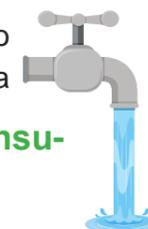
Redução de 7% no consumo em relação a 2017



Água

Houve redução de 17,59% no consumo de água em 2019 (13.014m³), em comparação com o consumo de 13.014m³, em 2017. A redução se deve a medidas de economia adotadas, a exemplo da troca de torneiras convencionais por modelos de pressão, além da gradual substituição de sistemas de descarga sanitária em vários Cartórios Eleitorais no interior. Outro motivo foi o fenômeno da estiagem, que provocou falta de abastecimento de água em períodos de média duração, em vários municípios do interior, onde se localizam diversos Cartórios Eleitorais. Convém registrar que não se realizou campanha de sensibilização específica para redução do consumo de água. Entretanto, sempre que se promoveram campanhas de conscientização voltadas para outros temas ambientais, a questão da água foi mencionada subsidiariamente, em razão da sua importância maior. No quadro de iniciativas para 2020 consta um estudo para reavaliar a solução de climatização do edifício-sede, cujo sistema de operação atual necessita de elevado consumo de energia elétrica e de água tratada.

Redução de 17,59% no consumo em relação a 2017



Combustível

O TRE-PB possui frota própria, composta de 30 veículos, havendo locação de veículos apenas excepcionalmente, durante os preparativos para eleições. São utilizados apenas gasolina, diesel e etanol. Apesar de menor impacto ambiental, o etanol é pouco utilizado em razão de maior custo econômico, comparado aos demais combustíveis utilizados. Em 2019 foram consumidos um total de 46.778,3 litros de combustível, ao passo que em 2017 o consumo total foi na ordem de 74.452,76 litros. A redução de 37,17% no consumo desse item, na comparação entre os citados anos não eleitorais, pode ser atribuída à adoção de novas medidas de gestão de transporte institucional, a exemplo da informatização do controle de fluxo de veículos, da instalação de sistema GPS em todos os veículos e da revisão geral de todos os veículos, além da manutenção da prática de vinculação das viagens, quando se torna possível a utilização da mesma rota e veículos em diversas atividades e destinações previamente combinadas.

Redução da utilização de combustível fóssil em 37,17%, em comparação a 2017



REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

O TRE-PB possui uma gestão de resíduos sólidos relativamente consolidada. Desde 2012 é realizada regularmente a coleta seletiva solidária, em parceria com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, conforme regras estabelecidas no Decreto nº 5.940/2006.

Em 2019 foram destinados 27.985 quilos de resíduos sólidos recicláveis a entidades de catadores de materiais recicláveis parceiras. Esse material foi coletado das unidades administrativas da capital e de 23 Cartórios Eleitorais, espalhados pelo interior do estado, onde não existem condições para destinação mais adequadas, em termos de sustentabilidade ambiental. A preocupação em estabelecer uma boa logística de coleta de material reciclável objetiva reduzir a quantidade de resíduos poluentes que iriam para o aterro sanitário, na capital, e para os lixões, em municípios do interior.

Os demais resíduos poluentes produzidos no TRE-PB foram aqueles classificados como resíduos perigosos (Classe I), a saber:



PILHAS E PEQUENAS BATERIAS: Produzidas em quantidades muito reduzidas, são recolhidas por servidores das unidades que as utilizam e depositadas em pontos de coleta espalhados na cidade.



RESÍDUOS HOSPITALARES: produzidos pela seção de Assistência à Saúde, são coletados regularmente, mediante contrato de prestação de serviço, por empresa especializada. Em 2019 foram recolhidos 282 quilos.



LÂMPADAS FLUORESCENTES: Em 2019 foram substituídas 525 lâmpadas fluorescentes por outras de LED. Desse total, 215 lâmpadas foram depositadas em ecopontos da empresa Reciclus, instalados em diversas localidades na capital paraibana, a exemplo de grandes supermercados, sem ônus para o Tribunal. A meta é eliminar o uso de lâmpadas fluorescentes, substituídas por outras mais econômicas e sustentáveis, à medida que se tornarem inutilizáveis.



TÔNER: Há um passivo ambiental de centenas de cartuchos de tóner genéricos, de aquisições anteriores à vigência da Lei nº 12.305/2010, que deverão ser entregues a empresa especializada em coleta de resíduos perigosos. Cartuchos adquiridos a partir de 2017 são devolvidos aos fornecedores, por exigência de cláusulas contratuais que contemplam a logística reversa.





BATERIAS AUTOMOTIVAS: devolvidas ao fornecedor, no ato da aquisição de uma nova.



BATERIAS NO-BREAK: devolvidas ao fornecedor, conforme cláusula contratual de logística reversa.



BATERIAS DE URNA ELETRÔNICA: Recolhidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, que em 2019 recolheu 1.568 urnas eletrônicas, 5.200 baterias de urna, 46.000 bobinas de impressão, entre diversos itens de informática.





**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2019

PERIODO
Anual

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 06/02/2020

PAGINA 1

SUBTITULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias Ordinárias	-	-	Despesas Orçamentárias	166.022.884,89	166.887.392,64
Vinculadas	-	-	Ordinárias	148.503.939,84	150.814.800,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Vinculadas	17.518.945,05	16.072.592,64
Recursos a Classificar	-	-	Previdência Social (RPPS)	17.518.945,05	14.027.331,42
(-) Deduções da Receita Orçamentária Transferências	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	2.045.261,22
Financeiras Recebidas	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária Sub-repasse	165.377.606,87	166.638.535,85	Transferências Financeiras Concedidas	1.041.076,54	928.127,63
Recebido	164.865.379,96	166.133.486,47	Resultantes da Execução Orçamentária	-	26.712,89
Independentes da Execução Orçamentária Transferências Recebidas para	164.865.379,96	166.133.486,47	Sub-repasse Devolvido	-	26.712,89
Pagamento de RP Demais Transferências Recebidas	512.226,91	505.049,38	Independentes da Execução Orçamentária	1.041.076,54	901.414,74
Movimentação de Saldos Patrimoniais Aporte ao RPPS	510.000,00	505.028,38	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.897,83	-
Aporte ao RGPS	2.226,91	10,50	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.038.178,71	901.414,74
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados Inscrição dos Restos a	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Pagar Não Processados Depósitos Restituíveis e Valores	2.190.063,77	3.226.845,91	Pagamentos Extraorçamentários	1.233.820,04	1.421.208,94
Vinculados Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	5.713,15	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.384,96	8.883,77
Arrecadação de Outra Unidade Demais Recebimentos	799.460,97	1.416.077,72	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	885.251,43	508.663,87
Saldo do Exercício Anterior	354.279,85	903.661,30	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	340.183,65	903.661,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.036.322,95	901.393,74	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
	1.035.951,80	901.393,74			
	371,15				
	859.796,54	231.143,99	Saldo para o Exercício Seguinte	129.685,71	859.796,54
	859.796,54	231.143,99	Caixa e Equivalentes de Caixa	129.685,71	859.796,54
TOTAL	168.427.467,18	170.096.525,75	TOTAL	168.427.467,18	170.096.525,75





EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 06/02/2020	PÁGINA 1

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

Quadro 14: Balanço Orçamentário





TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

EXERCICIO 2019

PERIODO
Anual

EMISSAO 06/02/2020

PAGINA 1

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				
DEFICIT			166.022.884,89	166.022.884,89
TOTAL			166.022.884,89	166.022.884,89
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	150.072.686,00	164.564.875,00	161.128.878,13	160.331.257,12	160.331.257,12	3.435.996,87
Pessoal e Encargos Sociais	123.173.472,00	137.843.880,00	135.571.731,58	135.536.544,96	135.536.544,96	2.272.148,42
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	26.899.214,00	26.720.995,00	25.557.146,55	24.794.712,16	24.794.712,16	1.163.848,45
DESPESAS DE CAPITAL	367.868,00	5.878.595,00	4.894.006,76	4.892.166,80	4.892.166,80	984.588,24
Investimentos	367.868,00	5.878.595,00	4.894.006,76	4.892.166,80	4.892.166,80	984.588,24
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	150.440.554,00	170.443.470,00	166.022.884,89	165.223.423,92	165.223.423,92	4.420.585,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						





TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

EXERCICIO 2019

PERIODO
Anual

EMISSAO 06/02/2020

PAGINA 1

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	150.440.554,00	170.443.470,00	166.022.884,89	165.223.423,92	165.223.423,92	4.420.585,11
TOTAL	150.440.554,00	170.443.470,00	166.022.884,89	165.223.423,92	165.223.423,92	4.420.585,11

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.175.906,37	764.888,64	764.888,64	411.017,73	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.175.906,37	764.888,64	764.888,64	411.017,73	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	240.171,35	120.362,79	120.362,79	119.808,56	-
Investimentos	-	240.171,35	120.362,79	120.362,79	119.808,56	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.416.077,72	885.251,43	885.251,43	530.826,29	-0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	8.384,96	8.384,96	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	8.384,96	8.384,96	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	8.384,96	8.384,96	-	-

Quadro 15: Balanço Patrimonial





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

EXERCICIO 2019 PERIODO Anual
EMISSAO 06/02/2020 PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	1.820.723,41	2.399.640,16	PASSIVO CIRCULANTE	6.768.181,00	3.215.411,90
Caixa e Equivalentes de Caixa Créditos a Curto Prazo	129.685,71	859.796,54	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6.754.084,80	3.207.026,94
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo Estoques	250.539,91	209,23	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	8.384,96
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda VPDs Pagas Antecipadamente	1.103.541,17	0,64	Obrigações Fiscais a Curto Prazo Obrigações de Repartição a Outros Entes Provisões a Curto Prazo	-	-
	336.956,62	1.225.569,35	Demais Obrigações a Curto Prazo	14.096,20	-
		105.043,63			





TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

EXERCICIO 2019

PERIODO
Anual

EMISSAO 06/02/2020

PAGINA 1

ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.529.085,85	52.169.230,69	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoque	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo Fornecedores e	-	-
Investimentos	-	-	Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	6.768.181,00	3.215.411,90
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS Demais	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos Permanentes	46.710.625,10	50.025.186,12		2019	2018
Demais Investimentos Permanentes	23.839.758,87	2	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	51.885.200,76	25.339.940,14	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	-28.045.441,89	51.534.155,52	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis Bens Móveis	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis (-)	22.870.866,23	26.194.215,38	Reservas de Lucros	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	26.288.683,85	8	Demais Reservas Resultados	44.581.628,26	51.353.458,95
Bens Imóveis Bens Imóveis	-3.417.817,62	-	Acumulados	-5.606.357,85	-1.896.155,52
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	2.818.460,75	24.685.245,98	Resultado do Exercício	51.353.458,95	53.546.698,58
Intangível	2.818.460,75	-	Resultados de Exercícios Anteriores Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.165.472,84	-297.084,11
Softwares	-	26.288.683,85	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Softwares	-	-1.603.437,87	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.581.628,26	51.353.458,95
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	2.144.044,57			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares Marcas,	-	2.144.044,57			
Direitos e Patentes Industriais	-	2.144.044,57			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

Quadro 16: Demonstrações das Variações Patrimoniais



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido					
TOTAL DO ATIVO	51.349.809,26	54.568.870,85	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.349.809,26	54.568.870,85

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	129.685,71	859.796,54	PASSIVO FINANCEIRO	813.557,17	1.424.462,68
ATIVO PERMANENTE	51.220.123,55	53.709.074,31	PASSIVO PERMANENTE	6.754.084,80	3.207.026,94
			SALDO PATRIMONIAL	43.782.167,29	49.937.381,23

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.450.338,21	663.841,67	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	29.917.977,51	28.501.454,83
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.450.338,21	663.841,67	Execução dos Atos Potenciais Passivos	29.917.977,51	28.501.454,83
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.450.338,21	663.841,67	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	29.917.977,51	28.501.454,83
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.450.338,21	663.841,67	TOTAL	29.917.977,51	28.501.454,83



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-698.556,46
Recursos Vinculados	14.685,00
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	14.685,00
TOTAL	-683.871,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

EXERCICIO 2019

PERIODO
Anual

EMISSAO 06/02/2020

PAGINA 1

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.282.418,76	4.406.188,06
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias	166.768.209,67	168.443.590,89
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	166.768.209,67	168.443.590,89
Ingressos Extraorçamentários	354.279,85	903.661,30
Transferências Financeiras Recebidas	165.377.606,87	166.638.535,85
Arrecadação de Outra Unidade	1.035.951,80	901.393,74
Demais Recebimentos	371,15	
DESEMBOLSOS	-162.485.790,91	-164.037.402,83
Pessoal e Demais Despesas	-145.390.321,68	-147.307.748,16
Legislativo		
Judiciário	-125.086.319,63	-129.348.824,54
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-20.304.002,05	-17.958.923,62
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		



	2019	2018
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-15.714.209,04	-14.897.865,74
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.714.209,04	-14.897.865,74
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.381.260,19	-1.831.788,93
A Municípios	-340.183,65	-903.661,30
Intragovernamentais	-1.041.076,54	-928.127,63
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais		
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.012.529,59	-3.777.535,51
INGRESSOS		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-5.012.529,59	-3.777.535,51
DESEMBOLSOS	-4.241.885,53	-3.284.654,61
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-770.644,06	-492.880,90
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
	2019	2018
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-730.110,83	628.652,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	859.796,54	231.143,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	129.685,71	859.796,54

Quadro 17: Demonstrações dos Fluxos de Caixa





EXERCÍCIO 2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/02/2020

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	166.969.670,17	170.648.022,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	10.044,20	1.094.383,41
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos	57,91	17,51
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	165.933.711,37	168.437.518,64
Aportes do Banco Central	165.377.606,87	166.638.535,85
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais		
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais	556.104,50	1.798.982,79
Transferências de Consórcios Públicos		223.007,21
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		8.141,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.025.856,69	893.095,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos		
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		





TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.025.856,69	893.095,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	172.576.028,02	172.544.178,10
Pessoal e Encargos	123.575.811,52	125.073.936,05
Remuneração a Pessoal	101.472.551,67	99.218.446,26
Encargos Patronais	16.027.157,10	15.974.374,85
Benefícios a Pessoal	5.850.496,75	6.484.305,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	225.606,00	3.396.809,33
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.261.379,43	17.926.980,07
Aposentadorias e Reformas	13.382.685,09	11.978.781,79
Pensões	6.862.811,09	5.839.490,15
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	15.883,25	108.708,13
Políticas Públicas de Transferência de Renda	25.642.709,28	26.501.433,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.256.289,76	2.443.230,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.564.709,00	19.641.225,21
Uso de Material de Consumo	6.821.710,52	4.416.978,61
Serviços	1.263,09	8.115,24
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.256,09	8.115,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7,00	2.345.130,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	928.127,63
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.084.305,69	2.345.130,31
Descontos Financeiros Concedidos	1.040.705,39	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	382.762,15	1.043.600,30
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	1.204,84	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	381.557,31	108.386,63
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-





EXERCÍCIO 2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO 06/02/2020

PÁGINA 1

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIACIONES	PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2019	2018
Tributárias	185.061,52	164.753,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.322,19	30.766,82
Contribuições	151.739,33	133.986,61
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	442.735,34	415.442,49
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos		
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	442.735,34	415.442,49
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-5.606.357,85	-1.896.155,52



INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é órgão da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 118, inciso II da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e artigos. 23 a 25 da Resolução TRE/PB nº 09/2015 (Regimento Interno).

Tem por finalidade garantir, no âmbito do Estado da Paraíba, a eficiência, a lisura e a legitimidade do processo eleitoral, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado, contribuindo para o fortalecimento da democracia e a consolidação do Estado de Direito.

ENCARGOS DE DEPRECIÇÃO

Obedecendo o princípio contábil da competência, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba reconhece a necessidade de apropriar, ao resultado do período, as despesas decorrentes da redução do valor dos componentes patrimoniais pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo da vida útil dos citados componentes. Essas despesas são denominadas encargos de depreciação e somente deixam de ocorrer quando do término do período de vida útil do ativo. Nesse momento, seu valor contábil será igual ao seu valor residual, ou na falta deste, igual a zero. A partir daí, cada componente patrimonial somente poderá ser depreciado se houver uma reavaliação, acompanhada de uma análise técnica que defina o seu tempo de vida útil restante. A depreciação cessa quando o ativo é baixado. Entretanto, não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso.

Em função de suas características, alguns itens do ativo não são depreciados. Como exemplos de bens que não se encontram sujeitos à depreciação têm-se os terrenos e os bens de natureza cultural.

Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto dos bens móveis e imóveis registrados no imobilizado obedecem às disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 5.2.1, com reconhecimento inicial baseado no valor de aquisição, produção ou construção. Tratando-se de ativo imobilizado obtido a título gratuito, é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos do instrumento de doação.

O valor bruto contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, no presente caso, 31 de dezembro de 2019, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

A vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade pública espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes, cuja obtenção é esperada em decorrência da utilização do ativo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado é o das quotas constantes, excetuando os bens de uso especial registrados no SPIUNET, cuja realização do cálculo da depreciação e respectivo registro contábil automático no SIAFI estão a cargo do próprio SPIUNet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União.

De acordo com o artigo 7º da Portaria Conjunta SPU/STN Nº 703, de 10 de dezembro de 2014, O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

É oportuno registrar que no exercício de 2019, segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização em duplicidade dos valores relativos aos encargos de depreciação dos Bens Imóveis da Justiça Eleitoral.

Considerando que o exercício de 2019 já se encontra encerrado, os valores foram

corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento (NL).

Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis, conforme dispõe o Parágrafo primeiro do artigo acima.

Na forma do parágrafo terceiro do mesmo artigo sétimo, o valor residual será estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e comunicado à Secretaria de Patrimônio da União - SPU.





**OUTRAS INFORMAÇÕES
RELEVANTES**

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Seguem, abaixo, as informações acerca dos acórdãos do TCU direcionados ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba:

1. Acórdão 1707/2019 - TCU - Plenário - sobre a não incidência da decadência nos casos de acumulação inconstitucional de cargos e da averiguação da compatibilidade de horários nos casos levantados (Processo SEI nº 0006504-91.2019.6.15.8000)

CUMPRIDO - Recebido o Ofício 4298/2019-TCU/Sefip (0574431), de 2/9/2019, autuado em 17/09/2019. O TCU informou, além da questão da não incidência da decadência nos casos de acumulação inconstitucional de cargos e da averiguação da compatibilidade de horários, a existência de dois indícios no TRE/PB, listados no anexo do mencionado Ofício e registrados no sistema e-Pessoal. O próprio TCU arquivou, no dia 02/10/2019, os dois indícios registrados no sistema e tratados nesse processo 0006504-91.2019.6.15.8000. No processo SEI nº 0005599-57.2017.6.15.8000 foram adotadas as providências necessárias visando a realização, doravante, de avaliações periódicas de desempenho e avaliação médica e física para os servidores que acumulam cargos, de forma que o resultado da avaliação seja apresentado ao TCU, caso eventualmente seja de novo solicitado, além da demonstração da compatibilidade de horários (critério objetivo verificado pela análise do registro de ponto).

2. Ofício 5424/2018 - TCU/Sefip, de 16/11/2018 (Processo SEI nº 0009411-73.2018.6.15.8000)

CUMPRIDO - Em obediência ao Ofício citado, que identificou inconsistências nos dados de dois atos registrados no sistema do TCU, os quais impediam a análise e apreciação dos mesmos, quais sejam, ato de pensão cuja instituidora foi Zélia Cavalcanti Rocha e ato de aposentadoria cujo interessado é Severino Ferreira Marques, este Tribunal cadastrou dois novos

atos no sistema e-Pessoal para correção das inconsistências. Os dois novos atos foram enviados ao TCU via sistema e-Pessoal, em 22/10/2019 (aposentadoria de Severino Ferreira Marques) e em 18/11/2019 (pensão cuja instituidora foi Zélia Cavalcanti Rocha).

3. Ofício Circular nº 024/2019/FOCCO/PB - Fórum Paraibano de Combate à Corrupção - Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção (Processo SEI nº 0008458-75.2019.6.15.8000)

CUMPRIDO - Em atenção ao Ofício 024/2019/FOCCO, informa-se que este Tribunal cumpriu a solicitação do FOCCO e TCU de envio das informações cadastrais requeridas.

4. Acórdão 9.480/2015 – 2ª Câmara – Guia de contratações sustentáveis - Processo TC-025.863/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013).

PARCIALMENTE CUMPRIDO - Informa-se que, dos 7 (sete) itens recomendados ao TRE-PB pelo TCU, por meio do acórdão Acórdão 9.480/2015 – 2ª Câmara, 6 (seis) foram cumpridos. Já houve a formação de comissão encarregada de elaborar um guia de contratações sustentáveis, já em fase de conclusão, tudo conforme se observa do Processo SEI nº 0002047-21.2016.6.15.8000.

5. Resposta a 01 indício registrado pelo TCU no sistema e-Pessoal (Processo SEI nº 0009120-73.2018.6.15.8000)

CUMPRIDO - Conforme processo acima citado, após análise e tratamento pelo TRE do indício registrado pelo TCU no sistema e-Pessoal, o órgão de controle externo colocou-o em monitoramento para, caso o indício seja novamente detectado, ser reencaminhado para os órgãos envolvidos, para atualização da situação.

6. Envio mensal ao TCU, até o dia 15 de cada mês, via sistema e-Pessoal, de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB (Processo SEI nº 0003698-20.2018.6.15.8000)

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - Atualmente o Tribunal vem cumprindo rotineiramente a determinação do TCU quanto ao envio de arquivos com dados da folha de pagamento dos seus servidores.



The background of the top section of the slide is a dark, blue-tinted photograph of a computer keyboard. The keys are slightly out of focus, but the words "JUSTIÇA ELEITORAL" are clearly visible in the upper right area of the image. The text "Anexos e apêndices" is overlaid on the left side of this image in a white, sans-serif font.

Anexos e apêndices

Lista de Siglas e Abreviações

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASIWeb - Sistema de Almoxarifado / Sistema de Patrimônio (bens móveis)
ASPLAN – Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
ASPRES – Assessoria da Presidência
BSC - Balanced Scorecard
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COAUDI – Coordenadoria de Auditoria Interna
COBIT - Control Objectives for Information and Related Technology
COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPES – Coordenadoria de Pessoal
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CRC-CE – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará
DG – Diretoria-Geral
EAD – Educação a distância
EC – Emenda Constitucional
EJE – Escola Judiciária Eleitoral
ELO – Cadastro Nacional de Eleitores
Igov – Índice de Governança
iGovTIC-JUD – Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário
IE – Indicador Estratégico
ISO – Organização Internacional de Normalização
ITIL - IT Infrastructure Library
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MP – Ministério Público
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPE – Ministério Público Eleitoral
NATU – Núcleo de Apoio Técnico às Urnas Eletrônicas
NATT – Núcleo de Apoio Técnico e Treinamento
OE – Objetivo Estratégico
PA – Processo Administrativo
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PCT´s – Pólos de Contingência e Transmissão
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI – Plano Estratégico do TRE-PB
PETIC – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGP – Proposta Geral de Projeto
PJE – Processo Judicial Eletrônico
PLS/TRE-PB – Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
PO – Proposta Orçamentária
PorTCRE – Portal Transparência de Indicadores e Metas da JE
PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores
PTRE – Presidência do Tribunal Regional Eleitoral
RAE – Reunião de Análise da Estratégia
RES – Resolução
RFID - “Radio Frequency Identification”
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SEBMI – Seção de Biblioteca e Memória Institucional
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SECON – Seção de Contabilidade
SERF – Secretaria de Registros Funcionais
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGEC – Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SOF/TSE – Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN- Secretaria do Tesouro Nacional
SPIUNET – Sistema de Gestão dos Imóveis de uso especial da União
STRE – Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TCA – Termo Circunstanciado Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE/PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UG – Unidade Gestora
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras

Lista de Figuras

- Figura 1: Referencial Estratégico - Página 7
- Figura 2: Modelo de Negócio - Página 8
- Figura 3: Estrutura Organizacional - Página 9
- Figura 4: Mapa das Zonas Eleitorais - Página 10
- Figura 5: Cadeia de Valor - Página 11
- Figura 6: Mapa Estratégico - Página 15
- Figura 7: Sistema de Governança - Página 17
- Figura 8 - Auditorias - Página 18
- Figura 9 - Quantitativo consultorias, achados e recomendações - Página 18
- Figura 10 - Distribuição dos Achados e Recomendações de Auditorias por órgão de governança - Página 18
- Figura 11 - Distribuição dos Achados e Recomendações de Auditorias por unidade funcional - Página 18
- Figura 12 - Evolução do Indicador Estratégico n° 07-índice de cumprimento das recomendações expedidas - Página 18
- Figura 13 - Resultados dos indicadores de desempenho da unidade de auditoria interna - Página 18
- Figura 14 - Forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da unidade de auditoria interna - Página 18
- Figura 15: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa” - Página 24
- Figura 16: Programas, Projetos e Ações voltados para a Promoção da Cidadania - Página 29,
- Figura 17: Programa Eleições 2018 - Página 33

Lista de Quadros

- Quadro 1: Ameaças e Oportunidades - Página 12
- Quadro 2: Principais Planos do TRE/PB - Página 16
- Quadro 3: Quantitativo por situação de atendimento - Página 20
- Quadro 4: Metas CNJ - Página 31

Lista de Gráficos

- Gráfico 1: Tipos de Solicitações - Página 20
- Gráfico 2: Situação dos Chamados - Página 20
- Gráfico 3: Pesquisa de Satisfação 1º Quadrimestre 2019 - Página 21
- Gráfico 4: Pesquisa de Satisfação 2º Quadrimestre 2019 - Página 21
- Gráfico 5: Pesquisa de Satisfação 3º Quadrimestre 2019 - Página 21
- Gráfico 6: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Geral - Página 27
- Gráfico 7: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Sociedade - Página 28
- Gráfico 8: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Processos Internos - Página 30
- Gráfico 9: Justiça Eleitoral em Números - Despesas Totais - Página 32
- Gráfico 10: Justiça Eleitoral em Números - Força de Trabalho - Página 32
- Gráfico 11: Justiça Eleitoral em Números - Gestão Judiciária - Página 32
- Gráfico 12: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Página 39
- Gráfico 13: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos - Página 40
- Gráfico 14: Alcance das Metas dos Objetivos Estratégicos de TIC - Página 42

Gráfico 15: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Sociedade - Página 43

Gráfico 16: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Processos Internos - Página 44

Gráfico 17: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos - Página 45

Gráfico 18: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos - Página 46

Lista de Tabelas

Tabela 1: Matriz “Apetite a Riscos” - Página 23

Tabela 2: Principais riscos estratégicos - Página 25

Tabela 3: Objetivos Estratégicos de TIC x Plano Diretor de TIC - e taPágina 47